

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

O Manifesto da IVª Internacional sobre a Guerra Imperialista e a Revolução Proletária Mundial (dito Manifesto de Alarme, 23 de Maio de 1940) ... e a sua actualidade



“A única guerra que vale a pena travar é a guerra dos trabalhadores contra os patrões!”

Capa do “Socialist Appeal”, 27 de Abril de 1940, órgão do Socialist Workers Party, secção da IVª Internacional nos Estados Unidos



Índice

Apresentação

Página 3

– **A Actualidade do *Manifesto de Alarme* de Maio de 1940**

Documento

– **Manifesto da IVª Internacional Sobre a Guerra Imperialista e a Revolução Proletária Mundial**

dlto *Manifesto de Alarme* da IVª Internacional, 23 de Maio de 1940

Página 10

Análise

BRASIL

– **Os Militantes Brasileiros do CORQI e as Eleições de 2 e 30 de Outubro de 2022**

Página 31

ITÁLIA

– **Após as Eleições de 25 de Setembro**

Página 35

MARROCOS

– **A Situação Política e as Tarefas dos Militantes Trotskistas**

Página 40

A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

Aviso

A Internacional é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

A Actualidade do *Manifesto de Alarme de Maio de 1940*

por Daniel Gluckstein

Porquê republicar em 2022 o *Manifesto de Alarme* adoptado pela IV^a Internacional em 1940? Diga-se que, à distância de oitenta e dois anos, as duas situações exibem, de facto, traços comuns. Em Maio de 1940, a guerra mundial começara. Ainda não tinha atingido a sua máxima extensão. Passaria um ano até quer os Estados Unidos, quer a União Soviética, quer o Japão entrarem no conflito. Em 2022, a escalada da guerra desenha uma trajectória que aponta à sua transformação, ainda não consumada, em guerra mundial. Não obstante os aspectos comparáveis, os dois momentos distinguem-se, porém, por diferenças de tomo, que dizem respeito tanto à economia mundial como às relações entre os diferentes imperialismos – como, ainda, à política dos aparelhos.

O marxismo, como se sabe, não procede por analogia⁽¹⁾. Integra a analogia num método de análise e elaboração que lhe é superior: o materialismo histórico e dialéctico. Este método do marx-

ismo, tal como aplicado por Trotsky, o autor do *Manifesto de Alarme*, oferece-nos aqui coordenadas e elementos de reflexão da maior utilidade para compreender a situação actual e dela deduzir quais hão-de ser as tarefas da IV^a Internacional. O próprio Trotsky não esconde que, para redigir o *Manifesto de Alarme*, se inspirou no *Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo*, redigido por Lenin em plena Primeira Guerra Mundial. Nessa obra, Lenin põe a nu as raízes mais fundas da primeira conflagração mundial e define a orientação que daí deve resultar para a vanguarda operária⁽²⁾.

O *Manifesto de Alarme* afasta explicações superficiais das causas da Segunda Guerra Mundial, como as que, por exemplo, remetiam exclusivamente para as ambições de Hitler e para a sua loucura sanguinária. Sem ignorar o papel da psicologia individual nos desenvolvimentos históricos, o marxismo coloca-os no seu lugar próprio, secundário e subordinado ao jogo das forças sociais, ao desenvolvimento, portanto, das forças produtivas, das relações entre as classes e da posição das respectivas representações políticas. O rebentamento da segunda guerra imperialista, escreve o *Manifesto*, “decorre inexoravelmente das contradições entre os interesses capitalistas internacionais”. Mais exactamente: “Ao contrário do que dizem as fábulas oficiais feitas para drogar o povo, a causa principal da guerra, como a dos outros males sociais, desemprego, carestia, o fascismo, a opressão colonial, é a propriedade privada dos meios de produção e o Estado burguês assente nessas fundações.”

Em 2022, a guerra começou por aparecer como conflito que opunha a Rússia à Ucrânia. Na

realidade, ela decorre, fundamentalmente, do regime de propriedade privada dos meios de produção e, mais exactamente, das leis que determinam o seu desenvolvimento, declínio e putrefacção. Em condições embora muito diferentes, bem se reconhece hoje esta característica descrita no *Manifesto de Alarme*: “Se, no século XIX, a concorrência entre os países capitalistas se desenvolvia num mercado mundial em expansão, hoje a arena económica da luta vai-se estreitando, não restando aos imperialistas outra alternativa que não seja abocanharem pedaços do mercado mundial uns aos outros.”

Ainda assim, entre 1940 e 2022, modificaram-se fortemente os termos e condições desta luta de morte para “abocanharem pedaços do mercado mundial uns aos outros”, em que se joga uma “nova partilha do mundo”.

Em 1940, o imperialismo alemão, depois de reconstruir uma indústria altamente competitiva, graças, em particular, à mola da política de rearmamento, partiu à conquista de um mercado mundial, colidindo brutalmente com os imperialismos europeus concorrentes, primeiro, e, depois, com o imperialismo americano, uns e outros determinados a conservarem as suas posições (no caso do imperialismo americano, a Segunda Guerra Mundial proporcionou exactamente o ensejo para ele reforçar definitivamente a sua supremacia sobre os outros imperialismos, que já fora estabelecida à saída da Primeira Guerra Mundial. Em 2022, o imperialismo mais poderoso, o imperialismo norte-americano, meteu-se por um caminho que, à maneira de um rolo compressor, não tolera nenhum obstáculo que se erga diante da sua neces-

● APRESENTAÇÃO

>>>

sidade, em expansão permanente, de realizar lucro.

Em 1940, interessava ao imperialismo alemão, nas condições sociais, económicas e históricas que Trotsky recorda, tentar usar o seu formidável desenvolvimento técnico para conseguir obter no mercado mundial um lugar que a história, especialmente o Tratado de Versalhes, lhe vedara. Para o imperialismo americano, interessava aproveitar as circunstâncias para assentar ainda melhor o seu domínio sobre os imperialismos concorrentes, definitivamente afastados, em particular os imperialismos francês e britânico, reduzidos, como Trotsky escreve nessa altura, ao papel de “*bastiões do capitalismo americano do outro lado do Atlântico*” (coisa que hoje ainda mais são). Tecnicamente, a guerra de 2022 decorre da iniciativa de Putin e do seu regime. Mas quem há-de acreditar, por um instante que seja, que a nova burguesia russa, saída da “nomenklatura burocrática” que aderiu ao capitalismo mundial à pala de pilhar os imensos recursos da ex-União Soviética, que tal burguesia, dominada por elementos mafiosos e decompostos, tenha por objectivo disputar ao imperialismo americano a sua proeminência ao nível mundial?

Em 1940, Hitler podia ter a ilusão de conseguir uma vitória por etapas, começando por esmagar militarmente os imperialismos europeus concorrentes, de modo a diferir a confrontação com a União Soviética e meter a mão em toda a Europa Ocidental (Grã-Bretanha incluída). Talvez isso lhe tivesse permitido estabelecer uma nova relação de forças com o imperialismo americano, ou mesmo aliar-se a ele num confronto com a União Soviética, assegurando, assim, por algum tempo, um espaço para o seu III^o Reich. É evidente que, desse lá por onde desse – como Trotsky salienta em vários textos – mesmo naquelas circunstâncias, o confronto adiado entre o imperialismo americano e o imperialismo alemão era in-

elutável, com certeza acabando num desfecho favorável ao primeiro. Mas enfim, Hitler podia nutrir tal ambição, alimentada pela relação entre as várias economias e o lugar específico ocupado pelo capitalismo alemão.

O lugar do regime de Putin

Em 2022, é impossível a Putin cultivar a ilusão de um projecto do mesmo género. O que, de maneira mais realista, o seu regime, sustentado num complexo militar-industrial mafioso, procura conseguir é um nicho ao sol capitalista. O problema: nem esse nicho o imperialismo americano faz a mínima tenção de conceder. Esta é a razão porque é necessário compreender que, se, tecnicamente, foi o regime de Putin que suscitou a guerra na Ucrânia, esta inscreve-se como um elo numa cadeia que, desde que a União Soviética se desfez, descreve a crescente preponderância do imperialismo americano tanto na economia mundial como na arrumação das relações entre os Estados à escala planetária... nisso engendrando variados conflitos, que irrompem quando os interesses contraditórios entram em colisão.

Basta olhar para o mapa da expansão da NATO na Europa para o verificar: a aliança, dirigida pelos Estados Unidos, contava 16 membros em 1992. Hoje conta 30. Todos os novos Estados-membros estão situados na Europa de Leste. Metade deles confina imediatamente com a Rússia, a Bielorrússia e a Ucrânia.

Esta nova “burguesia” russa – de uma riqueza imensa, resultante da pilhagem da propriedade social e da sobre-exploração imposta ao povo por um regime que continua a estar em grande medida dominado pelo complexo militar-industrial vindo da época do estalinismo – tem, todavia, que defender os seus privilégios e, por conseguinte, o seu lugar na economia mundial. Não tem

condições para disputar o domínio americano no mercado mundial, mas tenta salvaguardar os seus interesses. A não ser que se suicide e o decida deliberadamente, o regime de Putin não tem outra opção que não seja defender as posições que detém. Embora a relação de forças lhe seja desfavorável, tem forçosamente, para o fazer, de tentar, aqui e ali, recuperar algumas migalhas que caem da mesa da decomposição dos imperialismos “secundários”, especialmente nas respectivas ex-colónias. Ambições modestas, mas intoleráveis para o imperialismo americano, que considera contrária a todos os seus planos a pretensão desta ex-nomenklatura de manter o controle do seu próprio território e, pior ainda, de exercer influência nos países vizinhos, ou mesmo em África ou no Médio Oriente. Daí a pressão cada vez maior – em que se engloba a “revolução laranja” de 2004 – para transformar cada país europeu numa correia de transmissão das exigências directas do imperialismo americano... e num dos vários elos da cadeia forjada ao longo das fronteiras da Rússia. Que o regime de Putin responda desatando a violência bárbara que se conhece não pode admirar. Esse regime é herdeiro da burocracia de Stalin, ela própria herdeira da tradição de violência e de opressão do regime czarista (à qual, diga-se, o imperialismo nada tem a invejar, de Hiroshima à guerra da Argélia, à do Vietname e tantas outras mais...).

A raiz desta guerra é realmente, pois, o regime da propriedade privada dos meios de produção uma vez chegado a um estádio em que deixou de ser capaz de valorizar a totalidade do capital – de gerar, portanto, lucros suficientes – simplesmente pela exploração clássica da força de trabalho, devendo passar a recorrer à pilhagem, à destruição sistemática de tudo o que se oponha ao seu direito ao lucro, a começar pelas forças produtivas, consideradas excedentárias.

O *Manifesto de Alarme* salienta que “a vida da Europa e de toda a humanidade vai passar a ser determinada, por muito tempo, pelo curso da guerra imperialista e pelas suas consequências económicas e políticas.” Frase que se aplica igualmente à guerra em curso, se bem que de maneira que pode parecer menos visível no ponto em que estamos. O *Manifesto de Alarme* propõe-se “dizer aberta e claramente como vê esta guerra e os seus protagonistas, como caracteriza a política das várias organizações operárias sobre a guerra e – é o mais importante – que saída há que leve à paz, à liberdade e à abundância.” À IVª Internacional, mesmo no meio do massacre ignóbil que, em 1940, está apenas a começar, mesmo nas trevas dessa situação atroz, não interessa lamentar-se, interessa compreender para poder agir. Compreender, em particular, a responsabilidade que as organizações operárias, com a sua “política de guerra”, assumiram no andamento dos acontecimentos. Compreender que abrir uma perspectiva à classe operária, mostrar “que saída há que leve à paz” impõe-nos voltar-nos não para os governos que precipitaram os povos no massacre, não para a burguesia nem para a burocracia operária que apoia a guerra, mas para os oprimidos e explorados. É ainda esse o objectivo que hoje persegue o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI), tanto na sua elaboração teórica e política⁽³⁾ como nas suas iniciativas práticas. Nisso reside a importância da realização, com outras forças, da conferência mundial aberta contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, que se reúne na região de Paris em Outubro de 2022, e do comício internacionalista de Paris que a precede.

O lugar que o imperialismo americano ocupa

O *Manifesto de Alarme* de 1940 destaca o lugar cimeiro ocu-

pado pelo imperialismo americano à escala mundial. A França e a Grã-Bretanha – então consideradas como potências económicas logo abaixo dos Estados Unidos – estão reduzidas, escreve-se, ao papel de “posições fortificadas do capitalismo americano colocadas do outro lado do Atlântico.”

Dizer que essa tendência entretanto se acentuou é o mínimo. A Segunda Guerra Mundial reforçou consideravelmente a posição do imperialismo americano, reduzindo as outras potências capitalistas ao papel de gregários. Quem elaborou a reorganização da ordem mundial foi o imperialismo americano, em conjunto com a burocracia estalinista, no âmbito da aliança contra-revolucionária entre capitalistas e a burocracia do Kremlin selada nos acordos de Ialta e Potsdam (1944-45). É o imperialismo americano que dita forma e conteúdo da “reconstrução europeia”, com o plano Marshall e os seus filhos legítimos: primeiro, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, depois, a Comunidade Económica Europeia dos seis países do Tratado de Roma (1957), por fim a actual União Europeia, produto da reorganização da Europa sob tutela americana.

Não é possível citar aqui todas as etapas que marcaram o apoderação da economia mundial pelo capitalismo norte-americano. Ainda assim, evoque-se a decisão do presidente Nixon, de 1971, de dissociar o dólar da sua referência-ouro, permitindo manipular à vontade as relações entre moedas, segundo as necessidades exclusivas dos capitalistas norte-americanos. A proclamação da União Europeia com base no tratado de Maastricht e, na sua esteira, a instauração da moeda única foram degraus adicionais no reforço desta preponderância absoluta do imperialismo americano no plano económico e político. Na altura explicámos nós, estava ainda o euro por aplicar⁽⁴⁾, que a ficção da moeda única, se tinha em mira demonstrar a independência monetária dos países agrupados na União Europeia, era

exactamente o contrário que fazia: a cotação da moeda europeia passava a ser determinada pelas decisões da Reserva Federal dos Estados Unidos. A queda do euro em relação ao dólar que principiou no início do ano de 2022 é sinal de como esta realidade se está verificando. As variações das taxas directrizes do Banco Central Americano decididas pela Reserva Federal para proteger o capital financeiro da inflação passam a determinar as relações entre todas as moedas e a sua repercussão nas várias economias. Noutro patamar, tem-se visto como, desde que a burocracia estalinista se desfez, o imperialismo americano se vê na contingência de tentar impor por sua conta a ordem mundial, através de intervenções militares no Afeganistão, no Iraque, na Líbia e no mundo inteiro, seguindo a linha de desfazer as nações e assanhar os povos uns contra os outros.

Nada disto se faz sem choques, sem contradições entre os diferentes imperialismos e, também, dentro do próprio imperialismo americano. A crise de primeira grandeza causada por Trump ao não ser reeleito, mais os seus prolongamentos judiciais, põem de manifesto que o reforço da preponderância internacional da burguesia americana não jugula, de maneira nenhuma, as contradições internas entre as suas diferentes fracções. Isso não torna menos verdadeiro que quem hoje dita ao mundo a linha de marcha é o imperialismo americano. Biden reivindicou-o explicitamente em recente declaração: “No mundo inteiro, o desejo de direcção americana é maior do que nunca”⁽⁵⁾. No período mais recente, é significativo que as multinacionais americanas, ainda há meia dúzia de anos inexistentes no mercado mundial do gás, especialmente as que usam o processo de fractura da rocha de xisto, se tenham alcançado ao lugar de primeiro produtor e exportador mundial de gás. Isto, em poucos anos, aproveitando, mormente, as “consequências no

● APRESENTAÇÃO

>>> gás” da intervenção das tropas de Putin na Ucrânia.

A União Europeia, subsidiária da NATO

A União Europeia passou a reivindicar um papel subsidiário da NATO, a aliança militar dirigida pelo imperialismo americano. As resoluções adoptadas pelo Parlamento Europeu dizem isso mesmo claramente. Assim, a resolução do Parlamento Europeu de 1 de Março de 2022 *“reafirma que a NATO constitui o baluarte da defesa colectiva para os Estados-Membros que são aliados na NATO; congratula-se com a unidade entre a UE, a NATO e outros parceiros democráticos que partilham dos mesmos princípios face à agressão russa, mas sublinha a necessidade de reforçar o seu dispositivo de dissuasão colectiva, a sua preparação e a sua capacidade de resistência; incentiva o reforço da presença avançada da NATO nos Estados-Membros geograficamente mais próximos do agressor russo e do conflito; destaca as cláusulas de assistência mútua e de solidariedade da UE e preconiza o lançamento de exercícios militares comuns;”* (...) A resolução de 7 de Abril de 2022 reafirma a sua exigência de *“coordenação constante com os aliados transatlânticos (...) que partilham as mesmas ideias”*: NATO, G7, etc.⁽⁶⁾

Os discursos e tagarelices de todo o jaez que há décadas visam adormecer os povos da Europa, fazendo-lhes crer que a União Europeia lhes abre um futuro de paz; que esta construção europeia comum é um contrapeso ao poderio dos Estados Unidos; que o euro virá contrabalançar o poder do dólar; tudo isto, reduzido a pó.

Põe-se a questão da posição tomada pelas organizações historicamente provenientes do movimento operário. Os seus deputados ao Parlamento Europeu submeteram-se, na sua imensa maioria, a uma “união sagrada

continental”, votando a favor das sanções contra a Rússia, do envio ilimitado de armas para a Ucrânia e, sobretudo, da aliança com a NATO, da integração da “construção política europeia” na aliança militar dominada pelo imperialismo americano⁽⁷⁾.

O *Manifesto de Alarme* de 1940 desmentia a afirmação de que, na guerra então activa, se jogava o direito das nações a disporem de si mesmas. E hoje? É indiscutível que a história da Ucrânia é a história de uma nação oprimida há séculos, particularmente pelo chauvinismo grão-russo. Quatro dias depois da entrada das tropas de Putin na Ucrânia, o CORQI adoptou uma declaração em que se podia ler: *“O CORQI condena os responsáveis pelo sofrimento imposto ao povo ucraniano: a agressão militar russa e a guerra. Condena os responsáveis pelo sofrimento que vai ser imposto ao povo russo pelo efeito das sanções económicas, sem falar do agravamento da repressão que o regime não deixará de abater sobre os trabalhadores e o povo da Rússia. Acaba, aliás, de o fazer, ao prender milhares de participantes em manifestações contra a guerra. Para o CORQI, possa embora a resposta bélica de Putin resultar da provocação do imperialismo, nem por isso ela deixa de ser inteiramente reaccionária. Sejam quais forem as circunstâncias e o contexto global, a agressão militar russa contra a Ucrânia enquadra-se na continuidade da secular opressão chauvinista “grã-russa” contra o povo ucraniano. Na opressão do império czarista, “prisão dos povos”, na opressão estalinista que ressuscitou a opressão nacional, nomeadamente contra o povo ucraniano. Assim, uma vez mais se manifesta a natureza contra-revolucionária da oligarquia russa, tal como, há mês e meio, ela se manifestara no esmagamento sangrento da revolta operária do Cazaquistão. De notar que, no seu discurso de 22 de Fevereiro, a justificar a intervenção, Putin denunciou a existência da Ucrânia como conse-*

quência da revolução de Outubro de 1917. Havia, ironizou, que rebaptizá-la em “Ucrânia de Vladimir Ilitch Lenin”. Isto, apelando à “descomunização” da Ucrânia às botas do seu exército. Da parte deste antigo agente da polícia política do estalinismo reciclado às privatizações mafiosas, foi uma homenagem involuntária à revolução operária na Rússia. Foi, realmente, a revolução de Outubro de 1917 que libertou as nacionalidades oprimidas do antigo império czarista e abriu caminho à Ucrânia independente. O que Putin, com o seu lembrete, estava a dizer às potências capitalistas ocidentais, era: “Nós estamos do mesmo lado, o lado da opressão dos povos, o lado dos anticomunistas; não se enganem de adversário.” Combatendo pela reconstituição da IVª Internacional, o CORQI reivindica a política de Lenin sobre a questão nacional: “Atemonos firmemente ao que não sofre contestação: o direito da Ucrânia a constituir tal Estado [ucraniano independente – NdR]. Respeitamos esse direito. Não apoiamos os privilégios do grão-russo sobre os ucranianos; educamos as massas no espírito do reconhecimento desse direito, no espírito do repúdio pelos privilégios de Estado seja de que nação for.” (“Do Direito das Nações a Disporem de Si Mesmas”, 1914). O CORQI está ao lado dos trabalhadores e do povo ucraniano agredidos, ao lado dos milhares de trabalhadores e jovens que, na Rússia, desde o dia 24 de Fevereiro, têm saído à rua ao grito de “Não à Guerra!”, está ao lado das organizações de trabalhadores que, na Rússia e na Ucrânia, têm corajosamente condenado a intervenção russa. Por isso a IVª Internacional avança as palavras de ordem de “Retirada das tropas russas da Ucrânia!” e de “Respeito da soberania da Ucrânia!”, pois que esta não se tornará real nem sob a bota do exército russo nem com o actual governo ultra-reaccionário e vendido ao imperialismo [o governo Zelensky – NdR].”⁽⁸⁾

Porém, conforme o *Manifesto de Alarme* de 1940 salienta, quando se põe em andamento a uma marcha em direcção ao conflito mundial, as questões de soberania nacional passam para um plano secundário: “*O nosso reconhecimento sem reservas do direito de cada nação à autodeterminação nada altera ao facto de que, nesta guerra, esse direito pouco mais pesa do que uma pluma.*” Que trabalhador pode acreditar que o imperialismo mundial, ao financiar a Ucrânia com 100 mil milhões de dólares em 8 meses, não espera um retorno do seu investimento? Não, nem a Biden, nem a Macron nem a Scholz interessa o direito da nação ucraniana a dispor de si mesma. No domínio do direito das nações a disporem de si próprias, os últimos anos no Afeganistão, na Líbia, na Palestina, no Iraque e em muitos outros países mostraram a verdadeira face do imperialismo, um direito que ele espezinha na exacta medida em que os seus interesses o exijam. A Ucrânia não seria mais livre e soberana sob ocupação da NATO do que o é sob ocupação russa.

Não é uma guerra pela democracia

Esta guerra é tão pouco uma guerra pela defesa do direito da nação ucraniana a viver como é uma guerra pela defesa da democracia. Podem todas as potências imperialistas e a propaganda dos meios de comunicação que as servem multiplicar quanto quiserem as declarações de amor à democracia e à liberdade face à ditadura de Putin, os trabalhadores sabem que o regime de Zelensky é um regime anti-operário levado ao colo pelo imperialismo americano. Sabem que, no mundo inteiro, os inimigos da democracia são financiados e armados pelo imperialismo em função das suas próprias necessidades. O *Manifesto de Alarme* cita a velha palavra de ordem lançada em 1914 pelo revolucionário alemão Karl Liebknecht: “*O inimigo está no nosso próprio*

país”, apelando aos trabalhadores de todos os países para que lutassem em primeiro lugar contra a sua própria burguesia e os seus próprios governos fautores de guerra, no interior como no exterior. Era assim em 1940. É assim em 2022.

É particularmente instrutivo reler os trechos do *Manifesto de Alarme* consagrados à situação na URSS. Em 1940, a URSS ainda não tinha sido arrastada para a guerra. Stalin tinha assinado um pacto com Hitler. Mas era um arranjo que não se podia aguentar. Redunda, um ano mais tarde, na agressão hitleriana contra a União Soviética. Antes, quando, com base neste pacto germano-soviético, ocupara uma parte da Polónia, da Bielorrússia e da Ucrânia, a União Soviética acabou por proceder, como salienta o *Manifesto de Alarme*, à “*nacionalização da propriedade semi-feudal e capitalista na Ucrânia Ocidental e na Bielorrússia Ocidental.*” A razão, salienta o *Manifesto de Alarme*, era a diferença entre a base social e económica da União Soviética e a dos países imperialistas. “*Se não o fizesse, o Kremlin não podia incorporar na URSS o território ocupado. Era a Revolução de Outubro, estrangulada e profanada embora, a avisar que ainda estava viva.*”

A situação hoje na Rússia já nada tem que ver, evidentemente, com a de 1940. Se bem que o bando mafioso que está no poder no Kremlin seja ainda composto em grande parte por indivíduos provenientes da velha *nomenklatura* estalinista, as relações sociais criadas em Outubro de 1917, que a burocracia saqueadora e predadora acabou por conseguir desmantelar, foram revertidas. O regime social hoje em vigor na Rússia é um regime capitalista. Esta burguesia híbrida e mafiosa oriunda da *nomenklatura* procura inserir-se como componente da classe capitalista. A orientação do *Manifesto de Alarme* de 1940, que toma a defesa da base social da União Soviética contra e apesar da burocracia não

é, pois, susceptível de aplicação hoje à Rússia.

Em contrapartida, a maneira em que o *Manifesto de Alarme* põe a questão da União Soviética na guerra permite elucidar o como havemos de lidar hoje com as ameaças do imperialismo contra a China.

Em 1940, tendo Stalin aproveitado a deflagração da guerra na Europa para invadir a Finlândia, o *Manifesto de Alarme* condena tal invasão, anotando que ela é amplamente rejeitada pelos trabalhadores do mundo inteiro. Não obstante, “*os operários avançados compreenderam que os crimes da oligarquia do Kremlin não apagavam da ordem do dia a questão da existência da URSS*”, pois a sua “*derrota na guerra mundial não significaria apenas a derrocada da burocracia totalitária, mas também a liquidação das novas formas de propriedade, o colapso da primeira experiência de economia planeada, a transformação de todo o país numa colónia, numa palavra, a entrega de recursos naturais colossais ao imperialismo, concedendo-lhe uma trégua até à terceira guerra mundial.*” Concluindo o *Manifesto de Alarme* que “*tal saída não interessa nem aos povos da URSS nem à classe operária como um todo.*”

Em 2022, do mesmo passo que o imperialismo americano (e os imperialismos “secundários” à sua trela) se empenha cada dia mais, nos planos financeiro, militar, político e diplomático na guerra na Europa de Leste, acumulam-se as ameaças contra a China. O *Manifesto de Alarme* descreve por antecipação, falando, nessa altura, da URSS, as razões por que o imperialismo, em 2022, não pode tolerar a existência da economia planeada na China: “*A burguesia compreende essa diferença social melhor e mais profundamente que os cabeças de vento radicais. É evidente que a nacionalização dos meios de produção num país, ainda por cima tratando-se de um país*

● APRESENTAÇÃO

>>> *atrasado, não chega para garantir a construção do socialismo. Mas dá para fomentar a premissa primeira do socialismo, ou seja, o desenvolvimento planeado das forças produtivas.*” Desta análise faz o *Manifesto de Alarme* de 1940 decorrer, para os trabalhadores do mundo inteiro, o dever de se oporem a toda e qualquer agressão imperialista contra a União Soviética: “*Virar costas à nacionalização dos meios de produção porque, por si só, ela não gera o bem-estar das massas é o mesmo que condenar alicerces de granito à destruição por ser impossível viver sem paredes e sem tecto. Um operário com consciência de classe sabe que é impensável ser bem sucedido na luta pela emancipação completa se não se defenderem as conquistas já obtidas, por modestas que sejam. Tanto mais obrigatório é, por conseguinte, defender uma conquista tão colossal como a economia planeada contra a restauração das relações capitalistas. Quem não é capaz de defender as velhas posições nunca conquistará outras novas.*” Não é esta a questão que hoje se põe na China, num contexto diferente?

A questão da China

Está fora de questão depositar confiança nos dirigentes chineses para defender as conquistas da revolução de 1949 e opor-se às ameaças do imperialismo. Nenhuma confiança: o regime burocrático de Pequim é inimigo da classe operária chinesa e mundial; não faz outra coisa senão proibir os trabalhadores chineses de se organizarem por si mesmos para dar vencimento aos seus interesses de classe; não faz outra coisa senão reprimir violentamente as suas acções independentes, enquanto vai procurando pactuar com o imperialismo, na esperança de, com tais compromissos, conseguir assegurar a continuidade do regime.

A história chegou, contudo, a um momento em que o imperialismo, pelo seu lado, está cada vez menos disposto a compromissos

com a burocracia chinesa. Cada vez mais arrogante, agressivo e exigente, o imperialismo cada vez menos tolera que o vasto território chinês continue a reger-se, pelo menos em boa parte, pela propriedade nacionalizada, que escapa ao controle directo do capital financeiro norte-americano. Combinando ameaças verbais, demonstrações de força militares e tentativas de asfixia económica, o imperialismo americano está levando à prática o que Biden, no documento de 12 de Outubro já citado, definiu como cerne da sua estratégia: “*Suplantar a China e coagir a Rússia*”. A burocracia no poder em Pequim é, assim, pelas próprias necessidades de sobrevivência do seu regime, compelida a, dentro de certos limites, não ceder à pressão imperialista, pelo menos às suas formas mais exigentes e mais violentas.

Os trabalhadores chineses não são favoráveis a nenhuma política agressiva e belicista da parte do seu governo. Não desejam, por exemplo, que a China ataque Taiwan ou outros territórios, não obstante considerarem que Taiwan faz parte integrante da China. Seja como for, só a classe operária tem a capacidade de realizar o que não deixa de ser um dever, o de se opor a qualquer agressão imperialista. Um ataque imperialista contra a China começaria não tanto por visar a burocracia, mas as conquistas do proletariado, em particular a economia planeada e nacionalizada.

Outra significativa actualidade do *Manifesto de Alarme* é o aspecto das relações com as colónias. “*A guerra actual é inteiramente por causa das colónias*”, escrevíamos em 1940. E a guerra de 2022? Não se poderá falar de guerra por colónias no sentido próprio. Certo é, todavia, que o controle dos recursos das antigas colónias e o domínio imperialista da África, da América Latina e da Ásia continuam a estar em jogo na guerra em curso. Ontem, a pilhagem das colónias permitia alimentar a aristocracia operária nas metrópoles. Hoje continuam a ser

as “migalhas” que caem dessa pilhagem de tipo neocolonial que alimentam os apetites da burocracia operária.

A economia do armamento

O *Manifesto de Alarme* evoca o “*monstruoso crescimento dos armamentos nos Estados Unidos*” em 1940. Crescimento ligado à guerra que estava em plena expansão. Só que este crescimento se manteve depois da guerra. A economia do armamento experimentou, com efeito, à escala mundial, um surto constante durante a chamada guerra fria, quer como factor de propulsão parasitária da economia mundial, quer, também, como “mercado-ria” que acaba por ser preciso consumir para poder renová-la. É significativo que, para financiar essa economia do armamento em pleno crescimento, se fazem cair os cortes orçamentais e as políticas de destruição em cima dos povos dos países imperialistas metidos nesta cruzada mundial.

Voltamos à questão da responsabilidade do movimento operário. O *Manifesto de Alarme* salienta que a derrota organizada das revoluções proletárias em França e em Espanha desaguou na Segunda Guerra Mundial, tendo os dirigentes da social-democracia e do estalinismo, pela sua política de traição, aberto o caminho ao fascismo.

Daí a urgência de reconstruir o movimento operário com um novo eixo, salienta o *Manifesto de Alarme*, que relewa o facto que, num período de guerra imperialista, os governos procuram transformar as organizações sindicais em simples apêndices da sua política. “*Uma época nova exige métodos novos. Métodos novos exigem dirigentes novos. Só há uma maneira de salvar os sindicatos: transformá-los em organizações de combate que fixem como seu objectivo a vitória sobre a anarquia capitalista e o banditismo imperialista.*” Acrescentando que “*Os sindicatos terão um*

papel preponderante na construção da economia socialista, mas condição prévia para isso é o derrube da classe capitalista e a nacionalização dos meios de produção.” Interessa “salvar a humanidade do suicídio”, na consciência de que “não tem sido raro a guerra ter sido a mãe da revolução”, pois “o capital não abre nenhuma saída à humanidade”.

Guerra que se generaliza, destruição de nações inteiras, êxodos, pauperização que alastra a todas as camadas da classe operária e da juventude em todos os continentes, ameaças ao ambiente que o capitalismo, longe de as conter, multiplica e amplifica: não interessa, hoje mais ainda do que em 1940, “salvar a humanidade do suicídio”?

As tarefas da vanguarda

A vanguarda deve saber afirmar, em 2022 como em 1940, que “esta guerra não é a nossa guerra”. Lutando contra todos os governos imperialistas, apelando aos trabalhadores para combaterem “o inimigo no nosso próprio país”, a

IVª Internacional lavra o sulco do reagrupamento da vanguarda revolucionária na linha da independência de classe. Rer o *Manifesto de Alarme*, reflectir nas semelhanças e diferenças de situações em 1940 e em 2022 permite verificar, relacionando-a com o momento que atravessamos, a validade das palavras de ordem e do método da IVª Internacional (na continuidade das três anteriores). E, assim, armar-se para o combate intransigente, um combate de classe independente para acabar com a barbárie imperialista. ●

(1) O pensamento analógico apura semelhanças entre realidades presentes e passadas. O pensamento dialéctico, que se debruça sobre as realidades nas suas contradições e no seu movimento, é uma etapa superior do pensamento.

(2) O *Manifesto de Alarme* não identifica a situação em que a Segunda Guerra Mundial deflagra com aquela que existia quando Lenin analisou as causas da Primeira. Num dos seus últimos artigos, Trotsky escreveu, no prolongamento do Manifesto: “a guerra actual, como temos dito com frequência, é a continuação da última guerra. Só que continuação não é o mesmo que repetição. Continuação

significa, regra geral, desenvolvimento, aprofundamento, acentuação”.

(Bonapartismo, fascismo e guerra, Agosto de 1940).

(3) Declaração do CORQI de 28 de Fevereiro de 2022 (publicada no nº 25 d’A Internacional). Notas do colectivo de animação do CORQI, reunido em 25 de Agosto de 2022. Notas editoriais do nº 26-27 d’A Internacional, Junho de 2022).

(4) Nomeadamente em *Lutte des classes et mondialisation* (Daniel Gluckstein, Éditions Selio).

(5) “*Around the world, the need for American leadership is as great as it has ever been*” (Joe Biden, National Security Strategy, 12 de Outubro de 2022).

(6) Resoluções disponíveis na íntegra na página do Parlamento Europeu.

(7) A quase totalidade do grupo social-democrata votou a favor destas resoluções. *The Left* (A Esquerda) partiu-se em três bocados: 20 votaram a favor (todos os deputados de *La France insoumise* mais o Syriza da Grécia). 10 abstiveram-se e 7 votaram contra (dois do Partido Comunista Português, dois do grupo *Die Linke*, da Alemanha, dois do *Change*, da Irlanda, e um dos *Anticapitalistas* do Estado Espanhol).

(8) Declaração do CORQI de 28 de Fevereiro de 2022 (publicada no nº 25 d’A Internacional).

● DOCUMENTO

Manifesto da IVª Internacional sobre a Guerra Imperialista e a Revolução Proletária Mundial

dito “Manifesto de Alarme” da IVª Internacional

Leon Trotsky, 23 de Maio de 1940

INTRODUÇÃO

A CONFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA da IVª Internacional, partido mundial da revolução socialista, reúne-se no momento em que a segunda guerra imperialista sofre uma viragem. Ficou para trás a etapa das sondagens, dos preparativos e da relativa inacção militar. A Alemanha soltou as fúrias do inferno numa ofensiva geral, à qual os aliados, pelo seu lado, ripostam recorrendo a todas as forças destrutivas de que dispõem. A vida da Europa e de toda a humanidade vai passar a ser determinada, por muito tempo, pelo curso da guerra imperialista e pelas suas consequências económicas e políticas.

A IVª Internacional considera chegado o momento de dizer aberta e claramente como vê esta guerra e os seus protagonistas, como caracteriza a política das várias organizações operárias sobre a guerra e – é o mais importante – que saída há que leve à paz, à liberdade e à abundância.

A IVª Internacional volta-se não para os governos que atiraram os povos para o massacre, nem para os políticos burgueses responsáveis por esses governos, nem para a burocracia sindical que apoia a burguesia em guerra. Nada liga a IVª Internacional aos opressores, aos exploradores e aos imperialistas. Ela é o partido mundial dos trabalhadores, dos

oprimidos e dos explorados. A eles se dirige este manifesto.

As causas gerais da guerra actual

Se a tecnologia é hoje infinitamente mais poderosa do que quando terminou a guerra de 1914-18, a humanidade é muito mais fustigada pela pobreza. O nível de vida tem caído num país atrás do outro. Ao franquearem-se as portas da presente guerra, a situação da agricultura era pior do que quando rebentou a guerra anterior. Os países agrícolas encontram-se arruinados. Nos países industriais, as classes médias caem na ruína económica. Formou-se uma sub-classe permanente de desempregados – párias modernos. O mercado interno está a encolher. A exportação de capitais a diminuir. O imperialismo estilhaçou literalmente o mercado mundial, partindo-o em esferas dominadas individualmente por um país poderoso. Apesar do considerável aumento da população do planeta, o comércio mundial de cento e nove países do mundo decaiu quase uma quarta parte durante a década anterior à guerra actual. Em alguns países, o comércio externo reduziu-se a metade, a um terço, a um quarto.

Os países coloniais sofrem com as suas próprias crises internas e com as crises das metrópoles. Nações atrasadas, ainda ontem meio livres, vêem-se hoje reduzidas à escravatura

(Abissínia, Albânia, China...)⁽²⁾. Cada país imperialista tem de possuir as suas próprias fontes de matérias-primas, sobretudo por causa da guerra, ou seja, para uma nova luta pelas matérias-primas. Na mira de enriquecerem ainda mais, os capitalistas estão destruindo e devastando tudo o que foi criado por séculos de trabalho.

O mundo do capitalismo decadente está superpovoado. A admissão de mais cem refugiados constitui um problema grave para uma potência mundial como os EUA³. Na era da aviação, do telefone, do telégrafo, da rádio e da televisão, passaportes e vistos paralisam as viagens de um país para outro. A época do desaparecimento do comércio mundial e do declínio do comércio interno é, do mesmo passo, a época da monstruosa intensificação do chauvinismo e, muito em particular, do anti-semitismo. O capitalismo, quando surgiu, tirou o povo judeu do gueto e usou-o como instrumento da sua expansão comercial. Hoje, a sociedade capitalista em declínio tenta expelir o povo judeu por todos os poros; entre os dois mil milhões de pessoas que habitam o nosso planeta, dezesseite milhões, ou seja, menos de um por cento, já não conseguem encontrar lugar onde viver! Por entre as vastas extensões de terras e as maravilhas da técnica que conquistaram para os homens o céu como antes a terra, a burguesia conseguiu fazer do nosso planeta uma prisão fétida.

Lenin e o imperialismo

No dia 1 de novembro de 1914, ao iniciar-se a última guerra imperialista, Lenin escreveu:

“O imperialismo ameaça o destino da cultura europeia. Se, depois desta guerra, não se der uma série de revoluções, outras guerras virão; o conto de fadas da ‘guerra para acabar com todas as guerras’ mais não é do que um vácuo, pernicioso conto de fadas...”⁽³⁾.

Trabalhadores, lembrai-vos desta predição! A guerra actual, a segunda guerra imperialista, não é um acidente nem é consequência da vontade de tal ou qual ditador. Há muito foi predita. Ela decorre inexoravelmente das contradições entre os interesses capitalistas internacionais. Ao contrário do que dizem as fábulas oficiais feitas para drogar o povo, a causa principal da guerra, como a dos outros males sociais, desemprego, carestia, o fascismo, a opressão colonial, é a propriedade privada dos meios de produção e o Estado burguês assente nessas fundações.

Ao nível actual da técnica e das habilitações dos trabalhadores, é perfeitamente possível criar condições adequadas para o desenvolvimento material e espiritual de toda a humanidade. Bastaria organizar como deve ser, científica e racionalmente, a economia de cada país e de todo o planeta, em função de um plano geral. No entanto, enquanto as principais forças produtivas da sociedade continuarem nas mãos dos grupos económicos, portanto de camarilhas capitalistas isoladas, e enquanto o Estado nacional continuar a ser uma ferramenta complacente nas mãos destas camarilhas, a luta pelos mercados, pelas fontes de matérias-primas, pelo domínio do mundo, adquirirá inevitavelmente um carácter cada vez mais destrutivo. Só a classe operária revolucionária poderá arrancar o poder de Estado e o domínio da economia a estas camarilhas imperialistas rapaces. É esse o sentido da advertência de Lenin de que “se não se der uma série de revoluções vitoriosas”, inevitavelmente esta-

ria uma nova guerra imperialista. As diferentes predições e promessas então feitas foram sujeitas à prova dos factos. O conto de fadas da “guerra para acabar com todas as guerras” era uma mentira. A previsão de Lenin, trágica verdade.

As causas imediatas da guerra

A causa imediata da guerra actual é a rivalidade entre os impérios coloniais antigos e ricos, a Grã-Bretanha e a França, e os saqueadores imperialistas que chegaram atrasados, a Alemanha e a Itália.

O século XIX foi a era da hegemonia incontestada da potência imperialista mais antiga, a Grã-Bretanha. Entre 1815 e 1914, reinou a “paz britânica”, não sem algumas explosões militares isoladas. A armada britânica, a mais poderosa do mundo, fazia de polícia dos mares. Esta era pertence, porém, ao passado. Já no final do século passado, a Alemanha, armada de técnica moderna, começou a avançar para o primeiro lugar na Europa. Além-oceano, surgiu um país ainda mais poderoso, antiga colónia britânica. A contradição económica mais importante entre as que causaram a guerra de 1914–1918 foi a rivalidade entre a Grã-Bretanha e a Alemanha. Quanto aos EUA, a sua participação na guerra teve carácter preventivo; não podia permitir que a Alemanha subjugasse o continente europeu.

A derrota devolveu a Alemanha à completa impotência. Desmembrada, rodeada de inimigos, arruinada pelas indemnizações, debilitada pelas convulsões da guerra civil, parecia atirada para fora da corrida por muito tempo, se não para sempre. No continente europeu, o primeiro violino passou temporariamente para as mãos da França. À Inglaterra vitoriosa, o balanço da guerra deixou, em última análise, um passivo: independência crescente dos territórios seus dependentes; movimentos coloniais pela independência, perda da hegemonia naval; diminuição da importância da sua

armada, com o desenvolvimento da aviação.

A Inglaterra ainda tentou continuar, nos primeiros anos que se seguiram à vitória, por inércia, a ser o protagonista da cena mundial. Os seus conflitos com os EUA começaram a tomar um aspecto ostensivamente ameaçador. Parecia que a próxima guerra se inflamaria entre os dois aspirantes anglo-saxões ao domínio do mundo. No entanto, a Inglaterra cedo se teve de convencer de que a sua força económica era insuficiente para competir com o colosso de além-oceano. O acordo sobre equilíbrio naval que fez com os EUA representou a desistência formal da hegemonia naval que, na prática, já havia perdido. Ao substituir o comércio livre por barreiras aduaneiras, estava admitindo abertamente a derrota da indústria britânica no mercado mundial. Na esteira da renúncia à política de “esplêndido isolamento” chegou o serviço militar obrigatório. Assim se esfumaram todas as sagradas tradições.

Também a França se caracteriza, ainda que em menor escala, por idêntica incongruência entre o seu peso económico e sua posição no mundo. A sua hegemonia na Europa assentava numa conjuntura momentânea criada pela aniquilação da Alemanha e pelas estipulações artificiais do Tratado de Versalhes. A dimensão da sua população e as fundações económicas em que tal hegemonia assentava eram muito insuficientes. À medida que o encantamento da vitória se dissipava, a verdadeira relação de forças irrompeu de chofre. A França mostrava-se muito mais fraca do que parecera ser, não só a amigos como também a inimigos. À procura de quem a cobrisse, acabou por converter-se, essencialmente, no último domínio da Grã-Bretanha.

Era inevitável a regeneração da Alemanha, estribada numa tecnologia de primeira ordem e na sua capacidade de organização. Ocorreu antes do que se julgasse possível, em grande medida graças ao apoio dado pela Inglaterra à Ale-

● DOCUMENTO

>>>



Lenin

manha contra a URSS, contra as pretensões exorbitantes da França e, mais indirectamente, contra os EUA. Esse tipo de manobras internacionais tinha, no passado, mais do que uma vez, dado bons resultados à Inglaterra, enquanto era a potência mais forte. Na senilidade, a Inglaterra mostrou-se incapaz de lidar com os espíritos que ela própria invocara.

Armada com tecnologia mais moderna, mais flexível e de maior capacidade produtiva, a Alemanha recomeçou a expulsar a Inglaterra de mercados muito importantes, especialmente no Sudeste europeu e na América Latina. Se, no século XIX, a concorrência entre os países capitalistas se desenvolvia num mercado mundial em expansão, hoje a arena económica da luta está-se a estreitar, não restando aos

imperialistas outra alternativa que não seja abocanharem pedaços do mercado mundial uns aos outros.

A iniciativa da nova divisão do mundo, desta feita como em 1914, competia naturalmente à Alemanha. O governo inglês, apanhado desprevenido, começou por tentar safar-se da guerra fazendo concessões à custa de terceiros (Áustria, Checoslováquia)⁽⁴⁾. Política efémera, porém. A “amizade” com a Grã-Bretanha não passou, para Hitler, de breve fase táctica. Londres já lhe concedera mais do que ele havia calculado conseguir. O acordo de Munique, pelo qual Chamberlain esperava selar uma amizade duradoura com a Alemanha, serviu, pelo contrário, para apressar a ruptura. Hitler mais nada podia esperar de Londres; em continuando a sua expansão, a

Alemanha estaria atacando as linhas vitais da Grã-Bretanha. Assim foi que a “nova era de paz”⁽⁵⁾ proclamada por Chamberlain em Outubro de 1938 conduziu, em poucos meses, à mais terrível de todas as guerras.

Os Estados Unidos

Enquanto, desde os primeiros meses da guerra, a Grã-Bretanha envidava todos os esforços para se apropriar das posições deixadas vagas no mercado mundial pela Alemanha, bloqueada, os Estados Unidos têm vindo a desalojar quase automaticamente deles a Grã-Bretanha. Dois terços do ouro do mundo estão concentrados nos cofres norte-americanos. O terço restante segue o mesmo caminho. O papel da Inglaterra como banqueira do mundo pertence ao passado. Noutros domínios, as coisas não andam muito melhor. Enquanto a armada e a marinha mercante da Grã-Bretanha vão sofrendo enormes perdas, os estaleiros navais norte-americanos constroem navios a um ritmo colossal, os navios que irão garantir o domínio da frota norte-americana sobre a britânica e a japonesa. Os Estados Unidos preparam-se manifestamente para adoptar a norma da dupla potência (*two power standard*: uma armada mais poderosa que as frotas combinadas das duas potências que vêm a seguir). O novo programa para a frota aérea têm em mira garantir a superioridade dos EUA sobre todo o resto do mundo.

No entanto, a força industrial, financeira e militar dos EUA, a primeira potência capitalista do mundo, nem por isso assegura o florescimento da economia norte-americana, pelo contrário dando à crise que afecta o seu sistema social um carácter especialmente maligno e convulsivo. Não se consegue dar uso aos milhares de milhões em ouro, nem aos milhões de desempregados! Nas teses da IVª Internacional, *A guerra e a IVª Internacional*, publicadas há seis anos, vaticinava-se que:

“O capitalismo americano debate-se com os mesmos problemas

que empurraram a Alemanha para a guerra em 1914. O mundo está dividido? Refaça-se a divisão. Para a Alemanha, era questão de 'organizar a Europa'. Os Estados Unidos têm de 'organizar' o mundo. A história expõe a humanidade à vulcânica irrupção do imperialismo norte-americano"⁽⁶⁾.

O *New Deal* e a "política de boa vizinhança" (*Good Neighbor*)⁽⁷⁾ foram as últimas tentativas para adiar o estouro, aliviando a crise social com concessões e acordos. Falida tal política, que consumiu dezenas de milhares de milhões, nada mais restava ao imperialismo norte-americano senão recorrer ao método do punho de ferro. Com um pretexto e palavra de ordem ou outro, os Estados Unidos intervirão no tremendo choque para conservar o seu "território" mundial. A ordem e o momento da luta entre o capitalismo norte-americano e os seus inimigos não se conhece ainda, nem sequer, talvez, em Washington se saiba. A guerra com o Japão seria por "espaço vital" no Oceano Pacífico. A guerra no Atlântico, ainda que de imediato dirigida contra a Alemanha, seria pela herança da Grã-Bretanha.

A potencial vitória da Alemanha sobre os aliados plana sobre Washington como um pesadelo. Com o continente europeu e os recursos das suas colónias como base, com todas as fábricas de munições e estaleiros navais europeus à disposição, a Alemanha (especialmente se aliada ao Japão no Oriente) constituiria um perigo mortal para o imperialismo norte-americano. As titânicas batalhas que se desenrolam actualmente nos campos da Europa são, neste sentido, episódios preliminares da luta entre a Alemanha e a América. A França e a Inglaterra não passam de posições fortificadas do capitalismo americano colocadas do outro lado do Atlântico. Se as fronteiras da Inglaterra estão à beira Reno, como formulou um dos primeiros-ministros britânicos, os imperial-

istas norte-americanos bem podem dizer que as fronteiras dos Estados Unidos estão no Tamisa. Na sua febril actividade de preparação da opinião pública para a guerra iminente, Washington não poupa na nobre indignação pela sorte da Finlândia, Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica⁽⁸⁾... Com a ocupação da Dinamarca, surgiu inesperadamente a questão da Gronelândia, "geologicamente" parte do hemisfério ocidental e, por feliz casualidade, albergue de depósitos de criolite, indispensável para a produção de alumínio⁽⁹⁾. Tão pouco escapam a Washington a escravizada China, as indefesas Filipinas, as órfãs Índias Holandesas e as rotas marítimas livres. Deste modo, são simpatias filantrópicas pelas nações oprimidas e até considerações geológicas que arrastam os Estados Unidos para a guerra.

As forças armadas norte-americanas só poderão, no entanto, intervir com êxito se contarem com a França e as Ilhas Britânicas como sólidas bases de apoio. Se a França for ocupada e aparecerem tropas alemãs no Tamisa, a relação de forças muda drasticamente contra os Estados Unidos. Todas estas considerações obrigam Washington a acelerar os ritmos, não sem, do mesmo passo, ponderar se já não terá deixado passar o momento oportuno.

Contra a posição oficial da Casa Branca levantam-se os ruidosos protestos do isolacionismo norte-americano, que não é senão outra variante do mesmíssimo imperialismo. O sector capitalista cujos interesses estão fundamentalmente ligados ao continente americano, à Austrália e ao Extremo Oriente calcula que, caso os aliados saiam derrotados, os Estados Unidos obterão automaticamente para si o monopólio da América Latina, mas também do Canadá, da Austrália e da Nova Zelândia. Quanto à China, às Índias Holandesas e ao Oriente em geral, toda a classe dominante dos Estados Unidos está convencida de que,

assim como assim, a guerra com o Japão é inevitável num futuro próximo. A pretexto de isolacionismo e pacifismo, um sector influente da burguesia tem em preparação um programa de expansão continental americana e de luta contra o Japão. Nos termos deste plano, a guerra contra a Alemanha pelo domínio do mundo fica meramente adiada. E quanto aos pacifistas pequeno-burgueses do tipo de Norman Thomas⁽¹⁰⁾ e sua confraria, eles não passam de meninos de coro de um dos clãs imperialistas.

A nossa luta contra a intervenção dos Estados Unidos na guerra não tem nada que ver com isolacionismo e com pacifismo. Dizemos abertamente aos operários que o governo imperialista não pode deixar de arrastar o país para a guerra. As disputas internas da classe dominante rodam somente em torno do momento de entrar na guerra e contra quem abrir fogo primeiro. Pretender agarrar os Estados Unidos à neutralidade com artigos de jornal e resoluções pacifistas é o mesmo que tentar parar a maré cheia com uma vassoura. A verdadeira luta contra a guerra implica luta de classe contra o imperialismo e denúncia implacável do pacifismo pequeno-burguês. Só a revolução poderá impedir a burguesia americana de intervir na segunda guerra imperialista ou de começar a terceira. Qualquer outro método não passa de charlatanice, estupidéz ou uma combinação de ambas.

A defesa da "pátria"

Há quase cem anos, quando o Estado nacional ainda constituía um fator relativamente progressista, o Manifesto Comunista proclamou que os proletários não têm pátria. O seu único propósito é criar a pátria dos trabalhadores, que abarca o mundo inteiro. Até ao final do século XIX, o Estado burguês, com os seus exércitos e barreiras aduaneiras, transformou-se no maior freio ao desenvolvimento das forças produtivas, que exigem um campo de

● DOCUMENTO

>>>

acção muito mais extenso. O socialista que hoje saia em defesa da “pátria” faz o mesmo papel reaccionário que os camponeses da Vendeia, que correram em defesa do regime feudal, ou seja, das suas próprias algemas⁽¹¹⁾.

Nos últimos anos e mesmo nos meses mais recentes, o mundo viu com assombro com que facilidade os Estados podiam desaparecer do mapa da Europa: Áustria, Checoslováquia, Albânia, Polónia, Dinamarca, Noruega, Holanda, Bélgica⁽¹²⁾... Nunca antes o mapa político se transformara com tanta rapidez, salvo na época das guerras napoleónicas⁽¹³⁾. Nessa época, foram Estados feudais ultrapassados que tiveram de ceder o passo ao Estado nacional burguês. Hoje são Estados burgueses ultrapassados que têm de ceder o passo à federação socialista dos povos. A corrente rompe, como sempre, pelo elo mais fraco. A luta entre os bandidos imperialistas deixa tão pouco espaço aos pequenos Estados independentes como a luta feroz entre grupos económicos e cartéis aos pequenos fabricantes e comerciantes independentes.

Pela sua posição estratégica, a Alemanha considera mais proveitoso atacar os seus inimigos principais passando pelos países pequenos e neutros⁽¹⁴⁾. A Grã-Bretanha e a França, pelo contrário, acham que beneficiam da cobertura dada pela neutralidade dos Estados pequenos e deixam os ataques alemães empurrá-los para o campo dos aliados “democráticos”. O nó da questão não muda com esta diferença de métodos estratégicos. Os pequenos satélites são reduzidos a pó pelas trituradoras dos grandes países imperialistas. A “defesa” das pátrias grandes exige a liquidação de uma dúzia de pequenas e médias pátrias.

Mas o que, mesmo nos Estados grandes, interessa à burguesia não é para nada a defesa da pátria, mas sim a dos mercados, das concessões estrangeiras, das fontes de matérias-primas e das esferas de influência. A burguesia nunca

defende a pátria pela pátria. Defende propriedade privada, privilégios, lucros. Quando estes valores sagrados se vêem ameaçados, a burguesia envereda de imediato pelo derrotismo. Foi assim com a burguesia russa, cujos filhos, depois da Revolução de Outubro, lutaram e estão dispostos a lutar uma vez mais, em todos os exércitos do mundo, contra a sua própria antiga pátria. Para salvar o seu capital, a burguesia espanhola pediu ajuda a Mussolini⁽¹⁵⁾ e a Hitler contra o seu próprio povo⁽¹⁶⁾. A burguesia norueguesa coadjuvou Hitler na invasão do seu país. Sempre assim foi e sempre assim será.

O patriotismo oficial mascara os interesses dos exploradores. Os operários com consciência de classe deitam esta máscara por terra, com desprezo. Não defendem a pátria burguesa, mas os interesses dos trabalhadores e oprimidos de seu país e do mundo inteiro. As teses da IVª Internacional afirmam:

“Contra a palavra de ordem reaccionária da ‘defesa nacional’ é necessário avançar a consigna da destruição revolucionária do Estado nacional. Ao manicómio da Europa capitalista é necessário contrapor o programa dos Estados Unidos Socialistas da Europa, como etapa a caminho dos Estados Unidos Socialistas do Mundo”⁽¹⁷⁾.

A “luta pela democracia”

Não menor mentira é a da palavra de ordem da guerra pela democracia contra o fascismo. Como se os operários estivessem esquecidos de que o governo britânico ajudou Hitler e a sua horda de verdegos a subirem ao poder!⁽¹⁸⁾

As democracias imperialistas são na realidade as maiores aristocracias da história. A Inglaterra, a França, a Holanda e a Bélgica assentam na escravização dos povos coloniais. A democracia dos Estados Unidos assenta na apropriação da vasta riquezas de

um continente inteiro. Estas “democracias” orientam todos os seus esforços no sentido de preservar a sua posição privilegiada. Descarregam boa parte do peso da guerra nas suas colónias. Obrigam os escravos a oferecerem o seu sangue e o seu ouro para garantir aos amos a possibilidade de continuarem a ser escravagistas. As pequenas democracias capitalistas sem colónias são satélites dos grandes impérios e levam uma fatia dos seus lucros coloniais. As classes dominantes desses Estados estão dispostas a renunciar à democracia a qualquer momento para preservarem os seus privilégios.

No caso da minúscula Noruega⁽¹⁹⁾, a mecânica interna da democracia decadente descobriu-se uma vez mais aos olhos do mundo inteiro. A burguesia norueguesa serviu-se simultaneamente do governo social-democrata⁽²⁰⁾ e dos polícias, juízes e oficiais fascistas⁽²¹⁾. Ao primeiro impacto sério, as cabeças democráticas foram varridas, e a burocracia fascista, que imediatamente encontrou uma língua comum com Hitler, tomou conta da ocorrência. Com variantes nacionais, a mesma experiência fora anteriormente levada a cabo em Itália, na Alemanha, na Áustria, na Polónia, na Checoslováquia e em vários outros países. Chegado o perigo, a burguesia sempre soube desembarçar o aparelho do seu poder real, instrumento directo do capital financeiro, do aparato democrático. Só um cego contumaz pode acreditar que os generais e almirantes britânicos e franceses estão travando uma guerra contra o fascismo!

A guerra não deteve o processo de transformação das democracias em ditaduras reaccionárias; pelo contrário, está levando este processo à sua conclusão diante dos nossos olhos.

Em cada país, tanto como na arena mundial, a guerra fortaleceu imediatamente os grupos e instituições mais reaccionários. Sobem imediatamente à antecena os estados-maiores, ninhos

de conspirações bonapartistas, os covis malignos da polícia, as maltas de patriotas de aluguer, as igrejas de todos os credos. Todos, especialmente o protestante presidente Roosevelt⁽²²⁾, adulam a Cúria Papal, foco do obscurantismo e do ódio entre os homens. A decadência material e espiritual traz sempre à trela a repressão policial e um aumento da procura do ópio da religião.

Procurando lograr as vantagens de um regime totalitário, as democracias imperialistas lançam em sua própria defesa uma ofensiva redobrada contra a classe operária e a perseguição das organizações revolucionárias. Utilizam o perigo da guerra e, agora, a própria guerra, antes de mais nada, para esmagarem inimigos internos. A burguesia segue invariável e implacavelmente a regra de que “o inimigo principal está no nosso próprio país”.

Como sempre sucede, são os mais débeis os que mais sofrem. Nesta matança dos povos, os mais débeis são os inúmeros refugiados de todos os países, entre eles os exilados revolucionários. O patriotismo burguês começa por se manifestar na brutalidade com que se tratam estrangeiros indefesos. Antes de se construírem campos de concentração para prisioneiros de guerra, já todas as democracias haviam construído campos de concentração para os exilados revolucionários. Os governos de todo o mundo, e especialmente o da URSS, escreveram a página mais negra de nossa época com o tratamento que infligiram aos refugiados, aos exilados, aos sem-abrigo. Enviamos as nossas mais cordiais saudações aos irmãos presos e perseguidos e pedimos-lhes que não desanimem. É das prisões e campos de concentração capitalistas que sairá a maior parte dos dirigentes da Europa e do mundo de amanhã!

As palavras de ordem de guerra dos nazis

Não tem interesse nenhum, de modo geral, analisar as palavras de ordem oficiais de Hitler. Há muito tempo que ficou claro que a luta pela “unificação nacional” é uma mentira, já que Hitler está transformando o Estado nacional num Estado de muitas nações, espezinhando a liberdade e a unidade de outros povos. A luta pelo “espaço vital” não passa de camuflagem da expansão imperialista, ou seja, da política de anexação e pilhagem. A justificação racial desta expansão é uma mentira; o nacional-socialismo muda de simpatias e antipatias raciais segundo considerações estratégicas. Talvez o anti-semitismo seja um elemento algo mais estável da propaganda fascista. Hitler deu-lhe formas zoológicas, descobrindo no cão a ladrar e no porco a grunhir a verdadeira língua da “raça” e do “sangue”. Por algum motivo Engels chamou ao anti-semitismo o “socialismo dos imbecis”! O único traço do fascismo que não é de contrabando é a sua sede de poder, subjugação e saque. O fascismo é um destilado quimicamente puro da cultura do imperialismo.

Os governos democráticos, que a seu tempo saudaram em Hitler o cruzado contra o bolchevismo, descobrem agora nele uma espécie de Satã inesperadamente escapado das profundezas do inferno, violador da santidade dos tratados, das fronteiras, das regras e leis. Se não fosse o Hitler, o mundo capitalista floriria como um jardim. Que mentira miserável! Este alemão



epiléptico com uma máquina de calcular no crânio e poder ilimitado entre as mãos não caiu do céu nem ascendeu dos infernos; ele mais não é do que a personificação de todas as forças destrutivas do imperialismo. Tal como Gengis Cão e Tamerlão⁽²³⁾ apareceram aos povos pastoris mais fracos como destruidores flagelos de Deus – quando, na realidade, apenas reflectiam a necessidade que todas as tribos pastoris sentiam de dispor de mais terras de pastagem e do saque das zonas sedentárias – assim Hitler, ao abanar até às fundações as velhas potências coloniais, nada mais faz do que propor a expressão mais acabada da vontade imperialista de poder. Com Hitler, o capitalismo mundial, atirado para o desespero pelo seu próprio impasse, está começando a cravar um punhal afiado nas suas próprias entranhas.

Os carniceiros da segunda guerra imperialista não conseguirão transformar Hitler no bode expiatório dos seus próprios pecados.

● DOCUMENTO

>>> Todos os governantes actuais comparecerão ante o tribunal do proletariado. Hitler sentar-se-á simplesmente na primeira fila do banco dos réus.

A preponderância da Alemanha

Seja qual for o resultado da guerra, a preponderância da Alemanha já ficou claramente demonstrada. Está fora de questão que Hitler possua alguma “nova arma” secreta. É a perfeição das várias armas existentes e a sua combinação bem coordenada (baseada numa indústria mais altamente racionalizada) que conferem ao militarismo alemão um peso enorme. A dinâmica militar prende-se estreitamente com os traços peculiares de um regime totalitário: unidade de vontade, concentração da iniciativa, secretismo dos preparativos, repente na execução. Acresce que a paz de Versalhes fez um fraco favor aos aliados. Depois de quinze anos de desarmamento alemão, Hitler viu-se obrigado a construir um exército do nada, e, graças a isso, o exército está livre da rotina e não tem que se andar a arrastar com técnicas e equipamentos obsoletos. O treino táctico das tropas inspira-se em ideias novas, baseadas na última palavra da tecnologia. Só os Estados Unidos terão, aparentemente, vocação para ultrapassar a máquina assassina alemã. A debilidade da França e Grã-Bretanha não é uma surpresa. As teses da IVª Internacional (1934) declaram: “*O colapso da Sociedade das Nações prende-se indissoluvelmente com o início do colapso da hegemonia francesa no continente europeu*”. Este documento programático declara, ainda, que “*a Inglaterra dominadora vai obtendo cada vez menos resultados com as suas intrigas*”, estando a burguesia britânica “*aterrorizada com a desintegração do império, o movimento revolucionário na Índia, a instabilidade das suas posições na China*”⁽²⁴⁾. Nisto reside a força

da IVª Internacional: em o seu programa ser capaz de resistir à prova dos grandes acontecimentos.

Em virtude da canalização garantida dos super-lucros coloniais, a indústria da Inglaterra e da França há muito que tem ficado para trás, tanto tecnológica como organizativamente. Acresce que a chamada “defesa da democracia” pelos partidos socialistas e sindicatos deu às burguesias britânica e francesa uma situação política extremamente privilegiada. O privilégio fomenta sempre a inércia e a estagnação. Se hoje a Alemanha faz gala de uma preponderância tão colossal sobre a França e Inglaterra, a parte de leão da responsabilidade recai nos defensores social-patriotas da democracia, que impediram o proletariado de arrancar a tempo a Inglaterra e a França à atrofia, realizando a revolução socialista.

“O programa de paz”

Em troca da escravização dos povos, Hitler promete instaurar na Europa uma “paz alemã” para os séculos. Miragem oca! A “paz britânica”, depois da vitória sobre Napoleão⁽²⁵⁾, só conseguiu durar um século – e não um milénio! – porque a Grã-Bretanha era pioneira de uma nova tecnologia e de um sistema de produção progressista. Apesar da potência de sua indústria, a Alemanha actual é, como os seus inimigos, a porta-bandeira de um sistema social condenado. O triunfo de Hitler não traria, na realidade, a paz, mas sim o início de uma nova série de choques sangrentos à escala mundial. Derubando o império britânico, reduzindo a França ao estatuto da Boémia e Morávia, baseando-se no continente europeu e suas colónias, a Alemanha transformar-se-ia na primeira potência mundial. Ao seu lado, a Itália poderia, quando muito e não por muito tempo, apoderar-se do controle da bacia do Mediterrâneo. Mas ser primeira potência não implica ser a única potência.



Stalin e von Ribbentrop, Kremlin, 23 de

A “luta por espaço vital” entraria simplesmente numa nova etapa.

A “nova ordem” que o Japão se prepara para instaurar, estribada na vitória da Alemanha, tem como perspectiva a extensão do domínio japonês sobre a maior parte do continente asiático. A União Soviética ficaria aprisionada entre uma Europa germanizada e uma Ásia niponizada. As três Américas, assim como a Austrália e Nova Zelândia, cairiam nas mãos dos Estados Unidos. Considerando, também, o provinciano império italiano, o mundo ficaria temporariamente dividido entre cinco “espaços vitais”. Só que o imperialismo abomina, por natureza, a divisão de poder. Para ter as mãos livres contra a América, Hitler teria de ajustar contas sangrentas com os seus amigos de ontem, Stalin e Mussolini. O Japão e os Estados Unidos não se ficariam a observar desinteressadamente a nova luta. A terceira guerra imperialista não se daria entre Estados nacionais nem entre impérios à moda antiga, mas entre continen-



Agosto de 1939.

tes inteiros. Se Hitler vencesse a guerra actual, o resultado não seriam, portanto, mil anos de “paz alemã”, mas muitas décadas, se não séculos, de caos sangrento.

Não é, porém, que um triunfo aliado trouxesse consequências mais radiosas. Uma França vitoriosa só poderia restaurar a sua posição de grande potência desmembrando a Alemanha, restaurando os Habsburgos, balcanizando a Europa. A Grã-Bretanha só poderia voltar ao protagonismo nos assuntos europeus, renovando a sua tática de jogar nas contradições entre a Alemanha e a França, por um lado, e entre a Europa e a América do Norte, por outro: uma reedição, em dez vezes pior, da paz de Versalhes, com efeitos infinitamente mais prejudiciais no debilitado organismo europeu. A isto cabe acrescentar que, se uma vitória aliada é improvável sem assistência norte-americana, desta vez, os Estados Unidos exigiriam, pela sua ajuda, um preço muito superior ao da última guer-

ra. A Europa, degradada e exausta, esse objecto da filantropia de Herbert Hoover, transformar-se-ia em devedor arruinado de seu salvador transatlântico.

Finalmente, admitindo a variante menos provável, a saber, o acordo de paz entre os adversários exaustos segundo a fórmula pacifista “nem vencedores, nem vencidos”, tal significaria a restauração do caos internacional anterior à guerra, só que, desta feita, assente em ruínas e no sangue, no esgotamento, no azedume. Num breve lapso de tempo, de novo romperiam à superfície os velhos antagonismos, com violência explosiva, rebentando em novas convulsões internacionais.

A promessa dos aliados de criar, desta vez, uma federação europeia democrática é a mais grosseira de todas as mentiras pacifistas. O Estado não é uma abstracção: é o instrumento do capitalismo monopolista. Enquanto os grupos económicos e os bancos não forem expropriados a benefício do povo, tão inevitável se manterá a luta entre Estados como a luta entre esses mesmos grupos. Abdicar o Estado mais forte, voluntariamente, das vantagens que a sua força lhe proporciona é uma utopia tão ridícula como a divisão voluntária de fundos de capital entre grupos económicos. Enquanto se mantiver a propriedade capitalista, uma “federação democrática” não passará de uma repetição em pior da Sociedade das Nações, com todos os seus vícios e sem nenhuma das suas antigas ilusões.

Em vão tentam os senhores imperialistas do destino ressuscitar um programa de salvação que a experiência das últimas décadas desacreditou completamente. Em vão inventam os seus lacaios pequeno-burgueses panaceias pacifistas que há muito viraram caricaturas de si mesmas. Os operários não se deixarão enganar. As forças que agora fazem a guerra não celebrarão a paz. Os operários e soldados di-

tarão o seu próprio programa de paz!

Defesa da URSS

A aliança de Stalin com Hitler, que levantou o pano da guerra mundial e levou directamente à escravização do povo polaco, foi consequência da debilidade da URSS e do pânico do Kremlin face à Alemanha. O único responsável por essa debilidade é o próprio Kremlin: a sua política interna, que abriu um abismo entre a casta dominante e o povo; a sua política externa, que sacrificou os interesses da revolução mundial aos da camarilha estalinista.

A confiscação da Polónia oriental, penhor da aliança com Hitler e garantia contra Hitler, acompanhou-se da nacionalização da propriedade semi-feudal e capitalista na Ucrânia Ocidental e na Bielorrússia Ocidental. Se não o fizesse, o Kremlin não podia incorporar na URSS o território ocupado. Era a Revolução de Outubro, estrangulada e profanada embora, a avisar que ainda estava viva.

Na Finlândia, o Kremlin não conseguiu levar a cabo essa mesma transformação social. A mobilização imperialista da opinião mundial “em defesa da Finlândia”, a ameaça da intervenção directa da Inglaterra e da França, a impaciência de Hitler, que tinha de ocupar a Dinamarca e a Noruega antes de as tropas francesas e britânicas pisarem terras escandinavas, tudo isso obrigou o Kremlin a renunciar à sovietação da Finlândia, limitando-o a ocupar posições estratégicas indispensáveis.

É indubitável que a invasão da Finlândia suscitou profunda condenação entre a população soviética. No entanto, os operários avançados compreenderam que os crimes da oligarquia do Kremlin não apagavam da ordem do dia a questão da existência da URSS. A derrota na guerra mundial não significaria apenas a derrocada da burocracia totalitária, mas também a liquida-

● DOCUMENTO

>>>

ção das novas formas de propriedade, o colapso da primeira experiência de economia planeada, a transformação de todo o país numa colónia, numa palavra, a entrega de recursos naturais colossais ao imperialismo, concedendo-lhe uma trégua até à terceira guerra mundial. Tal saída não interessa nem aos povos da URSS nem à classe operária como um todo.

Apesar de todo o seu heroísmo, a resistência da Finlândia à URSS foi tão pouco um acto de defesa da independência nacional como a posterior resistência da Noruega à Alemanha. O próprio governo de Helsínquia o compreendeu, ao preferir capitular ante a URSS a transformar a Finlândia numa base militar da Inglaterra e da França. O nosso reconhecimento sem reservas do direito de cada nação à autodeterminação nada altera ao facto de que, nesta guerra, esse direito pouco mais pesa do que uma pluma. Temos que determinar a nossa linha política fundamental por factores fundamentais, não pelos de décima ordem. As teses da IVª Internacional afirmam:

“A concepção da defesa nacional, especialmente quando coincide com a de defesa da democracia, é a mais facilmente capaz de iludir os trabalhadores de países pequenos e neutros (Suíça, até certo ponto a Bélgica, os países escandinavos...). [...] Só um burguês desesperadamente amorfo saído de uma aldeia esquecida da Suíça (como Robert Grimm) pode acreditar seriamente que a guerra mundial em que está metido se faz para defender a independência da Suíça.”⁽²⁹⁾

Estas palavras adquirem hoje significado especial. Em nada são superiores ao social-patriota suíço Robert Grimm os que acreditam que se pode determinar a estratégia proletária de defesa da URSS a partir de episódios tácticos como a invasão da Finlândia pelo Exército Vermelho.

Extremamente eloquente na

sua unanimidade e fúria foi a campanha que a burguesia mundial fez por causa da guerra sovieto-finlandesa. Nem a perfídia nem a violência de que o Kremlin tinha anteriormente dado mostras haviam despertado a indignação da burguesia, pois toda a história da política mundial se escreve com perfídia e violência. O que despertou o seu terror e indignação foi a perspectiva de, na Finlândia, se produzir uma mudança social decalcada da que o Exército Vermelho engendrara na Polónia Oriental. O problema estava em a propriedade capitalista se ver de novo ameaçada. A campanha anti-soviética, classista da cabeça aos pés, revelou uma vez mais que a URSS continua sendo um Estado operário, foco do terror da burguesia de todo o mundo, em virtude das fundações sociais criadas pela Revolução de Outubro, das quais depende, em última instância, a existência da própria burocracia. Acordos episódicos entre a burguesia e a URSS não desmentem que “à escala histórica, o antagonismo entre o imperialismo mundial e a União Soviética é infinitamente mais profundo do que os antagonismos que opõem os países capitalistas uns aos outros”.

Muitos radicais pequeno-burgueses, ainda ontem prontos a considerar a União Soviética como um possível eixo de agrupamento das forças “democráticas” contra o fascismo, descobriram de repente, quando as suas próprias pátrias se vêem ameaçadas por Hitler, que Moscovo, que não acudiu em sua ajuda, segue uma política imperialista e que não há diferença entre a URSS e os países fascistas.

“Mentira!” responderá todo o operário com consciência de classe – “há diferença, sim!”. A burguesia compreende essa diferença social melhor e mais profundamente que os cabeças de vento radicais. É evidente que a nacionalização dos meios de produção num país, ainda por

cima tratando-se de um país atrasado, não chega para garantir a construção do socialismo. Mas dá para fomentar a premissa primeira do socialismo, ou seja, o desenvolvimento planeado das forças produtivas. Virar costas à nacionalização dos meios de produção porque, por si só, ela não gera o bem-estar das massas é o mesmo que condenar alicerces de granito à destruição por ser impossível viver sem paredes e sem tecto. Um operário com consciência de classe sabe que é impensável ser bem sucedido na luta pela emancipação completa se não se defenderem as conquistas já obtidas, por modestas que sejam. Tanto mais obrigatório é, por conseguinte, defender uma conquista tão colossal como a economia planeada contra a restauração das relações capitalistas. Quem não é capaz de defender as velhas posições nunca conquistará outras novas.

A IVª Internacional só pode defender a URSS pelos métodos da luta revolucionária de classes. Ensinar os operários a compreenderem correctamente o carácter de classe do Estado – imperialista, colonial, operário – e as relações recíprocas entre estes tipos de Estado, assim como as contradições internas em cada um deles, permitirá aos operários extraírem conclusões práticas correctas em cada situação determinada. Enquanto trava uma luta incansável contra a oligarquia de Moscovo, a IVª Internacional rejeita sem apelo nem agravo qualquer política que sirva para ajudar o imperialismo contra a URSS.

A defesa da URSS coincide, em princípio, com a preparação da revolução proletária mundial. Rejeitamos categoricamente a teoria do socialismo num só país, criatura do estalinismo ignorante e reacionário. Só a revolução mundial poderá salvar à URSS para o socialismo. A revolução mundial importará, todavia, no inevitável apagamento da oligarquia do Kremlin.

Pelo derrube revolucionário da camarilha bonapartista de Stalin

Depois de cinco anos a adular as “democracias”, o Kremlin revelou cínico desprezo pelo proletariado mundial ao concluir uma aliança com Hitler e ajudá-lo a estrangular o povo polaco; gabarolice e chauvinismo vergonhoso em vésperas da invasão da Finlândia; e incapacidade militar não menos vergonhosa na luta que se seguiu; prometeu ruidosamente que “emanciparia” o povo finlandês dos capitalistas, para logo capitular cobardemente ante Hitler. Tal foi o registo do regime estalinista nas horas críticas da história.

Os processos de Moscovo já haviam demonstrado que a oligarquia totalitária se transformara num obstáculo absoluto ao desenvolvimento do país. O crescendo das necessidades da vida económica, cada vez mais complexas, deixa de tolerar o estrangulamento burocrático. No entanto, o bando de parasitas não está disposto a fazer concessões. Ao lutar por manter a sua posição, está destruindo tudo o que país tem de melhor. Não se pense que o mesmo povo que realizou três revoluções em doze anos passou de súbito a estúpido. Está reprimido e desorientado, mas observa e pensa. Pelo poder arbitrário que exerce, pela repressão, pela rapina e pelo seu espírito vingativo, a burocracia recorda-lhe todas as dias a sua existência. Os operários e camponeses das herdades colectivas, à fome, murmuram uns com os outros, com ódio, a respeito dos dispendiosos caprichos dos cruéis comissários. Pelo sexagésimo aniversário de Stalin, obrigaram os operários dos Urais a trabalhar durante um ano e meio na obra de um gigantesco retrato do odiado “pai dos povos”, feito de pedras preciosas – empresa digna de um Xerxes da Pérsia ou de uma Cleópatra do

Egipto⁽³⁰⁾. Um regime capaz de descer a tamanhas abominações granjeará inevitavelmente o ódio das massas.

A política externa condiz com a política interna. Tivesse o governo do Kremlin manifestado os verdadeiros interesses do Estado operário e tivesse a Comintern servido a causa da revolução mundial, as massas populares da diminuta Finlândia teriam inevitavelmente gravitado para o lado da URSS, e a invasão do Exército Vermelho ou nem sequer teria sido necessária ou teria sido imediatamente aceite pelo povo finlandês como acto emancipatório revolucionário. Mas o que aconteceu foi que toda a política anterior do Kremlin afastou os operários e camponeses finlandeses da URSS. Enquanto Hitler tem podido contar com a ajuda da chamada “quinta coluna” nos países neutros que invade, Stalin não encontrou nenhum apoio na Finlândia, pese à tradição da insurreição de 1918 e à existência, desde há longa data, do Partido Comunista Finlandês⁽³¹⁾. Em tais condições, a invasão do Exército Vermelho teve o carácter de violência militar directa e aberta. A responsabilidade por essa violência recai total e exclusivamente na oligarquia de Moscovo.

A guerra representa a prova de fogo dum regime. É evidente que, como consequência da primeira fase da guerra, a posição internacional da URSS já começou a piorar, apesar dos êxitos de fachada. A política externa do Kremlin afastou da URSS amplos sectores da classe operária mundial e dos povos oprimidos. As bases de apoio estratégicas conquistadas por Moscovo representarão um factor de terceira ordem no conflito das forças mundiais. Enquanto isso, a Alemanha ficou com a zona mais importante e mais industrializada da Polónia e com uma fronteira comum com a URSS, ou seja, uma passagem para Leste. Através da Escandinávia, a Alemanha domina o

Mar Báltico, transformando o golfo da Finlândia numa garrafa aferrolhada com uma rolha apertada. A amargada Finlândia ficou sob o controle directo de Hitler. Em vez de ter em face Estados neutros fracos, a URSS passou a enfrentar a poderosa Alemanha logo do lado de lá da fronteira de Leningrado. A debilidade do Exército Vermelho decapitado por Stalin ficou à vista de toda a gente. Dentro da URSS, as tendências nacionalistas centrífugas intensificam-se. O prestígio da direcção do Kremlin declina. A Alemanha, no Ocidente, e o Japão, no Oriente, sentem-se agora infinitamente mais confiantes do que antes da aventura finlandesa do Kremlin.

Stalin só encontrou no seu magro arsenal uma resposta ao agouro dos acontecimentos: substituiu Voroshilov por uma nulidade ainda mais oca, Timoshenko.⁽³²⁾ Como sempre em tais casos, o objectivo da manobra é afastar a ira do povo e do exército do principal e criminoso responsável da desgraça e pôr à cabeça do exército um indivíduo cuja insignificância fosse penhor de fiabilidade. O Kremlin desvenda-se uma vez mais como principal ninho do derrotismo. Só destruindo este ninho se poderá salvaguardar a segurança da URSS.

A preparação do derrube revolucionário da casta dirigente de Moscovo representa uma das principais tarefas da IV^a Internacional. Não é tarefa simples nem fácil. Exige heroísmo e sacrifício. No entanto, a época de grandes convulsões em que a humanidade entrou irá assestar golpe atrás de golpe à oligarquia do Kremlin, destruirá o seu aparelho totalitário, elevará a confiança das massas trabalhadoras em si mesmas e facilitará, conseqüentemente, a formação da secção soviética da IV^a Internacional. Os acontecimentos trabalharão a nosso favor se formos capazes de ajudá-los!

>>>

● DOCUMENTO

>>>

Os povos coloniais na guerra

Exactamente porque cria enormes dificuldades e perigos aos centros metropolitanos imperialistas, a guerra abre amplas possibilidades aos povos oprimidos. O troar dos canhões na Europa anuncia a hora da sua libertação.

Se é utópico para os países capitalistas avançados um programa de transformações sociais pacíficas, duplamente utópico é o programa de libertação pacífica das colónias. Ao que temos, sim, assistido é à subjugação dos últimos países atrasados mais ou menos livres (Etiópia, Albânia, China...). A guerra actual é inteiramente por causa das colónias. Há os que as perseguem; e há os que as possuem e delas recusam abrir mão. Ninguém tem a menor intenção de libertá-las voluntariamente. Os centros metropolitanos em declínio vêem-se obrigados a extrair tudo o que puderem das colónias em troca do mínimo que puderem. Só a luta revolucionária directa e aberta dos povos escravizados pode abrir caminho à sua emancipação.

Nos países coloniais e semi-coloniais, a luta por um Estado nacional independente e, consequentemente, a “defesa da pátria”, é, em princípio, diferente da dos países imperialistas. O proletariado revolucionário de todo o mundo apoia incondicionalmente a luta da China ou da Índia pela independência nacional, porque esta luta “*ao arrancar os povos atrasados ao asiatismo, aos particularismos e à servidão estrangeira [...], assesta potentes golpes aos Estados imperialistas*”. (A IVª Internacional e a Guerra)

Do mesmo passo, a IVª Internacional está ciente, disso abertamente advertindo as nações atrasadas, de que os seus Estados nacionais tardios já não irão poder contar com um desenvolvimento democrático independente. Rodeada pelo capitalismo decadente e submergida nas contradições imperialistas, a independência de um

país atrasado será inevitavelmente semi-fictícia, e o seu regime político acabará inevitavelmente, sob o efeito das contradições de classe internas e da pressão externa, por cair numa ditadura contra o povo. Assim o ilustram o regime do “Partido Popular” na Turquia e do Kuomintang na China; e, identicamente, amanhã, o regime de Gandhi na Índia⁽³³⁾. A luta pela independência nacional das colónias é, no ponto de vista do proletariado revolucionário, apenas uma etapa de transição no caminho que trará os países atrasados à revolução socialista internacional.

A IVª Internacional não estabelece compartimentos estanques entre os países atrasados e avançados, entre as revoluções democráticas e as socialistas. Combina-as e subordina-as à luta mundial dos oprimidos contra os opressores. Assim como a única força genuinamente revolucionária de nossa época é o proletariado internacional, também o único programa real de liquidação de todas as formas de opressão, social e nacional, é o programa da revolução permanente.

A grande lição da China

A trágica experiência da China constitui uma grande lição para os povos oprimidos. A revolução chinesa de 1925-27 tinha todas as possibilidades de triunfar. Uma China unificada e transformada representaria neste momento uma poderosa fortaleza da liberdade no Extremo Oriente. A sorte da Ásia e, em certa medida, a de todo o mundo poderia ter sido diferente. Mas o Kremlin, que não tinha confiança nas massas chinesas e buscava a amizade dos generais, utilizou todo o seu peso para subordinar o proletariado chinês à burguesia, assim ajudando Chiang Kaichek a esmagar a revolução chinesa⁽³⁴⁾. Desiludida, desunida e debilitada, a China ficou exposta à invasão japonesa.

Como todo o regime condenado, a oligarquia estalinista já não é capaz de aprender com as lições da história. Logo que a guerra

sino-japonesa deflagrou, o Kremlin voltou a submeter o Partido Comunista a Chiang Kaichek, esmagando no ovo a iniciativa revolucionária do proletariado chinês. Essa guerra, que se aproxima do terceiro aniversário⁽³⁵⁾, poderia há muito ter terminado numa verdadeira catástrofe para o Japão, se a China a tivesse levado a cabo como genuína guerra popular apoiada numa revolução agrária, engolfando a soldadesca japonesa nas suas labaredas. Só que a burguesia chinesa teme mais as suas próprias massas armadas do que os usurpadores japoneses. Se Chiang Kaichek, o sinistro verdugo da revolução chinesa, se vir obrigado pelas circunstâncias a entrar em guerra, o seu programa continuará a ser, como era antes, o programa da opressão dos seus próprios trabalhadores e de compromisso com os imperialistas.

A guerra na Ásia Oriental irá entrelaçar-se cada vez mais com a guerra imperialista mundial. Só sob a direcção de seu jovem e abnegado proletariado, que, com o ressurgimento da revolução mundial, recobrará a indispensável confiança em si mesmo, logrará o povo chinês a independência. O proletariado marcará uma linha de marcha firme. O curso dos acontecimentos põe na ordem do dia o desenvolvimento e transformação da nossa secção chinesa num poderoso partido revolucionário.

Tarefas da revolução indiana

Nas primeiras semanas logo depois do início da guerra, as massas indianas exerceram cada vez mais pressão, obrigando os dirigentes “nacionais” oportunistas a falarem uma língua a que eles não estavam habituados. Mas aí do povo indiano se confiar em palavras bombásticas! Por debaixo da máscara da palavra de ordem de independência nacional, Gandhi já foi à pressa proclamar que se nega a criar dificuldades à Grã-Bretanha na grave crise actual⁽³⁶⁾. Como se os oprimidos alguma vez e em alguma parte ti-

vessem podido libertar-se se não fosse explorando as dificuldades dos seus opressores!

A repugnância “moral” de Gandhi pela violência é mero reflexo do temor que a burguesia indiana sente ante as suas próprias massas. Boas razões tem para o agouro de que o imperialismo britânico a arraste a ela também no seu colapso. Londres avisa, pela sua parte, que à primeira ameaça de desobediência aplicará “todas as medidas necessárias”, incluindo, evidentemente, a força aérea, em que é deficiente na frente ocidental. Há uma divisão do trabalho bem delimitada entre a burguesia colonial e o governo britânico: Gandhi precisa das ameaças de Chamberlain e Churchill⁽³⁷⁾ para melhor poder paralisar o movimento revolucionário.

No futuro próximo, o antagonismo entre as massas indianas e a burguesia promete agudizar-se à medida que a guerra imperialista se vai convertendo para a burguesia indiana num empreendimento comercial em grande escala. Ao abrir um mercado de matérias-primas excepcionalmente favorável, a guerra pode acabar por promover rapidamente a indústria indiana. Se a destruição completa do império britânico romper o cordão umbilical que liga o capital indiano à City de Londres, a burguesia nacional irá rapidamente buscar novo patrono à Wall Street de Nova Iorque. Os interesses materiais da burguesia determinam a sua política com a força das leis da gravitação.

Enquanto continuar a ser controlado pela classe exploradora, o movimento de libertação continuará incapaz de sair do impasse. A única coisa que pode fazer a coesão da Índia é a revolução agrária sob os auspícios da libertação nacional. Uma revolução dirigida pelo proletariado dirigir-se-á não só contra o domínio britânico, mas também contra os príncipes indianos, as concessões estrangeiras, o estrato superior da burguesia nacional e os dirigentes do Congresso Nacional, assim como os da Liga Muçulmana⁽³⁸⁾.

É tarefa urgente da IVª Internacional criar uma secção estável e poderosa na Índia.

A traidora política de colaboração de classes, que, nos últimos cinco anos, tem servido ao Kremlin para ajudar os governos capitalistas a prepararem-se para a guerra foi abruptamente liquidada pela burguesia logo que ela deixou de precisar de um disfarce pacifista. Contudo, nos países coloniais e semi-coloniais – e não apenas na China e na Índia, mas também na América Latina –, a fraude das “frentes populares” continua a paralisar as massas trabalhadoras, fazendo delas carne para canhão da burguesia “progressista” e criando deste modo uma base política local para o imperialismo.

O futuro da América Latina

O monstruoso crescimento dos armamentos nos Estados Unidos prepara uma solução violenta das complexas contradições que afligem o Hemisfério Ocidental, devendo rapidamente pôr preto no branco a questão do destino dos países da América Latina. O interlúdio da política de “boa vizinhança” está chegando ao fim. Roosevelt, ou quem lhe suceda, breve tirará as luvas de pelica e mostrará o punho de ferro. As teses da IVª Internacional declaram:

“A América do Sul e Central só poderão romper com o atraso e a escravidão unindo todos os seus Estados numa só poderosa federação. Mas quem ficará incumbido deste objectivo não será a atrasada burguesia sul-americana, agente completamente venal do imperialismo estrangeiro, mas o jovem proletariado sul-americano, o eleito para encabeçar as massas oprimidas. A palavra de ordem que há-de presidir à luta contra a violência e as intrigas do imperialismo mundial e contra a sangrenta exploração das camarilhas compradoras locais será, pois Pelos Estados Unidos Soviéticos da América do Sul e Central”⁽³⁹⁾.

Escritas há seis anos, estas linhas adquirem agora uma actualidade especialmente candente.

Só sob a sua própria direcção revolucionária poderá o proletariado das colónias e semi-colónias lograr a colaboração invencível do proletariado dos centros metropolitanos e da classe operária mundial no seu todo. Só tal colaboração poderá levar os povos oprimidos à sua emancipação final e completa, pelo derrube do imperialismo em todo o mundo. A vitória do proletariado internacional livrará os países coloniais das longas penas do desenvolvimento capitalista, abrindo-lhes a possibilidade de chegarem ao socialismo de mão dada com o proletariado dos países avançados.

A perspectiva da revolução permanente não significa de maneira nenhuma que os países atrasados tenham que ficar à espera do sinal dos adiantados nem que os povos coloniais tenham que aguardar pacientemente que o proletariado dos centros metropolitanos os venha libertar. É ajudado quem se ajuda. Os trabalhadores têm de desenvolver a luta revolucionária em todos os países, coloniais ou imperialistas, onde apareçam condições favoráveis, assim dando o exemplo aos trabalhadores de outros países. Só pela iniciativa e pela acção, pela decisão e pela valentia se poderá materializar realmente a palavra de ordem “proletários de todo o mundo, uni-vos!”.

A responsabilidade pela guerra dos dirigentes traidores

O triunfo da revolução espanhola poderia ter aberto uma era de mudanças revolucionárias em toda a Europa, assim evitando a guerra actual. Mas essa revolução heróica, que abrigava no seu seio todas as possibilidades de triunfo, foi estafegada no abraço das Segunda e Terceira Internacionais, com a colaboração activa dos anarquistas. O proletariado internacional ficou mais pobre, ao

● DOCUMENTO

>>> perder mais uma grande esperança, mas ficou mais rico das lições de nova traição monstruosa.

A poderosa mobilização do proletariado francês em junho de 1936 desvendou condições excepcionalmente favoráveis à conquista revolucionária do poder. Uma República Soviética Francesa teria de imediato obtido a hegemonia revolucionária na Europa, produzido repercussões revolucionárias em todos os países, abanado os regimes totalitários, assim salvando a humanidade da actual matança imperialista, com as suas vítimas incontáveis.

Mas a política totalmente covarde e traidora de Leon Blum e Leon Jouhaux⁽⁴⁰⁾, activamente apoiada pela secção francesa da Comintern, conduziu ao desastre um dos movimentos mais promissores da década passada.

O estrangulamento da revolução espanhola e a sabotagem da ofensiva proletária em França são os dois trágicos eventos que marcaram o umbral da guerra actual. A burguesia convenceu-se de que, com tais “dirigentes operários” à sua disposição, podia dar-se a qualquer luxo, inclusive uma nova matança dos povos. Os dirigentes da Segunda Internacional impediram que o proletariado derrubasse a burguesia no final da primeira guerra imperialista. Os dirigentes da Segunda e da Terceira Internacional ajudaram a burguesia a desatar uma segunda guerra imperialista. Que seja essa o seu túmulo político!

A Segunda Internacional

A guerra de 1914-1918 dividiu imediatamente a Segunda Internacional em dois campos separados por trincheiras. Cada partido social-democrata defendeu a sua pátria. Só vários anos depois da guerra os irmãos traidores em guerra se reconciliaram e proclamaram uma amnistia mútua.

Hoje a situação da Segunda Internacional mudou muito, superficialmente. Todas as suas secções, sem excepção, se situam política-

mente de um dos lados das linhas militares – no campo dos aliados: alguns, porque são partidos dos países democráticos, outros, porque são emigrados das nações beligerantes ou neutras. A social-democracia alemã, que seguiu uma desprezível política chauvinista durante a primeira guerra sob o estandarte dos Hohenzollern, é hoje um partido “derrotista” ao serviço da França e da Inglaterra. Seria imperdoável crer que estes lacaios endurecidos se tornaram revolucionários. Há uma explicação mais simples. A Alemanha de Guilherme II⁽⁴¹⁾ oferecia aos reformistas oportunidades suficientes de conseguirem sinecuras pessoais nos corpos parlamentares, nos municípios, nos sindicatos e noutros postos. Defender a Alemanha imperial era defender a manjedoura bem recheada em que a burocracia trabalhista conservadora refocilava. “A social-democracia continuará a ser patriótica enquanto o regime político lhe garantir ganhos e privilégios”, preveniam as nossas teses de há seis anos. Os mencheviques e *narodniki* russos, que até já na época do czar eram patriotas, quando tinham as suas fracções na Duma, os seus jornais, os seus próprios funcionários sindicais e esperavam poder continuar por esse caminho – , agora, que tudo isso perderam, passaram a ter uma posição derrotista para a URSS.

A actual “unanimidade” da Segunda Internacional explica-se, por conseguinte, por todas as suas secções esperarem que os aliados lhes vão salvar as posições e rendimentos no caso da burocracia trabalhista dos países democráticos e lhes vão devolver tais posições e rendimentos no caso dos países totalitários. A social-democracia não passa de impotentes sonhos acordados sobre o patrocínio da burguesia “democrática”. Inválidos políticos, são totalmente incapazes de lutar, mesmo quando vêem ameaçados os seus próprios interesses.

Foi na Escandinávia que isto mais claramente sobressaiu: aparecia como o santuário mais seguro da Segunda Internacional; os três países foram governados durante

anos pela sóbria, realista, reformista e pacifista social-democracia. Estes cavalheiros chamavam socialismo à democracia monárquica conservadora, mais a Igreja do Estado, mais as avaras reformas sociais possibilitadas durante algum tempo por gastos militares limitados. Apoiados pela Sociedade das Nações e protegidos pelo escudo da “neutralidade”, os governos escandinavos fizeram contas com gerações de desenvolvimento tranqüilo e pacífico. Só que os amos imperialistas não fizeram nenhum caso dessas contas. Viram-se obrigados a esquivar-se entre os golpes do destino. Quando a URSS invadiu a Finlândia, os três governos escandinavos declararam-se neutros quanto à Finlândia. Quando a Alemanha invadiu a Dinamarca e a Noruega, a Suécia declarou-se neutra quanto a ambos os alvos da agressão. A Dinamarca chegou a conseguir declarar-se neutra quanto a si mesma. Só a Noruega, à sombra da boca dos canhões da sua guarda Inglaterra, esboçou alguns gestos simbólicos de autodefesa. Estes heróis estão perfeitamente dispostos a viver a expensas da pátria democrática, mas sentem pouca vontade de morrer por ela. De passagem, a guerra, que não previram, deitou-lhes por terra as esperanças de uma evolução pacífica com o Rei e com Deus. O paraíso escandinavo, refúgio final das esperanças da Segunda Internacional, transformou-se num sector minúsculo do inferno imperialista geral.

Os oportunistas social-democratas conhecem uma política e mais nenhuma, a de adaptação passiva. Nas condições do capitalismo decadente, nada mais lhes resta senão evacuarem posições uma atrás da outra, desbastarem o já miserável programa, rebaixarem reivindicações, renunciarem a toda a reivindicação, recuarem sempre e cada vez mais, até já não lhes sobrar para onde recuar, a não ser uma toca de ratas. Só que até dali a mão implacável do imperialismo acaba por puxá-los pela cauda cá para fora. É isto o resumo da história da Segunda Internacional.

A guerra actual está a matá-la pela segunda vez e, é de crer, de uma vez por todas.

A Terceira Internacional

A política da degenerada Terceira Internacional – uma mescla de oportunismo cru e de aventureirismo desenfreado – exerce uma influência na classe operária ainda – se cabe – mais desmoralizadora do que a de sua irmã maior, a Segunda Internacional. O partido revolucionário constrói toda a sua política sobre a consciência de classe dos trabalhadores; nada preocupa a Comintern a não ser contaminar e envenenar esta consciência de classe.

Os propagandistas oficiais de cada um dos campos beligerantes denunciam, por vezes muito correctamente, os crimes do lado adverso. Há muito de verdade no que Goebbels⁽⁴³⁾ conta da violência britânica na Índia. A imprensa francesa e inglesa faz análises muito penetrantes da política externa de Hitler e de Stalin. Não obstante, esta propaganda unilateral constitui por si só o pior dos venenos chauvinistas. As meias verdades são as mentiras mais perigosas.

Toda a propaganda actual da Comintern entra nesta categoria. Depois de cinco anos a lamber descaradamente as botas às democracias, durante os quais todo o seu “comunismo” se reduziu à monótona condenação dos agressores fascistas, a Comintern descobriu de súbito, no outono de 1939, o criminoso imperialismo das democracias ocidentais. Meia volta à esquerda! Desde então, nem uma palavra de condenação da destruição da Checoslováquia e da Polónia, da conquista da Dinamarca e da Noruega e da chocante bestialidade dos bandos hitlerianos contra os povos polaco e judeu! Descobriu-se em Hitler um vegetariano amante da paz, continuamente provocado pelos imperialistas ocidentais. A imprensa da Comintern passou a chamar à aliança anglo-francesa “o bloco

imperialista contra o povo alemão”. Nem Goebbels teria produzido melhor! No Partido Comunista Alemão ardia a chama do amor à pátria. E como a pátria alemã não deixara de ser fascista, o Partido Comunista Alemão redundou numa posição social-fascista⁽⁴⁴⁾. Chegara o momento de a teoria estalinista do social-fascismo encarnar.

À primeira vista, a conduta das secções francesa e inglesa da Internacional Comunista parecia diametralmente oposta. Em contraste com a alemã, viram-se obrigadas a atacar os seus próprios governos. Só que este súbito derrotismo não era internacionalismo, mas uma variedade distorcida de patriotismo – é que estes cavalheiros consideram que a sua pátria é o Kremlin, de quem depende a sua prosperidade. Muitos estalinistas franceses demonstraram inegável coragem ao serem perseguidos. Mas o conteúdo dessa coragem ficou ensombrado pelo seu embelezamento da política de rapina do bando inimigo. Que hão-de os operários franceses pensar disso?

A reacção sempre apresentou os internacionalistas revolucionários como agentes de um inimigo estrangeiro. A situação que a Comintern criou às suas secções francesa e inglesa deu todos os pretextos para tal acusação, empurrando, pois, os operários à força para o campo patriótico ou condenando-os à confusão e à passividade.

A política do Kremlin é simples: vendeu a Comintern a Hitler, com o petróleo e o manganês. Mas o canino servilismo com que esta gente se deixou vender atesta irrefutavelmente da corrupção interna da Comintern.

Aos agentes do Kremlin não restam princípios, nem honra, nem consciência; apenas uma espinha flexível. Gente com espinhações flexíveis ainda nunca dirigiu uma revolução.

A amizade de Stalin com Hitler não será eterna nem sequer durará muito tempo. Pode ser que, antes de este nosso mani-

festo chegar às massas, a política externa do Kremlin sofra nova guinada. Em tal caso, também a propaganda da Comintern mudaria. Se o Kremlin se aproximar das democracias, a Comintern desenterrará novamente dos seus armazéns o *Livro Castanho*⁽⁴⁵⁾ dos Crimes Nacional-Socialistas. Não quer dizer que a sua propaganda passe a ter carácter revolucionário. Mudará de rótulos, mas continuará tão servil como antes. A política revolucionária exige, antes de tudo, que se diga a verdade às massas. A Comintern mente sistematicamente. Nós dizemos aos operários de todo o mundo: não acreditem nos mentirosos!

Os social-democratas e os estalinistas nas colónias

Partidos ligados aos exploradores e aos interessados em privilégios são organicamente incapazes de seguir uma política honesta para com as camadas mais exploradas dos trabalhadores e dos povos oprimidos. Não admira, por conseguinte, que a fisionomia da Segunda e da Terceira Internacionais adquira especial relevo na atitude que elas assumem para com as colónias.

A Segunda Internacional, que actua como advogado dos esclavagistas e accionista dos lucros da escravatura, não tem secções próprias nas colónias, se se ignorarem grupos ocasionais de funcionários coloniais, tendencialmente maçons franceses, e carreiristas “de esquerda” em geral sentados às costas da população nativa. Tendo oportunamente renunciado à ideia pouco patriótica do levantamento da população colonial contra a “pátria democrática”, a Segunda Internacional adquiriu a prerrogativa de fornecer à burguesia ministros das colónias ou, o mesmo é dizer, capatazes de escravos (Sidney Webb, Marius Moutet⁽⁴⁶⁾ e outros).

>>>

● DOCUMENTO

>>>

Levou pouco tempo a que a Terceira Internacional, que começara por um corajoso apelo revolucionário a todos os povos oprimidos, se prostituísse também completamente na questão colonial. Não faz muitos anos que, quando Moscovo lobrigou a oportunidade de uma aliança com as democracias imperialistas, a Comintern propôs a palavra de ordem de emancipação nacional não só da Abissínia e da Albânia, mas também da Áustria. Já para as colónias da Grã-Bretanha e da França, limitou-se, modestamente, a desejar reformas “razoáveis”. Nessa altura, a Comintern não estava a defender os indianos contra a Grã-Bretanha, mas de possíveis ataques do Japão, e a Tunísia dos colmilhos de Mussolini. Agora a situação mudou abruptamente. Independência total da Índia, do Egipto, da Argélia! – Dimitrov não aceita por menos. Os árabes e os negros voltaram a encontrar em Stalin o seu melhor amigo, se não contarmos, é claro, com Mussolini e Hitler. A secção alemã da Comintern, com a desfaçatez própria desse bando de parasitas, defende a Polónia e a Checoslováquia das cabalas do imperialismo britânico. Gente capaz de tudo e disposta a tudo! Outra mudança de orientação do Kremlin na direcção das democracias ocidentais, e lá estarão eles outra vez a solicitar respeitosamente a Londres e a Paris que concedam reformas liberais às suas colónias.

Ao contrário da Segunda Internacional, a Comintern exerce, graças à sua grande tradição, indubitável influência nas colónias. Só que a sua base social mudou a condizer com a sua evolução política. Na actualidade, nos países coloniais, a



Cartaz colonial francês de 1940

Comintern sustenta-se na camada que constitui a base tradicional da Segunda Internacional nos centros metropolitanos. Com as migalhas que vão escorrendo dos seus super-lucros, o imperialismo conseguiu criar um semblante de aristocracia operária local nos países coloniais e semi-coloniais.

Embora insignificante em comparação com o protótipo das metrópoles, ela destaca-se no meio da pobreza geral e agarra-se tenazmente aos seus privilégios. A burocracia e aristocracia trabalhistas dos países coloniais e semi-coloniais são, juntamente com os funcionários do Estado, fornecedoras de elementos especialmente servis para os “amigos” do Kremlin. Na América Latina, um dos mais repulsivos representantes desta espécie é o advogado mexicano Lombardo Toledano, cujos serviços íntimos foram recompensados pelo Kremlin com o posto decorativo de presidente da Confederação

dos Trabalhadores da América Latina⁽⁴⁷⁾.

Ao escrever a letras de fogo os problemas da luta de classes, a guerra põe estes prestidigitadores e cata-ventos numa situação cada vez mais difícil, que os verdadeiros bolcheviques têm de aproveitar para varrer a Comintern dos países coloniais para sempre.

Centrismo e anarquismo

Pondo à prova tudo o que existe e descartando tudo o que está podre, a guerra representa um perigo mortal para as Internacionais ultrapassadas. Um sector considerável da burocracia da Comintern cairá inevitavelmente, especialmente se a União Soviética sofrer reveses, para o lado das suas patrias imperialistas. Os operários deslocar-se-ão, pelo contrário, cada vez mais para a esquerda. Em tal situação, divisões e rupturas são inevitáveis. Há uma quantidade de sintomas que indicam igualmente a possibilidade de a ala “esquerda” da Segunda Internacional cindir. Grupos centristas de origens várias fundir-se-ão, cindir-se-ão, criarão novas “frentes”, “campos”, etc. A nossa época descobrirá, todavia, que o centrismo é intolerável. O papel patético e trágico que o POUM, a mais séria e honesta das organizações centristas, desempenhou na revolução espanhola ficará para sempre na memória do proletariado avançado como uma advertência terrível.

Mas a história gosta de repetições. Não se pode excluir que haja novas tentativas de reeditar uma organização internacional do tipo da Internacional Dois e Meio⁽⁴⁸⁾ ou, desta feita, a Internacional Três e Um Quarto. Esses balbuciaros só merecem

atenção como reflexos de processos muito mais profundos que lavram nas massas trabalhadoras. O que se pode desde já afirmar com segurança é que as “frentes”, “campos” e “internacionais” centristas, carentes de fundamento teórico, tradição revolucionária e programa acabado, serão efémeros. Damos-lhes uma ajuda, criticando implacavelmente a sua indecisão e ambiguidade.

Este esboço da falência das velhas organizações da classe operária ficaria incompleto se não mencionássemos o anarquismo. A sua decadência constitui o fenómeno mais incontestável da nossa época. Ainda antes da primeira guerra imperialista, os anarcosindicalistas franceses conseguiram converter-se nos piores oportunistas e servidores directos da burguesia. Na última guerra, a maior parte dos dirigentes anarquistas internacionais proclamou-se patriota. No calor da guerra civil de Espanha, os anarquistas ocuparam cargos de ministros da burguesia. Os fala-baratos anarquistas negam o Estado enquanto ele não precisa deles. Quando o perigo assoma, transformam-se, à imagem dos social-democratas, em agentes da classe capitalista.

Os anarquistas entraram na guerra actual sem programa, sem uma única ideia e com uma bandeira manchada pela sua traição ao proletariado espanhol. Hoje a única coisa que são capazes de oferecer às fileiras operárias é desmoralização patrioteira salpicada de lamentações humanitárias. Procurando a aproximação aos operários anarquistas realmente dispostos a lutar pelos interesses da sua classe, exigir-lhes-emos, do mesmo passo, que rompam completamente com esses dirigentes que, na guerra como na revolução, fazem de mandaretes da burguesia.

Os sindicatos e a guerra

Enquanto os magnatas do capitalismo monopolista pairam acima dos órgãos oficiais do poder estatal, controlando-os das alturas, os

dirigentes sindicais oportunistas rondam os escabelos do poder estatal, arranjando-lhe apoios entre as massas operárias. Ora, mantendo-se a democracia operária dentro dos sindicatos, é impossível cumprir esta tarefa suja. Assim, seguindo o modelo do regime dos Estados burgueses, o regime interno dos sindicatos vai-se tornando cada vez mais autoritário. Em tempo de guerra, a burocracia sindical transforma-se definitivamente na polícia militar do Estado Maior dentro da classe operária.

Mas, por mais zelosa que seja, não tem salvação. A guerra traz a morte e a destruição aos actuais sindicatos reformistas. Os sindicalistas na flor da idade são mobilizados para a matança. São substituídos por rapazes, mulheres e velhos, os menos capazes de resistir. Todos os países sairão da guerra tão arruinados, que o nível de vida dos trabalhadores retrocederá um século. Só são possíveis sindicatos reformistas no regime da democracia burguesa. Mas a primeira baixa da guerra será a democracia completamente putrefacta, que arrastará na sua queda definitiva todas as organizações operárias que lhe serviram de esteio. Não haverá espaço para sindicatos reformistas. A reacção capitalista destruí-los-á sem piedade. É necessário prevenir os operários disso, imediatamente e em voz bem alta, para que todos ouçam.

Uma época nova exige métodos novos. Métodos novos exigem dirigentes novos. Só há uma maneira de salvar os sindicatos: transformá-los em organizações de combate que fixem como seu objectivo a vitória sobre a anarquia capitalista e o banditismo imperialista. Os sindicatos terão um papel preponderante na construção da economia socialista, mas condição prévia para isso é o derrube da classe capitalista e a nacionalização dos meios de produção. Os sindicatos só poderão escapar da sepultura nos escombros da guerra se enveredarem pelo caminho da revolução socialista.

A IVª Internacional

A vanguarda proletária é o inimigo irreconciliável da guerra imperialista. No entanto, não tem medo desta guerra. Aceita dar combate no terreno escolhido pelo inimigo de classe. Entra nesse terreno de bandeiras desfraldadas.

A IVª Internacional é a única organização que previu correctamente o curso geral dos acontecimentos mundiais, que anteviu a inevitabilidade de uma nova catástrofe imperialista, que expôs as fraudes pacifistas dos demorados burgueses e dos aventureiros pequeno-burgueses da escola estalinista, que lutou contra a política de colaboração de classes conhecida como “frentes populares”, que denunciou o papel traidor da Comintern e dos anarquistas em Espanha, que criticou irreconciliavelmente as ilusões centristas do POUM, que continuou sem desfalecer a temperar os seus quadros no espírito da luta de classes revolucionária. A nossa política na guerra é apenas a continuação concentrada de nossa política na paz.

A IVª Internacional alicerça o seu programa nas fundações teóricas do marxismo, sólidas como granito. Rejeita o desprezível eclectismo que predomina nas fileiras da burocracia trabalhista oficial dos vários campos e que, na maior parte das vezes, serve de capa à capitulação à democracia burguesa. O nosso programa está formulado numa série de documentos acessíveis a todos. Pode resumir-se em três palavras: *ditadura do proletariado*.

O nosso programa, assente no bolchevismo

A IVª Internacional coloca-se inteiramente e sem reservas sobre as fundações da tradição revolucionária do bolchevismo e dos seus métodos de organização. Choraminguem os radicais pequeno-burgueses contra o centralismo. Um operário que tenha par-

● DOCUMENTO

>>> ticipado, uma vez que fosse, numa greve sabe que nenhuma luta é possível sem disciplina e sem direcção firme. Toda a nossa época está impregnada do espírito do centralismo. O capitalismo monopolista esticou todos os limites da centralização económica. O centralismo estatal assumiu, sob o semblante do fascismo, carácter totalitário. As democracias cada vez mais procuram emular esse padrão. A burocracia sindical defende implacavelmente o seu potente aparelho. A Segunda e Terceira internacionais estão-se a servir descaradamente do aparelho de Estado na luta que travam contra a revolução. Em tais condições, a mais elementar garantia de ter êxito está em contrapor o centralismo revolucionário ao centralismo da reacção. É indispensável contar com uma organização da vanguarda proletária soldada por uma disciplina de ferro, uma autêntica selecção de revolucionários temperados, dispostos ao sacrifício e inspirados por uma vontade de vencer indomável. Preparar uma ofensiva sistemática e metódica e, ao soar a hora decisiva, atirar para o campo de batalha, sem vacilar, toda a força da classe – só um partido centralizado que ele próprio não vacile será capaz de ensiná-lo aos trabalhadores.

Os cépticos superficiais deleitam-se em assinalar a degeneração do centralismo bolchevique em burocratismo. Como se todo o curso da história dependesse da estrutura de um partido! A verdade é que é o destino do partido que depende do curso da luta de classes. E, seja como for, o Partido Bolchevique foi o único que demonstrou, na acção, ser capaz de cumprir a revolução proletária. É exactamente dum partido assim que o proletariado internacional agora precisa. Se o regime burguês sair impune da guerra, todos os partidos revolucionários sofrerão degeneração. Se a revolução proletária conquistar o poder, as condições que provocam a degeneração desaparecerão.

Em condições de reacção triunfante, de desilusão e cansaço das



massas, numa atmosfera política envenenada pela decomposição maligna das organizações tradicionais da classe operária, no meio de dificuldades e obstáculos acumulados, o desenvolvimento da IVª Internacional foi necessariamente lento. Mais do que uma vez, centristas, desdenhando os nossos esforços, fizeram tentativas isoladas e, à primeira vista, muito mais amplas e mais promissoras de unificação da esquerda. Todas essas tentativas pretensiosas se reduziram, porém, a pó ainda antes de as massas conseguirem sequer memorizar os seus nomes. Só a IVª Internacional teima, com persistência e êxito crescente, em nadar contra a corrente.

Passámos o exame

O que caracteriza uma genuína organização revolucionária é, em primeiro lugar, a seriedade com que elabora e põe à prova a sua linha política de cada vez que os acontecimentos dão uma volta. A democracia torna o centralismo frutífero.

Sob o fogo da guerra, as nossas secções discutem apaixonadamente todos os problemas de política proletária, escrutinam a validade dos nossos métodos e varrem, de passagem, os elementos instáveis que só se uniram a nós por se oporem às Segunda e Terceira Internacionais. Separar-nos dos companheiros de vi-

agem pouco fiáveis é a despesa geral inevitavelmente a pagar para formar um verdadeiro partido revolucionário.

A imensa maioria dos nossos camaradas dos vários países resistiram à primeira prova a que a guerra os submeteu. Este facto tem significado inestimável para o futuro da IVª Internacional. Cada um dos militantes de base da nossa organização passou a ter não só o direito, mas também o dever de se considerar um oficial do exército revolucionário que se criará no calor dos acontecimentos. A entrada das massas na luta revolucionária porá imediatamente de manifesto a insignificância dos programas dos oportunistas, pacifistas e centristas. Um só revolucionário verdadeiro numa fábrica, numa mina, num sindicato, num regimento, num barco de guerra vale infinitamente mais do que cem pseudo-revolucionários pequeno-burgueses refogados no seu próprio molho.

Os políticos da grande burguesia são muito melhores a entender o papel da IVª Internacional do que os nossos pedantes pequeno-burgueses. Na véspera da ruptura das relações diplomáticas, durante a sua entrevista final, o embaixador francês Coulondre⁽⁵¹⁾ e Hitler, procurando assustar-se reciprocamente com as consequências da guerra, concordavam em que “o único verdadeiro vencedor” seria a IVª Internacional. Quando se abri-

ram as hostilidades contra a Polónia, a grande imprensa da França, Dinamarca e de outros países publicou notícias a informar de que, nos bairros operários de Berlim, apareceram nas paredes cartazes a dizer “Abaixo Stalin, viva Trotsky!”. Em tradução: “Abaixo a Terceira Internacional, viva a IVª Internacional!”. Quando os operários e estudantes mais resolutos de Praga organizaram uma manifestação pelo aniversário da independência nacional⁽⁵²⁾, o “Protector”, o Barão Neurath⁽⁵³⁾, fez uma declaração oficial em que atribuiu a responsabilidade da manifestação aos “trotskistas” checos. A correspondência de Praga publicada no jornal editado por Benes⁽⁵⁴⁾, o ex-presidente da República Checoslovaca, confirma o facto de que os operários checos se estão a tornar “trotskistas”. Para já, tudo isto não são mais do que sintomas. Que, no entanto, indicam inequivocamente a tendência.

A nova geração de operários que a guerra empurrará para o caminho da revolução tomará o seu lugar sob o nosso estandarte.

A revolução proletária

As condições básicas para a vitória da revolução proletária têm sido determinadas pela experiência histórica e apuradas pela teoria:

- 1 – beco sem saída da burguesia e consequente confusão da classe dominante;
- 2 – insatisfação aguda e aspiração a mudanças decisivas nas fileiras da pequena burguesia, sem cujo apoio a grande burguesia não se pode manter;
- 3 – consciência de como a situação é intolerável e prontidão para a acção revolucionária nas fileiras do proletariado;
- 4 – programa claro e direcção firme da vanguarda proletária – tais são as quatro condições para a vitória da revolução proletária.

A razão principal da derrota de muitas revoluções radica em que estas quatro condições raramente alcançam o grau de maturidade

necessário ao mesmo tempo. Historicamente, não tem sido raro a guerra ter sido a mãe da revolução. É assim, exactamente, porque a guerra abana regimes obsoletos até às fundações, enfraquece a classe dominante e faz crescer mais rapidamente a indignação revolucionária entre as classes oprimidas.

A desorientação da burguesia, o alarme e a insatisfação das massas populares já são intensas, não só nos países beligerantes, mas também nos neutros; estes fenómenos vão-se intensificar a cada mês que passa da guerra. Nos últimos vinte anos, o proletariado sofreu derrota atrás de derrota, cada uma mais grave que a anterior, desiluiu-se dos velhos partidos e não há dúvida de que chegou à guerra de ânimo deprimido. Não obstante, não há que exagerar a estabilidade ou durabilidade desses estados de ânimo. Produziram-nos os acontecimentos; os acontecimentos os dissiparão.

A guerra, tal como a revolução, é feita principalmente pelas gerações mais jovens. Milhões de jovens que não puderam ingressar na indústria começaram as suas vidas como desempregados. Ficaram, portanto, à margem da política. Estão agora a encontrar o seu lugar, ou encontrá-lo-ão amanhã. O Estado está a organizá-los em regimentos. Ao fazê-lo, está a abrir a possibilidade da sua união revolucionária. Não há dúvida de que a guerra também sacudirá a apatia das gerações mais velhas.

O problema da direcção

Resta a questão da direcção. Quando existem duas Internacionais ao serviço do imperialismo e os elementos genuinamente revolucionários constituem uma ínfima minoria, não irá a revolução ser traída mais uma vez? Por outras palavras: iremos conseguir preparar a tempo um partido capaz de dirigir a revolução proletária? Para responder a esta pergunta como deve ser, é necessário fazê-la como deve ser.

Haverá decerto insurreições que poderão acabar, e, com certeza, acabarão em derrotas devido à imaturidade da direcção revolucionária. Mas do que se trata não é de uma insurreição isolada. É de toda uma época revolucionária.

O mundo capitalista não tem saída, a não ser que se considere “saída” uma agonia prolongada. É necessário estar preparado para muitos anos, se não décadas, de guerras, insurreições, breves intervalos de trégua, novas guerras e novas insurreições. Um jovem partido revolucionário tem de ter esta perspectiva na sua base. A história dar-lhe-á oportunidades suficientes para fazer as suas provas, acumular experiência e amadurecer. Quanto mais rapidamente se unificarem as fileiras da vanguarda, mais se abreviará a etapa de convulsões sangrentas e menos destruição o planeta sofrerá. O certo, no entanto, é que o problema histórico de fundo não se resolverá enquanto o proletariado não tiver à cabeça um partido revolucionário. O problema dos ritmos e dos lapsos de tempo tem enorme importância; mas não altera a perspectiva histórica geral nem a orientação da nossa política. A conclusão é simples: é necessário levar por diante com decuplicada energia a tarefa de educar e organizar a vanguarda proletária. Nisso exactamente consiste a tarefa da IVª Internacional.

O maior erro é o que cometem aqueles que, à força de quererem justificar conclusões pessimistas, remetem simplesmente para as tristes consequências da última guerra. Em primeiro lugar, da última guerra nasceu a Revolução de Outubro, de cujas lições vive o movimento operário de todo o mundo. Em segundo lugar, as condições da guerra actual diferem profundamente das de 1914. A situação económica dos Estados imperialistas, incluindo os Estados Unidos, é hoje infinitamente pior, e o poder destrutivo da guerra infinitamente maior do que há um quarto de século. Há, portanto, razão suficiente para esperar,

● DOCUMENTO

>>>

desta vez, uma reacção muito mais rápida e decisiva da parte dos operários e do exército.

A experiência da primeira guerra não deixou de afectar profundamente as massas. A Segunda Internacional tirava a sua força das ilusões democráticas e pacifistas ainda quase intactas das massas. Os operários acreditavam seriamente que a guerra de 1914 seria a última. Os soldados deixavam-se matar para poupar os seus filhos a uma nova carnificina. Foi esta esperança e só ela que fez com que os homens aguentassem a guerra durante mais de quatro anos. Hoje quase nada resta das ilusões democráticas e pacifistas. Os povos sofrem a guerra actual sem já nela acreditarem, sem dela mais nada esperarem senão novos grilhões. Isto também é verdade nos Estados totalitários. A geração operária mais velha, que carregou às costas o fardo da primeira guerra imperialista, não esqueceu as suas lições e está longe de já ter saído de cena. Ainda soam aos ouvidos da geração que se lhe seguiu, aquela que foi à escola durante a guerra, as palavras de ordem falsas do patriotismo e do pacifismo. A inestimável experiência política destes sectores, agora esmagados pelo peso da máquina da guerra, virá ao de cima em toda a sua plenitude quando a guerra obrigar as massas trabalhadoras a sair abertamente a terreiro contra os seus governos.

Socialismo ou escravidão

Lia-se nas nossas teses, *A Guerra e a IVª Internacional* (1934), que “o carácter completamente reaccionário, putrefacto e saqueador do capitalismo moderno, a destruição da democracia, do reformismo e do pacifismo, a necessidade urgente e candente em que o proletariado se vê de encontrar um caminho seguro que o preserve do desastre iminente põem na ordem do dia, com força renovada, a revolução internacional”⁽⁵⁵⁾.

Hoje já não se trata, como no século XIX, de garantir simplesmente um desenvolvimento económico mais rápido e saudável; hoje interessa salvar a humanidade do suicídio. É precisamente a agudeza do problema histórico o que destrói os alicerces dos partidos oportunistas. O partido da revolução encontra, em contrapartida, uma reserva inesgotável de forças na consciência de estar executando uma necessidade histórica inexorável.

É, além disso, inadmissível pôr no mesmo plano a actual vanguarda revolucionária e aqueles poucos internacionalistas isolados que levantaram a voz quando rebentou a guerra anterior. O partido dos bolcheviques russos era, na altura, o único que representava uma força revolucionária. E até a grande maioria deste, salvo um pequeno grupo de emigrados em redor de Lenin, foi incapaz de se desfazer da sua estreiteza nacional e de se elevar à perspectiva da revolução mundial.

Pelo número dos seus militantes, mas, especialmente, pela sua preparação, a IVª Internacional possui infinitas vantagens sobre os seus predecessores do início da guerra anterior. A IVª Internacional é a herdeira directa do melhor do bolchevismo. A IVª Internacional assimilou a tradição da Revolução de Outubro e transmutou em teoria a experiência do mais rico período histórico entre as duas guerras imperialistas. Ela tem fé em si própria e no seu futuro.

A guerra, recordemo-lo uma vez mais, acelera enormemente a evolução política. Essas grandes tarefas, que, ainda ontem, se nos afiguravam estar a muitos anos, se não décadas, de distância, poderão assomar-se directamente à nossa frente nos próximos dois ou três anos, ou ainda antes. Programas estribados nas condições habituais, de épocas de paz, vão inevitavelmente ficar pendurados entre céu e terra. Por outro lado, o programa de palavras de ordem de transição da IVª Internacional, que parecia tão “irreal” aos políti-

cos incapazes de enxergar além dos seus narizes, revelará toda a sua importância no processo de mobilização das massas pela conquista do poder.

Quando começar a nova revolução, os oportunistas procurarão, uma vez mais, tal como o fizeram há um quarto de século, imbuir os operários da ideia de que é impossível construir o socialismo em cima de ruínas e devastação. Como se o proletariado fosse livre de escolher! É necessário construir nas fundações que a história proporciona. A Revolução Russa demonstrou que o governo dos trabalhadores pode tirar da mais profunda pobreza um país, inclusive, muito atrasado. Tanto maiores os milagres franqueados ao proletariado dos países avançados. A guerra destrói estruturas, caminhos de ferro, fábricas, minas; mas não consegue destruir tecnologia, ciência, capacidades. Depois de criar o seu próprio Estado, organizar-se como deve ser, trazer à obra forças qualificadas legadas pelo regime burguês e organizar a produção de acordo com um plano unificado, o proletariado não só restaurará em poucos anos tudo o que a guerra destruiu, como criará condições para o maior florescimento da cultura alicerçada na solidariedade.

Que fazer

Este manifesto é adoptado pela Conferência de Emergência da IVª Internacional quando os exércitos alemães, depois de atropelarem a Holanda e a Bélgica e esmagarem a resistência inicial das tropas aliadas, avançam como uma maré de fogo sobre Paris e o canal. Em Berlim já estão a correr para festejar a vitória. No campo aliado, cai-se do alarme para o pânico. Não temos aqui nem a possibilidade nem necessidade de nos metermos em especulações estratégicas sobre as próximas etapas da guerra. Actualmente, a tremenda preponderância de Hitler está, seja como for, a marcar a fogo a fisionomia política do mundo inteiro.

“Mas não estará a classe operária, nas condições actuais, obrigada a ajudar as democracias na sua luta contra o fascismo alemão?” É assim que a questão é posta por amplos sectores pequeno-burgueses, para quem o proletariado não passa de uma ferramenta auxiliar de tal ou qual sector da burguesia. Rejeitamos essa política com indignação. Naturalmente que há diferenças entre os regimes políticos da sociedade burguesa, assim como há diferenças entre os níveis de conforto das carruagens dum comboio. No entanto, quando todo o comboio se está a precipitar pelo abismo abaixo, a diferença entre democracia decadente e fascismo assassino desaparece ante o colapso do sistema capitalista como um todo.

Os triunfos e a bestialidade de Hitler provocam naturalmente o ódio acerado dos operários de todo o mundo. Entre este ódio legítimo dos operários e ajudar os seus inimigos mais fracos, mas não menos reaccionários, vai uma grande distância. A vitória dos imperialistas da Grã-Bretanha e de França não seria menos terrível para a sorte última da humanidade do que a de Hitler e Mussolini. A democracia burguesa não pode ser salva. Ajudando as suas burguesias contra o fascismo estrangeiro, os operários só irão acelerar a vitória do fascismo no seu próprio país. A missão que a história confia não é a de apoiar uma parte do sistema imperialista contra outra, mas acabar com o sistema no seu conjunto.

Os operários têm de aprender as artes militares

A militarização das massas intensifica-se dia após dia. Rejeitamos a grotesca pretensão de afastar esta militarização com ocos protestos pacifistas. Na época que aí vem, todas as grandes questões serão decididas de armas na mão. Os operários não devem ter medo das armas; pelo contrário, devem aprender a usá-las. Os revolucionários tão pouco se apartam do povo na guerra como na paz. Um bolchevique quer ser não só o melhor sindicalista, mas também o melhor soldado.

Não queremos permitir que, à última da hora, a burguesia arrebanhe soldados sem treino ou com treino arremedado para o campo de batalha. Exigimos que o Estado proporcione de imediato aos operários e aos desempregados a possibilidade de aprenderem a manejar a espingarda, a granada de mão, a metralhadora, o canhão, o avião, o submarino e as demais ferramentas da guerra. São necessárias escolas militares especiais, estreitamente ligadas aos sindicatos, que permitam aos trabalhadores tornarem-se especialistas qualificados da arte militar, capazes de ocupar postos de comandante.

Esta guerra não é nossa!

Enquanto isso, não nos esqueçamos nem por um momento de

que esta guerra não é nossa. Em contraste com as Segunda e Terceira Internacionais, a IVª Internacional não baseia a sua política na fortuna militar dos Estados capitalistas, mas na transformação da guerra imperialista em guerra dos trabalhadores contra os capitalistas, no derrube das classes dominantes em todos os países, na revolução socialista mundial. As vicissitudes nas linhas da batalha na frente, a destruição das capitais nacionais, a ocupação de território, a queda de alguns Estados, representam apenas, neste ponto de vista, episódios trágicos no caminho para a reconstrução da sociedade moderna.

Independentemente do curso da guerra, nós cumprimos a nossa tarefa fundamental: explicamos aos trabalhadores que os seus interesses são inconciliáveis com os do capitalismo sedento de sangue; mobilizamos os trabalhadores contra o imperialismo; fazemos propaganda pela unidade dos operários em todos os países beligerantes e neutros; apelamos à confraternização entre trabalhadores e soldados dentro de cada país e entre os soldados dos lados opostos das trincheiras na frente de batalha; mobilizamos as mulheres e os jovens contra a guerra; levamos a cabo constante, persistente e incansavelmente os preparativos para a revolução – nas fábricas, nas oficinas, nas aldeias, nos quartéis, na frente e na armada.

Este é o nosso programa. Proletários do mundo, não há outra saída a não ser unir-vos sob a bandeira da IVª Internacional!

Notas

(1) A Abissínia (Etiópia) fora conquistada pelo exército italiano em Maio de 1936, e a Albânia em Abril de 1939, sendo até então Estados independentes reconhecidos. Em Março de 1938, os japoneses instalaram em Nanquim um governo fantoche.

(2) O governo dos Estados Unidos recusava o acolhimento dos refugiados europeus, muitos deles, judeus, que fugiam diante do avanço nazi. A organização trotskista americana, o SWP, fazia campanha pela “abertura das

fronteiras” e pelo acolhimento dos refugiados.

(3) Lenin, *Obras*, vol. XXI, p.34.

(4) O Anschluss, a anexação, portanto, da Áustria à Alemanha, fez-se em Março de 1938. A Checoslováquia, amputada em Outubro de 1938, foi retalhada em Março de 1939.

(5) Fórmula do primeiro-ministro britânico Chamberlain de que o acordo de Munique abria “uma nova era de paz”.

(6) *Obras*, 4, p. 52.

(7) O *New Deal* (Novo Pacto) designa a política de recuperação da economia através do consumo (grandes obras públicas, salários, etc.) adoptada por Roosevelt internamente, designando a política de *good neighbor* (boa vizinhança) a política de relações pacíficas com os outros países da América.

(8) Países recentemente atacados ou ocupados.

● DOCUMENTO

>>>

(9) As jazidas de criolite da Gronelândia eram importantes para a construção aeronáutica, grande consumidora de alumínio.

(10) Norman Thomas (1884-1968), chefe do Partido Socialista da América e porta-voz da corrente pacifista.

(11) A guerra da Vendaia deflagrou em 1793 como insurreição contra o serviço militar obrigatório, encorajada pela actividade do clero fiel à monarquia. Os da Vendaia eram, na sua maioria, camponeses pobres que aceitavam a autoridade dos padres e dos nobres.

(12) A Áustria fora riscada do mapa em 1936, a Checoslováquia e a Polónia em 1939, os outros em 1940.

(13) Alusão às guerras do primeiro império, que conduziram Napoleão a Moscovo, depois de Madrid e Viena.

(14) A ofensiva alemã de início de Maio começara pela violação da neutralidade da Bélgica e dos Países Baixos, de molde a contornar as linhas francesas e atacar pelo Norte.

(15) Mussolini apoiava materialmente os monárquicos e os generais conspiradores desde 1934.

(16) A ajuda aos “nacionalistas” foi massiva da parte dos italianos. A Alemanha enviou técnicos, tanques, aviões (Legião Condor).

(17) *Obras*, 4, pp 55.

(18) Os meios dirigentes britânicos – nomeadamente a grande imprensa – tinham favorecido a ascensão de Hitler.

(19) A resistência enfraquecia na Noruega, onde a campanha alemã não chegou a durar dois meses.

(20) Na época do internamento de Trotsky, o primeiro-ministro norueguês, Johann Nygardsvold, pertencia ao partido operário (o DNA), membro da IIª Internacional.

(21) Trotsky tivera como carcereiros ou censores altos funcionários noruegueses que eram também fascistas notórios.

(22) Franklin D. Roosevelt (1882-1945) presidente democrata dos Estados, tinha contactos com o Vaticano sobre a questão da entrada em guerra da Itália.

(23) Gengis Khan (1162-1227), cã dos mongóis em 1206, conquistou o Norte da China e da Índia, a Coreia, o Irão, o Iraque e uma parte da Rússia. Tamerlão (1336-1405), descendente de Gengis Khan, partindo do Turquestão, conquistou a Pérsia, a Ásia Central, invadiu a Rússia, a Índia e a Ásia Menor e derrotou os turcos.

(24) *Obras*, 4, pp. 49-50.

(25) A Inglaterra fora a alma de sucessivas coligações contra Napoleão.

Foi a ela que ele se rendeu e por ela foi exilado.

(26) O desmembramento da Checoslováquia dera origem a uma Eslováquia “independente” e a um “protectorado” da Boémia-Morávia, dirigidos e governados por funcionários alemães.

(27) Herbert C. Hoover (1874-1964) dirigira, ao terminar a primeira guerra, a organização dos “socorros” americanos que serviram de apoio à contra-ofensiva contra a revolução. Mais tarde foi presidente dos Estados Unidos.

(28) Robert Grimm (1881-1958), socialista suíço, pacifista durante a guerra.

(29) *Obras*, 4, p. 59..

(30) O soberano persa Xerxes Iº (486-465 a.C.), invasor da Grécia, batido em Salamina, célebre pelo seu fausto. A rainha do Egipto Cleópatra (69-30).

(31) Foi em janeiro de 1918 que se proclamou um governo soviético da Finlândia, expulso ao cabo de uma guerra civil feroz. O Partido Comunista Finlandês fora criado em Agosto de 1918.

(32) Semion K. Timoshenko (1895-1970), cavaleiro, ligado a Stalin durante a guerra civil, devia-lhe a sua promoção.

(33) O Partido do Povo, partido nacionalista turco, fora fundado por Mustafá Kemal. O Kuomintang chinês, fundado por Sun Yatsen, era um partido nacionalista burguês, e o Congresso Nacional Indiano de Gandhi era o partido nacionalista na Índia.

(34) Chiang Kaichek (Jiang Jieshih) (1887-1975), oficial nacionalista, membro do Kuomintang, destruiu o PC e os sindicatos em 1927. A repressão foi facilitada pela direcção da Internacional Comunista, que ordenara ao PC Chinês que se dissolvesse no Kuomintang.

(35) Os primeiros incidentes tinham ocorrido em Julho de 1937.

(36) Gandhi (1869-1948) assegurava ser imoral pôr dificuldades a alguém que se batia pela vida.

(37) Winston Churchill (1874-1965), aristocrata, dirigente conservador britânico, caracterizava-se pelo seu ódio à revolução e desconfiança em relação à Alemanha. Primeiro-ministro em 10 de Maio de 1940. Arthur Neville Chamberlain (1869-1940), de uma família de industriais conservadores, fora primeiro-ministro de 26 de Maio de 1937 a 10 de Maio de 1940. Tentara em vão apaziguar Hitler e virá-lo para o Leste; nomeadamente quando dos acordos de Munique.

(38) O Congresso Nacional Indiano de Gandhi e Nehru ficara debilitado com a

criação da Liga Muçulmana de M. A. Jinnah, apoiada pelos britânicos.

(39) *Obras*, 4, pp. 56-57.

(40) Léon Blum (1872-1950) dirigente da SFIO, partidário da guerra contra a Alemanha. Léon Jouhaux (1879-1954), secretário da CGT desde 1909.

(41) Guilherme II de Hohenzollern (1859-1941), rei da Prússia, imperador da Alemanha, abdicou em Novembro de 1918.

(42) A 9 de Abril, com um ataque simultâneo contra os portos, a *Wehrmacht* ocupara a Dinamarca e tomara posição na Noruega.

(43) Joseph Goebbels (1897-1945), ministro da propaganda de Hitler.

(44) Trotsky faz aqui alusão à política divisionista impulsorada pela direcção estalinista da Internacional Comunista, que qualificava os partidos sociais-democratas de “social-fascistas”.

(45) Membros do PC alemão haviam redigido um “livro castanho” em 1934 sobre o incêndio do Reichstag, o processo de Leipzig, etc.

(46) Marius Moutet (1876-1948) fora ministro das colónias no primeiro governo Blum de frente popular; era deputado socialista da Drôme.

(47) Vicente Lombardo Toledano (1893-1968), chefe da Central dos Trabalhadores Mexicanos (CTM), era o chefe de orquestra, por conta de Stalin, da campanha de calúnias contra Trotsky no México.

(48) Alcinha que os comunistas deram, no início dos anos vinte, à União dos Partidos Socialistas, que reunia, à volta dos sociais-democratas austríacos, os partidos que não queriam ser membros nem da IIª nem da IIIª Internacionais.

(49) Entre os que aderiram à guerra, mencionem-se o francês Sébastien Faure e o russo Kropotkin.

(50) Os anarquistas delegaram quatro ministros para o governo Largo Caballero, participando também, mais tarde no governo Negrín.

(51) Robert Coulondre (1885-1959) era embaixador de França em Berlim quando da declaração de guerra.

(52) O aniversário do nascimento da Checoslováquia é 28 de Outubro (em comemoração de 1918).

(53) O barão Konstantin von Neurath (1873-1956), diplomata de carreira e nazi, era o “protector” da Boémia-Morávia desde 1939.

(54) Eduard Beneš (1884-1948), presidente da República Checoslovaca demitira-se a seguir a Munique, encontrando-se emigrado em Londres.

(55) *Obras*, 4, p. 49.

Os militantes brasileiros do CORQI e as eleições de 2 e 30 de Outubro de 2022

O Voto em Lula e a Constituição de um Governo dos Trabalhadores

11 de Setembro de 2022

Os trabalhadores, assim como a imensa parcela da juventude e de setores médios da população brasileira, decidiram votar em Lula, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), para derrotar Bolsonaro e sua política a serviço do imperialismo e do grande capital. Eles sabem, por experiências anteriores, que podem usar nas urnas o voto em um candidato de um partido nascido de sua classe, aproveitar sua superioridade numérica na sociedade e deste modo derrotar Bolsonaro, abrindo caminho para pôr fim à política de terra arrasada sobre os direitos sociais e o meio ambiente.

BOLSONARO tem seu mandato assentado sobre a grande fraude de prender Lula e impedi-lo de concorrer em 2018, mesmo sendo ele o favorito para ganhar no primeiro turno. Essa fraude foi consequência de uma

frente unida envolvendo o governo dos EUA e seu departamento de justiça, o judiciário brasileiro, o Congresso Nacional, a presidência da República do golpista Temer e as grandes corporações empresariais nacionais e internacionais e seus interesses numa agenda de ampliação do ajuste fiscal, contrarreformas e privatizações.

Já com Bolsonaro no governo, a frente unida entre a direita e a ultradireita se rompeu diante do movimento incessante de milhões nas ruas pelo “Fora Bolsonaro”, o que colocava as instituições reacionárias de dominação em risco caso o governo desmoronasse. Não bastou tirar Lula da cadeia, foi necessário anular uma a uma suas condenações ilegais, tornando-o elegível e assegurando eleições presidenciais em 2022 com a sua presença para que as massas aceitassem sair das ruas, não transcendendo a política de suas direções partidárias e sindicais que impuseram finalmente um freio nas manifestações e um fôlego para as instituições e seu calendário eleitoral. A chegada da pandemia criou uma grande dificuldade adicional para as aglomerações e os atos públicos.

Com Lula, do PT, se apresentando para ser candidato para as eleições de 2022 e o movimento Fora Bolsonaro tendo minguado, o governo ganhou uma sobrevida o que permitiu a aprovação de uma parcela da agenda de contrarreformas do mercado no Congresso Nacional. Contudo, essa situação fraturou o acordo do segundo turno de 2018 entre os capitalistas, levando Bolsonaro a suces-

sivas chantagens de golpe militar (frustrados nos 7 de setembro de 2021 e 2022) e de ataques às demais instituições do regime, principalmente o Supremo Tribunal Federal (STF), que tem funcionado como guardião das instituições na contenção do golpismo bolsonarista.

Em 4 anos de governo, em nome de uma minoria capitalista, Bolsonaro, apoiado no Congresso Nacional e em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), ampliou a exploração e a opressão desmontando a previdência social, aumentou a precarização do trabalho, atacou os serviços públicos e os servidores em nome do ajuste fiscal e do pagamento da dívida pública, privatizou setores essenciais de energia elétrica e petróleo, transformou o Banco Central em uma instituição independente, enfim, aumentou a miséria, o desemprego e permitiu a volta da fome ao país. Isso sem falar que durante a fase mais crítica da pandemia do covid-19, o descaso de Bolsonaro com o financiamento da saúde pública e a compra de vacinas vitimou de morte milhares de pessoas que poderiam ter sido salvas. Além disso, o desmatamento e a perseguição aos povos indígenas na Amazônia correm soltos e as incursões policiais violentas nas periferias das grandes cidades promovem matanças da juventude negra.

Numa espécie de “2018, o ano que não acabou”, as massas trabalhadoras brasileiras já decidiram votar em Lula para derrotar Bolsonaro e impedir a continuidade dessa política de barbá-

● ANÁLISE

>>> rie, que ademais não é uma exclusividade brasileira, mas o reflexo no país de uma crise do capitalismo mundial que eclodiu em 2008 e que hoje se amplia com a guerra da Ucrânia de repercussão mundial.

Agora, quando a maioria dos trabalhadores decidiu reconduzir Lula à presidência visando barrar a continuidade desta política insuportável para sua vida, setores importantes da classe dominante, alguns deles com histórica vinculação ao PSDB (como Geraldo Alckmin), que até ontem apoiavam Bolsonaro, se fazem de aliados.

Por quê?

Porque essa minoria nacional sabe que não há como Bolsonaro ganhar eleitoralmente de Lula. Sabe também que não há como dar um golpe militar – como sonham certos bolsonaristas – sem os riscos de uma reação imprevisível da classe trabalhadora e do povo, numa situação mundial de crise do capitalismo na qual a classe trabalhadora começa a reagir expressivamente à política de guerra contra suas condições de vida.

O que esses novos “aliados” buscam é reservar seu lugar em um futuro governo Lula para ter direito de veto sobre as políticas sociais. Querem NORMALIZAR seus atuais privilégios - muitos deles robustecidos em clara combinação com Bolsonaro - e sorrateiramente avançar no que ainda falta da chamada agenda do mercado.

No debate na Federação da Indústria de São Paulo (FIESP), com a presença de Lula, os grandes empresários não se envergonharam em exigir pagar menos impostos, mais privatizações com dinheiro do BNDES, mais mudanças nas leis trabalhistas e uma reforma administrativa para avançar sobre os direitos dos servidores e desmontar ainda mais os serviços públicos.

Por isso, só a mobilização dos trabalhadores e do povo, através de suas organizações sindicais e populares, comitês de luta, podem

criar as condições para um GOVERNO a serviço de suas aspirações, UM GOVERNO DOS TRABALHADORES. E isso tem começar neste momento, nos comícios, na campanha, para resolver as eleições já no 1º turno.

Nós, militantes do Comitê de Organização pela Reconstituição da IV Internacional (CORQI), nos somamos incondicionais com os trabalhadores brasileiros pelo voto em Lula em outubro de 2022 para derrotar Bolsonaro.

Para nós um governo dos trabalhadores só poderá resolver os problemas sociais colocando em questão a dominação do capital, a ditadura dos enormes lucros, a propriedade privada dos grandes meios de produção e o estado burguês e suas instituições de dominação. Portanto, um governo dos trabalhadores sem capitalistas ou seus representantes.

Para nós, um governo dos trabalhadores, baseado nas lutas e aspirações históricas da classe trabalhadora e da juventude, deveria tomar as seguintes medidas, entre outras, em favor do povo:

1– Parar de pagar a dívida pública que não foi o povo quem fez e é usada para que o capital financeiro se aproprie anualmente de cerca 50% do orçamento da União, tirando dinheiro dos serviços públicos como saúde, educação, impedindo a recuperação e modernização de nossa infraestrutura nacional;

2– Revogação das reformas trabalhista de Temer e reforma previdenciária de Bolsonaro como passo inicial para recuperar todos os direitos perdidos pelos trabalhadores nos sucessivos governos anteriores! Redução da jornada de trabalho e do tempo mínimo para aposentadoria, gerando mais empregos!

3– Fim do teto de gastos para os serviços públicos! Fim das Organizações Sociais e Parcerias-Públicas-Privadas (PPPs) fontes de desvio de dinheiro público! Escola Pública e gratuita de qualidade para todos! Revogação da

reforma do Ensino Médio! Universidade Pública e gratuita para todos! Fim das terceirizações e concurso público para suprir as necessidades de pessoal!

4– Estabilidade no emprego, nenhuma demissão! Zeramento das perdas salariais do ano de 2022, reajuste mensal pela inflação! Seguro-desemprego para todos os que estão desempregados!

5– Revogação imediata da privatização da Eletrobras! Reversão do que foi privatizado da Petrobras e cancelamento da atual política de preços da empresa submetida à Wall Street! Revogação da lei de desestatização com revisão da privatização das empresas públicas privatizadas com base nesta lei! Reabertura das fábricas estatais de fertilizantes!

6– Nenhum despejo de ocupações por moradia! Plano Nacional de construção de casas populares! Expropriação para fins habitacionais de terrenos e prédios abandonados sem finalidade social! Política Pública Nacional para os moradores em situação de rua!

7– Reforma agrária já! Estatização imediata das terras e equipamentos do agronegócio cujos proprietários estejam envolvidos com desmatamento ilegal, incêndios criminosos, uso excessivo de agrotóxicos, crimes ambientais em geral e desrespeito aos povos originários! Volta do estoque regulador nacional! Não ao marco temporal regulatório das terras indígenas.

8– Não à guerra imperialista, direito à autodeterminação dos povos, solidariedade internacional dos trabalhadores! ●

Militantes do CORQI no Brasil



Em 30 de outubro: Votar Lula por um governo dos trabalhadores!

4 de Outubro de 2022

NO DIA 2 DE OUTUBRO aconteceu o primeiro turno das eleições presidenciais, para governadores e deputados federais e estaduais. Com 57 milhões de votos (48,43%), o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República, Lula, está à frente do candidato da ultradireita, Jair Bolsonaro, por 6 milhões (5%) de votos. Bolsonaro tem 51 milhões de votos (43,20%). O segundo turno será no dia 30 de outubro.

Importante ressaltar: mais de 32 milhões de eleitores se abstiveram, ou seja, 20,9% do eleitorado, este é o maior percentual de abstenção em uma eleição presidencial desde 1998. As abstenções, votos brancos e nulos e os votos em outros candidatos representam aproximadamente 40 milhões de votos.

E a grande maioria desses eleitores são trabalhadores, jovens e setores da classe média atingidos pela crise do sistema capitalista e pelas políticas de Bolsonaro.

Entre os motivos que levaram grande parte desses 40 milhões a não votarem em Lula certamente é a desconfiança nas reaproximações de Lula com setores da chamada direita "tradicional" (que apoiou até aqui a pauta econômica regressiva do ministro da economia Paulo Guedes) em nome da "defesa da democracia contra Bolsonaro". Tais alianças só podem semear confusão na classe trabalhadora e entre os jovens e devem ser descartadas.

Como disse o ex-presidente do PT, José Genoíno, ao jornal Brasil de Fato, depois do primeiro turno:

"Campanha eleitoral não se ganha com reuniões com a elite, você ganha campanha eleitoral na rua (...) Nós precisamos nos libertar da defensiva e de ficar só olhando para o retrovisor. Temos que discutir qual é a pauta do povo (...) A conjuntura nos favorece para fazer essa disputa, porque estamos dentro de uma crise gravíssima e, diante de uma crise, ou você apresenta alternativa ou o povo vai cobrar."

Todos os defensores dos trabalhadores, da juventude, da democracia e da soberania da nação, devem fazer o possível para que o voto em Lula seja majoritário. No dia 30 de outubro, devemos votar em Lula para acabar com o governo Bolsonaro e sua política a serviço do mercado financeiro e do FMI. Votar Lula por um governo dos trabalhadores, a serviço dos trabalhadores!

>>>

● ANÁLISE

>>>

Pela imediata cessação do pagamento da dívida pública que não foi o povo brasileiro quem a contraiu!

Pela revogação de todas as contrarreformas trabalhista, da previdência, do ensino médio, impostas a nós por Bolsonaro e antes dele, Temer! Não à reforma administrativa que destrói com os direitos dos servidores e os serviços públicos!

Pela manutenção de todos os empregos e pela indexação dos salários à inflação! Redução da jornada de trabalho!

Pelo cancelamento da privatização da Eletrobras (eletricidade) e pela reestatização de tudo que foi privatizado!

Pela proibição de despejos das ocupações por moradias! Plano de construção de casas populares!

Pela reforma agrária imediata: a terra para quem nela trabalha! Pela estatização das terras do agronegócio cujos proprietários estão envolvidos em desmatamento ilegal, incêndio criminoso e desrespeito aos povos indígenas!

Pela defesa e ampliação das universidades públicas e gratuitas!

Não à guerra imperialista e sim à solidariedade internacional dos trabalhadores!

É com uma plataforma ligada às pautas do povo e com a mobilização da militância do PT, PSOL e PCdoB, da CUT e dos sindicatos e organizações populares, da juventude (UNE, UBES, etc), dos sem-terra, dos sem-tetos, das mulheres trabalhadoras, dos negros, que a vitória é possível. ●

Anexo

No Estado do Rio Grande do Sul

O RESULTADO das eleições para governador, no Estado, determinou um 2º turno entre dois representantes do bolsonarismo. Onyx Lorenzoni (PL) e Eduardo Leite (PSDB). Onyx, bolsonarista de 1ª hora, foi ministro de Bolsonaro até renunciar para concorrer a governador e, portanto, foi cúmplice de toda a política econômica instituída pelo ministro Paulo Guedes que empobreceu a maioria da população. Eduardo Leite, ex-governador, foi cabo eleitoral de Bolsonaro em 2018. Durante seu governo estadual, desde o início, aplicou a política bolsonarista no Estado. Executou medidas que atacaram os serviços públicos, principalmente a educação pública, onde

desmontou o plano de carreira do magistério e fez a maioria dos professores pagarem o reajuste do Piso Nacional com o seu próprio salário. Comprometeu a autonomia do Estado aderindo ao Regime de Recuperação Fiscal do governo federal (RRF) para fazer o Estado pagar uma dívida, já paga, de 74 bilhões, à custa dos serviços públicos e dos investimentos em infraestrutura. Leite privatizou empresas estatais como a CEEE e Sulgas e certamente, num eventual novo mandato, continuará a mesma política com a CORSAN e o Banrisul, além da CRM com a privatização já autorizada pela Assembleia Legislativa. Derrotar Bolsonaro e sua política no Estado do Rio Grande

do Sul é votar Lula para presidente contra a política bolsonarista a serviço do mercado financeiro e dos grandes empresários, representada pelas candidaturas de Leite e Onyx.

Deste modo, votar nulo no segundo turno para governador no RS significa desde já começar a preparar a consciência da classe trabalhadora para se opor organizada para impedir a destruição de seus direitos, qualquer que seja o governador eleito. ●

**Os militantes do CORQI
no Brasil**

4 de Outubro de 2022

A Internacional

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

Assina!

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome:

Endereço:

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

Itália

Após as Eleições de 25 de Setembro

A 25 de Setembro de 2022, os *Fratelli d'Italia* (Irmãos de Itália), partido que emergiu do partido fascista MSI, ganhou as eleições italianas com 26% dos votos. Há quatro anos, o mesmo partido tinha obtido 4,35% dos votos. Todos os “peritos” e jornais declararam: “A Itália vai à direita”. Diga-se desde já: não é verdade.

OS FRATELLI D'ITALIA fazem parte, na realidade, da coligação de direita, que acaba de ganhar as eleições, com 43,79%, obtendo, no conjunto, o mesmo número de votos que em 2018*. Fazem parte dela desde o início (2012). Por conseguinte, a direita (aliada à extrema-direita) não progride: Giorgia Meloni (dirigente dos Fratelli d'Italia) só conseguiu ganhar votos perdidos pelo partido de Berlusconi (*Forza Italia*) e, sobretudo, pela Liga, ambos parte integrante do governo Draghi. Se também a “esquerda” perde (assim como o M5S, o Movimento Cinco Estrelas), é porque a abstenção atinge um nível nunca antes visto na história da República.

Uma coisa é certa: exactamente cem anos depois de Mussolini ter tomado o poder, um partido de origem fascista prepara-se para governar. Consta do seu programa impugnar o direito ao aborto e os



Giorgia Meloni

direitos dos migrantes, atacar o ensino e a saúde públicos, privatizar, transformar a República Italiana, com o presidencialismo, regionalizar e dividir o país (a “autonomia diferenciada”).

Como é que isto aconteceu?

Na declaração da *Tribuna Libera* de 26 de Setembro, lê-se: “A vitória da direita começa por ser resultado da insistência, da constância e da firmeza com que os partidos provenientes da tradição do movimento operário e democrático prosseguiram uma política de destruição dos direitos e conquistas, em fiel aplicação das directivas europeias e, enfim, da guerra. Se a direita hoje ganha, a responsabilidade recai antes de mais no PD (Partido Democrático) e no LeU (Livres e Iguais). E, antes deles, nos dirigentes do PCI e do PS, que há trinta anos desfizeram os seus partidos para fazerem directamente sua esta política anti-operária. Fica, uma vez mais, provado: quando a “esquerda” se mete por uma política de direita, abre a porta para às piores formas de reacção. Por outro lado, a vitória da direita e da extrema-direita é também fruto da política seguida pelo M5S, contra as expectativas de quem nele votara em 2014 e depois

em 2018, na esperança de uma verdadeira mudança. Se há coisa que estas eleições reflectem é a rejeição de todas as políticas levadas a cabo há anos e anos”.

A cronologia que aqui apresentamos mostra-o exactamente.

Em trinta anos de governos de direita e de “esquerda”, assistiu-se ao desmantelamento completo dos partidos históricos do movimento operário, incluindo a *Rifondazione Comunista*, que ainda em 2006 obtivera 2.200.000 votos, 5,84%. Nada tinha decerto que ver com os resultados obtidos no passado pelo PCI e pelo PSI, mas este partido ainda tinha uma força significativa, que em seguida foi completamente dissipada com a participação no segundo governo Prodi (em 2008, a *Rifondazione* já não obteve nenhum assento no Parlamento).

A vitória dos *Fratelli d'Italia* e da direita não representa de maneira nenhuma uma derrota da classe trabalhadora. Conforme reza a declaração da *Tribuna Libera*, “mais cedo ou mais tarde, os trabalhadores ver-se-ão na contingência de se voltarem contra o próximo governo Meloni no terreno da luta de classes directa, porque não foram eles que sofreram uma derrota nas eleições. A única derrota é a derrota dos dirigentes e partidos de “esquerda” cujas políticas abriram caminho a este resultado”.

Este é o segundo elemento que emerge claramente da cronologia: governo atrás de governo, e outra vez com o último de Draghi, os trabalhadores têm sempre reagido aos ataques, mobilizado e obrigado os dirigentes sindicais a apelar a

● ANÁLISE

>>>



Florença, 18 de Setembro de 2021, 15 mil manifestantes pela proibição dos despedimentos

greves e manifestações que têm sido frequentemente maciças. Por vezes forçaram os governos a retirar os seus planos, outras vezes limitaram a sua aplicação.

Ao longo dos anos, os militantes da OSI (Organização Socialista Internacionalista, que compreende os militantes do CORQI em Itália) participaram nestes movimentos com as suas próprias forças. A partir da luta pela defesa da escola pública, envolveram-se na luta de classes, na vida dos sindicatos (especialmente da CGIL), na batalha contra a regionalização. As suas forças ainda são modestas, mas foi esta inserção na luta de classes, os diálogos abertos, a batalha intransigente pela frente única que permitiram à OSI crescer, estabelecer primeiros contactos a nível nacional, abrir a discussão sobre a questão essencial: a reconstrução de um autêntico partido da classe trabalhadora, independente do capital.

Este Verão, a OSI decidiu entrar na campanha eleitoral, pondo precisamente esta questão aos militantes, trabalhadores e dirigentes de organizações que se referenciam ao movimento operário. Fê-lo através de uma carta aberta no final de Julho e depois, em Setembro, de uma declaração, seguida de uma reunião de debate aberto.

Na primeira carta, ante o perigo representado pela ausência das eleições de um partido representativo da classe trabalhadora, lançámos aos partidos e militantes “que se colocam no terreno da classe trabalhadora e dos trabalhadores” um apelo a fazer todos os possíveis “*para que se possa constituir uma lista ampla, baseada em reivindicações precisas e independentes do capital, fruto do agrupamento de todos os que se colocam neste terreno, respeitando-se as tradições e filiações de cada um*”. Os militantes da OSI estavam prontos a dar o seu contributo.

Esta carta permitiu-nos não “ficar à janela” como comentadores dos acontecimentos, ou mesmo como “críticos” das organizações, e entrar numa discussão vital que existia entre os trabalhadores: quem nos representa no dia 25 de Setembro? Que fazer?

Com a declaração do início de Setembro, registando a constituição da lista da União Popular**, os problemas desta lista foram postos em cima da mesa: ao lado de reivindicações que podíamos partilhar, esta lista tinha outras que se situavam no terreno dos interesses comuns entre capitalistas e trabalhadores... chegando ao ponto de apoiar uma grande mesa redonda de concertação nacional entre capitalistas, governo, trabalhadores e sindicatos.

Estes dois documentos permitiram pôr os problemas na forma de diálogo, sem ultimatoss, mas delimitando claramente entre aquilo em que consiste um

verdadeiro partido de trabalhadores e aqueles que propõem uma vez mais a "receita" que nos trouxe até onde estamos hoje: a afirmação mais ou menos disfarçada de que os interesses dos trabalhadores se podem conciliar com os do capital.

Hoje, perante as lutas que certamente esperam a classe operária italiana, os militantes da OSI po-

dem, graças ao debate aberto durante o Verão, dar um novo passo na construção do CORQI em Itália. ●

* Nas eleições gerais de 2018, a união da direita e da extrema-direita recebeu 12.409.981 votos; nas eleições europeias de 2019, a soma dos três partidos da coligação foi de 13.253.070 votos; nas eleições deste ano, 12.299.648 votos.

** *Unione Popolare* é uma lista encabeçada pelo antigo presidente da câmara de Nápoles, Luigi De Magistris. Foi formada pela Rifondazione Comunista e pelo Potere al Popolo (Poder para o Povo), mais alguns deputados do M5S, com um programa que é basicamente um programa de frente popular. Obteve 500.000 votos nas eleições, ou seja, 1,43%..

Trinta anos de combinações que levaram ao desastre

1992-1993: Governo Amato (PSI, com a DC, o PSDI e o PLI). A 31 de Julho de 1992, aboliu definitivamente a escala móvel dos salários, com o acordo dos sindicatos, após os cortes efectuados pelos governos anteriores. O mesmo governo aprovou um orçamento com cortes de 93 biliões de liras, ou seja, 42 mil milhões de euros, os maiores cortes da história da República. Reduções nos cuidados de saúde pública, cortes em todos os sectores. Primeira "reforma" da lei eleitoral. Greve geral a 13 de Outubro, com fortes protestos contra os dirigentes sindicais. Início das acusações de corrupção conhecidas por "Mani pulite" ("mãos limpas"), que farão desaparecer a DC e o PSI.

1993-1994: Governo Ciampi ("independente", governador do Banco de Itália, depois chefe do FMI e da UE, mais tarde Presidente da República). Primeiro governo com o apoio do PDS, saído da dissolução do PCI (com a DC, PSI, PSDI, Verdes, PLI...). Lei orçamental com 19 mil milhões de euros (37 biliões de liras) de cortes orçamentais. Acordo com os dirigentes sindicais para limitar os salários. Bertinotti deixa o PDS e vai formar a Refundação Comunista. Prodi encarregado de planear a liquidação da indústria estatal.

1994: Governo Berlusconi I, com os fascistas (AN-MSI), a Liga

do Norte, a ala direita do que resta da DC. Proposta de "reforma" das aposentações, visando abolir o sistema solidário, com o Ministro das Finanças Dini. 14 de Outubro: greve geral, três milhões nas ruas de 90 cidades contra a reforma. 12 de Novembro: um milhão de trabalhadores em Roma contra a reforma. Confrontado com a ameaça de uma nova greve a 2 de Dezembro, o governo tem de retirar a reforma. Cai a 22 de Dezembro.

1995: O antigo ministro de Berlusconi, Dini, antigo responsável do FMI, forma governo com o PDS, a "esquerda" da antiga DC (Partido Popular), um pequeno partido socialista e os Verdes. Objectivo: aprovar a "reforma" das aposentações, que passa no início de Agosto mediante um acordo com os dirigentes sindicais. Esta é a reforma "mãe" de todas as reformas, que determina as pensões miseráveis de hoje.

1996-1998: Governo Prodi I, com o PDS, o PP... com o apoio "externo" da Refundação. Governo das leis "para a Europa", com cortes orçamentais de 16 biliões, depois 64 mil milhões de euros (com Bertinotti, da Refundação, a propor o "imposto para a Europa", de 13 biliões), depois 15 biliões, depois 25. O jornal burguês La Stampa anuncia que os cortes orçamentais de 1992 para "entrar na Europa" ascenderam a 364 biliões

de liras, ou seja, 180 mil milhões de euros. Saúde, ensino, salários, serviços públicos... todos são afectados. A Refundação vota a favor, porque Prodi promete uma lei para... as 35 horas!

Primeira lei sobre o trabalho precário (lei Treu).

Ao mesmo tempo, a maior vaga de privatizações: caminhos-de-ferro, aeronáutica, serviços públicos, comunicações, abertura da saúde ao sector privado (com a supressão do salário diferido na saúde). Lei de "descentralização" que começa a dar cabo da administração pública, primeiro projecto de regionalização, lei da autonomia escolar... A Refundação deixa o governo, declarando: "Graças à Refundação, conseguimos alcançar o objectivo de entrar na Europa, impedindo o massacre social"!

1998-2001: governo D'Alema I (DS) e D'Alema II, depois Amato, com a DS (novo nome do PDS) e o PP, sem a Refundação. Cortes orçamentais, "reforma" do ensino, que será retirada por causa da mobilização, "reforma" da Constituição que abre portas ao "federalismo" e à divisão do país (a sua realização é o que hoje está em jogo).

2001- 2006: Governo Berlusconi, com os fascistas (AN, donde é originária Meloni), Liga do Norte, ex-DC de direita. Prodi é presidente da UE e dita todas as reformas, os cortes orçamentais e as privatizações.

● ANÁLISE

>>>

No centro: a segunda lei de precariedade laboral, com a liquidação do contrato nacional (lei Biagi) e o ataque ao artigo 18º, de protecção contra os despedimentos. E ainda: reforma do ensino (Moratti), cortes orçamentais em todos os sectores. Proposta de lei de "descentralização", ou seja, de regionalização completa.

Mas... 3 milhões de trabalhadores manifestam-se em Roma em Março de 2002, com a CGIL, impedindo a revogação do art. 18º. Um referendo bloqueia em seguida a reforma da descentralização. Berlusconi consegue fazer passar muitos cortes (entre eles uma nova "reforma" das aposentações), mas a classe bloqueia muitas medidas.

2006-2008: Governo Prodi II, com a Refundação (incluindo Ferrero, Ministro da Solidariedade Social, e Bertinotti, Presidente da Câmara de Deputados). A Refundação vota pela guerra (tal como o Senador pablista Turigliatto, membro da direcção da Refundação Comunista).

Lei orçamental com 33,5 mil milhões de euros de rendas aos capitalistas e cortes para os trabalhadores: 10 mil milhões na saúde, 3 na função pública, 2 aos municípios, privatizações, nova "reforma" das aposentações...

A 17 de Fevereiro de 2007, 200.000 trabalhadores manifestam-se em Vicenza contra o alargamento da base da NATO, contra a guerra, contra o governo. Prodi cai (Turigliatto e alguns deputados votam contra o governo), mas alguns dias depois volta a ter apoio (também de Turigliatto), ditando 12 "condições", entre as quais a reforma das aposentações, o ataque ao contrato nacional, a continuação das privatizações... Os trabalhadores de Turim atacam os dirigentes da Refundação e do Partido dos Comunistas Italianos, depois a FIOM (federação da metalurgia da

confederação CGIL) vota contra um acordo dos dirigentes da confederação com o governo, acordo para reformar as aposentações e descentralizar o contrato nacional.

20 de Outubro: um milhão de trabalhadores em Roma contra o governo. O governo cai em Fevereiro. Nas eleições de 13 e 14 de Abril, a Refundação é apagada do Parlamento, ao passo que o PD sofre uma derrota mais limitada. A direita ganha, embora sem ganhar mais votos.

2008-2011: Governo Berlusconi III. A Ministra da Educação, Gelmini, apresenta a sua reforma: 143.000 postos a suprimir, abertura ao sector privado, abolição de cursos e disciplinas... Enorme mobilização durante os meses de Setembro e Outubro, prevendo o orçamento 30 mil milhões de cortes orçamentais. Mas a greve geral do ensino, convocada pelos trabalhadores logo em Agosto, só chega a 30 de Outubro, com a lei já aprovada. Na noite da greve, os líderes da CISL e da UIL (duas confederações sindicais "reformistas") assinam um acordo com o governo para deixar passar a lei.

Mas a mobilização leva a CGIL a romper com a CISL e a UIL, que assinam um acordo para um "novo modelo de contrato". 12 de Dezembro: greve geral da CGIL.

13 de Fevereiro: de novo, greve geral dos metalúrgicos da CGIL com a função pública, face à reforma do ministro Brunetta.

Incrível onda de despedimentos, fruto da crise económica. 18 de Março: greve do ensino, 4 de Abril: um milhão nas ruas de Roma com a CGIL. Epifani (CGIL) vê-se obrigado a dizer: "É preciso proibir os despedimentos".

Várias vezes o PD se abstém face às medidas de Berlusconi. Nas eleições provinciais e regionais, a direita sofre uma derrota. Do final de 2009 até ao

início de 2011, multiplicam-se os ataques do governo, mas também as manifestações e greves, em particular pela retirada do plano Marchionne na Fiat (fábrica de automóveis). Mas, em Junho de 2011, confrontados com a queda brutal da bolsa, os sindicatos (incluindo a CGIL) assinam um acordo com o governo que abre a porta à destruição do contrato nacional. Ao mesmo tempo, o governo anuncia uma lei orçamental com 87 mil milhões de cortes. Em Agosto, a UE manda uma "carta" a Berlusconi, impondo-lhe medidas draconianas. A 6 de Setembro, no entanto, coisa nunca vista num mês de Setembro, os trabalhadores já se encontram em greve ao apelo da CGIL, mas com a adesão de muitas secções da CISL e UIL. A mobilização sobe, anuncia-se uma revolta, a CGIL-CISL-UIL anunciam a greve geral. Berlusconi é forçado a demitir-se.

Final de 2011 - início de 2013: Governo Monti ("independente", ex-membro da Comissão da UE), apoiado pela direita (salvo a Liga do Norte) e pelo PD. Parte da direita, com Meloni, abandona o governo no Outono de 2011, constituindo os *Fratelli d'Italia*, depois de votar a favor de todas as medidas anti-operárias.

Encarregado de aplicar a "carta da UE", Monti faz a "reforma Fornero" das pensões, lançando um plano de austeridade, privatizações e ataques de violência sem precedentes contra o contrato nacional. Os sindicatos limitam-se a uma greve divisionista de três horas, região a região. É a luz verde para as reformas.

Mas o descrédito do governo cresce no país. A CGIL não assina um Pacto pela Produtividade (assinado pela CISL e UIL), e Monti, incapaz de ir mais longe, demite-se.

2013-2014: Governo Letta, do PD, com Berlusconi, Monti...

As eleições dão maioria ao Movimento 5 Estrelas, mas este não tem coligação para governar. O movimento de fundo é o de rejeição de todos os partidos da direita e da “esquerda”, que perdem milhões de votos (o PD perde 3,5 milhões). Em Junho, o governo assina um Pacto pela Produtividade com os sindicatos. Depois há a lei orçamental com os cortes habituais na saúde, salários, ensino... Novembro: revolta dos condutores de eléctricos em Génova. Com a cidade paralisada, os trabalhadores lançam um apelo aos das outras cidades. Estão em revolta contra o presidente da câmara, da SEL (Esquerda Ecologia e Liberdade, saída da Refundação), que privatizou o serviço. Chegam à cidade vários autocarros vindos de Turim, Milão e Roma para apoiar a revolta. Letta apresentará a sua demissão a 22 de Fevereiro de 2014.

2014-2016: Governo Renzi, apoiado pelo PD, UDC (direita da ex-DC), um pequeno partido de Alfano (que saíra da AN, o partido fascista). Inspirado no modesto consenso conseguido nas eleições europeias, lança-se contra os trabalhadores com o *Job's Act* (liquidação do contrato nacional, liquidação do art. 18º, que Berlusconi não tinha conseguido revogar, precarização total...) e “reforma” do ensino. A reacção dos trabalhadores é imediata. A 12 de Dezembro, greve geral da CGIL e da UIL. Mas os dirigentes propõem “emendas”, deixam enfraquecer a mobilização, a lei passa. O mesmo acontece no ensino, com a maior greve da história das escolas italianas no dia 5 de Maio. A lei é aprovada depois de Camusso (da CGIL) dar luz verde, em Julho.

Depois, nas eleições regionais (2015) e municipais (2016), Renzi perde em grande. Relança a “reforma” institucional (abolição do Senado, redução do número de deputados, instituição de uma câmara de regiões), mas é pesadamente derrotado no referendo de 4 de Dezembro. A rejeição do referendo representa, de facto,

uma rejeição muito maior de Renzi e das suas políticas em ascensão no país. Renzi demite-se no dia 12 de Dezembro.

2016-2018: Governo de Gentiloni, ainda do PD. Prosseguirá a política de cortes orçamentais, de isenções para os lucros dos capitalistas, privatizações... No final do mandato, imediatamente antes das eleições, assina “pactos” com as regiões da Lombardia, do Veneto e da Emilia Romagna, para aplicar a “reforma” de... 2001, de regionalização (*autonomia differenziata*).

2018-2019: Governo Conte, M5S com a Liga (que já não se chama “do Norte”). As eleições dão, com efeito, a vitória ao M5S (enorme derrota do PD), mas criam também um quadro de enorme instabilidade, pois não há maioria no Parlamento. Demora três meses a encontrar uma maioria, acabando o M5S por chegar a acordo com a Liga. Procura aplicar a *autonomia differenziata*. Sobretudo o M5S irá trair quase todas as suas promessas: a reforma do ensino não é revogada, o *Job's Act* tão-pouco, Conte irá acatar as directivas da UE ao produzir a lei orçamental que corta 20 mil milhões... Acresce o ataque aos migrantes. Conte cai em Agosto.

2018-2021: Governo Conte II, situação invertida, o M5S com os “inimigos jurados” do PD. O mesmo programa do Conte I, o orçamento a passar com 25 mil milhões de cortes e o projecto de completar a *autonomia differenziata*. A pandemia muda a situação, e o governo Conte é pressionado pela mobilização nas fábricas do Norte, em Março, a aprovar a lei de proibição dos despedimentos. Dá, do mesmo passo, como é evidente, prendas aos capitalistas no valor de dezenas e dezenas de milhares de milhões de euros; irá fazer os trabalhadores pagarem a pandemia. No entanto, de cada vez que tenta impugnar a proibição dos despedimentos, a revolta anuncia-se. Conte e o PD deixam

de ser fiáveis para a Confindustria (confederação patronal) e a UE, que vão impor Draghi, com um governo de unidade nacional.

2021-2022: Governo Draghi, “independente”, ex-presidente do Banco Central Europeu, apoiado por quase todos os partidos. Faz um acordo com os dirigentes sindicais para restabelecer os despedimentos, continua com todas as medidas e organiza fornecimentos de armas à Ucrânia no âmbito da NATO.

Glossário

PSI: Partido Socialista Italiano (desaparecido nos escândalos de corrupção do início dos anos 90).

PCI: Partido Comunista Italiano (dissolvido em Fevereiro de 1991 pelos seus dirigentes).

PDS: Partido Democrático da Esquerda, novo nome do PCI após a dissolução deste; dissolvido em 1998.

DS: Democratas de Esquerda, continuação do PDS, reclama-se da social-democracia, de 1998 a 2004.

PD: Partido Democrático: fruto, em 2007, da fusão da DS e de escombros da Democracia Cristã.

PRC (ou “Refundação”): Partido da Refundação Comunista.

PSDI: Partido Social Democrata Italiano.

DC: Democracia Cristã (desaparecida nos escândalos de corrupção do início dos anos 90).

PLI: Partido Liberal Italiano.

PP: Partido Popular, “esquerda” da antiga Democracia Cristã.

UDC: “direita” da antiga Democracia Cristã.

FI: Forza Italia, o partido de direita de Berlusconi.

MSI, depois AN-MSI: Movimento Social Italiano, Aliança Nacional, neofascista; dele surgiram os Fratelli d'Italia.

Liga do Norte (depois: **Liga**): movimento regionalista, extrema-direita, depois: extrema-direita.

M5S: Movimento 5 Estrelas, populista.

● ANÁLISE

Marrocos

A Situação Política e as Tarefas dos Militantes Trotskistas

Dois anos depois de a administração Trump dos Estados Unidos reconhecer a pretensa autonomia do Saara Ocidental em troca da normalização política com o Estado de Israel, os poderes vigentes pensaram que era tempo de esfregar as mãos e que o êxito diplomático na questão da Saara Ocidental era definitivo, devendo as grandes potências europeias e os Estados africanos seguir, por sua vez, a administração americana. *“Marrocos já não é o Marrocos de há vinte anos. Já não curva a espinha. Está mais seguro de si”*, garante Mehdi Alioua (sociólogo e universitário marroquino próximo do regime), acrescentando que *“o reconhecimento pelos Estados Unidos da soberania de Marrocos no Saara Ocidental é um elemento central que muda as relações de força.”*

MARROCOS faz pressão por que a União Europeia alinhe pela posição americana. Esta perspectiva tem mergulhado o regime numa série de crises políticas e diplomáticas, como a crise com o



Marrocos, Maio de 2017, Al Hoceima

governo alemão desde 1 de Março de 2021, depois com o governo espanhol e agora com o governo francês⁽¹⁾. Assiste-se, além disso, à exacerbação das tensões em toda a região magrebina, nomeadamente com a Argélia, com quem as relações eram tensas há anos, depois com a Mauritânia e, recentemente, com a Tunísia!

São as consequências da normalização com o Estado de Israel, dado que, como salientáramos numa declaração escrita após a decisão do regime de avançar para ela: *“A autonomia no Saara, tal como a normalização com o Estado racista e criminoso de Israel é um reflexo e aplicação do plano de Trump, dito “acordo do século” e do plano do Grande Médio Oriente, sinónimo de desmembramento e desintegração de todos os Estados da região”* (declaração do comité de redacção de *Tribune des travailleurs* de 14 de Dezembro de 2020).

Na verdade, o regime marroquino propusera um plano de autonomia no Saara Ocidental já em Abril de 2007, plano político har-

monizado com a política de regionalização acelerada ditada pelas multinacionais no propósito de despedaçar a nação marroquina e destruir a sua unidade para melhor se apoderar das nossas riquezas nacionais, mineiras, marítimas e agrícolas, e atomizar a classe operária, regionalizando as legislações laborais, os estatutos, o salário mínimo... e os próprios sindicatos. Desde o anúncio de Trump de Dezembro de 2020 que o regime queria fazer da sua proposta a moeda de troca para condicionar todas as suas relações internacionais e regionais.

Um elemento adicional que cresce ao agravamento da crise entre os dois grandes países do Magrebe é o conflito entre Marrocos e a Argélia por causa do gasoduto. Há, com efeito, dois projectos concorrentes. Um trans-saariano, sustentado pela Argélia, e outro, um gasoduto ao largo entre a Nigéria e Marrocos, defendido por Marrocos a fim de poder encaminhar o gás da Nigéria para os países europeus que estão em risco de penúria logo que a Rússia deixe

definitivamente de os abastecer de gás através da linha NordStream I.

O exército marroquino, a NATO e o Estado de Israel

O porta-voz do Tsahal, Afikhai Aderi, anunciou que o exército marroquino participaria, de 12 a 15 de Setembro, no Estado de Israel, num congresso internacional organizado pelo exército israelita, com chefes de exércitos árabes, ao lado dos Estados Unidos e de membros da NATO.

Esta reunião, que se segue às operações ditas “Africa Lion 2022”, realizadas entre 20 e 30 de Junho últimos em Marrocos, com a participação do exército americano e do exército israelita (tendo este último participado pela primeira vez nas manobras desde que estas foram inauguradas, em 2005), enquadra-se no projecto que Israel e os Estados Unidos ambicionam de uma aliança militar sob direcção israelita, com a participação dos Estados árabes, para enfrentar a ameaça iraniana na região.

A NATO tem a ambição de obter posições avançadas no Norte de África. Assim, o governo “socialista” do Estado espanhol pediu abertamente à NATO, na cimeira de Madrid de 29 e 30 de Junho último, que pusesse Ceuta e Melilla (os dois enclaves coloniais espanhóis em Marrocos) sob a sua protecção. Stoltenberg, o secretário da NATO, respondeu, por ocasião de uma entrevista dada à agência de imprensa EFE, estar “absolutamente convencido de que os aliados estarão ao lado da Espanha se ela tiver de enfrentar ameaças e desafios”. Pelo seu lado, o ministro espanhol dos negócios estrangeiros, José Manuel Albares, anunciou que Stoltenberg lhe assegurara que “cada centímetro de território dos aliados estava perfeitamente garantido pela solidariedade de todos os Estados-membros da NATO”. O porta-voz da direcção do Partido “Socialista” espanhol (PSOE), Felipe Sicília, comprovou-se na concessão à Es-

panha, pela cimeira da NATO de Madrid, do “papel internacional que ela merece e graças ao qual Ceuta e Melilla serão postas pela primeira vez debaixo do guarda-chuva de protecção da Aliança Atlântica”.

A questão palestiniana: uma parada forte da política do regime

Desde a partição da Palestina, em 1947, impulsionada pelas grandes potências imperialistas e pela burocracia do Kremlin, a causa palestiniana passou a determinar em grande medida a situação política em Marrocos. Primeiro, porque cerca de 18% da população israelita é composta por judeus marroquinos, que, depois de emigrarem para Israel a partir do final dos anos quarenta, impelidos pelo imperialismo, designadamente pelo francês, mantêm a sua identidade marroquina. Acresce que o regime marroquino estava há décadas implicado na asfixia da causa palestiniana, respaldando todos os acordos ditos “de paz” entre o Estado de Israel e a direcção palestiniana, acordos assentes na sonogação dos direitos nacionais do povo palestiniano e, designadamente, do direito ao regresso dos refugiados.

Para o movimento operário marroquino, a causa palestiniana é uma causa nacional, inseparável das outras questões políticas e sociais nacionais. Assim, em todas as manifestações de trabalhadores ou de jovens pelas reivindicações sociais, vêem-se com frequência bandeiras palestinianas e ouvem-se palavras de ordem de apoio à revolução palestiniana. Desde os anos setenta que o regime marroquino, com o rei Hussein da Jordânia hachemita, se tornou em autêntico carneiro do povo palestiniano. Há encontros secretos organizados entre o chefe de Estado de Marrocos e responsáveis israelitas desde o início dos anos oitenta, que nunca cessaram. A normalização “oficial” das relações políticas entre os dois Estados, apadrinhada pela administração americana, levou,

porém, a uma autêntica “sionização” da sociedade marroquina, a começar pela introdução de falsificações da história nos manuais escolares, cooperações culturais e “científicas” que incitam a jovem geração a gostar do Estado israelita, cujo objectivo é modificar a consciência colectiva da nação marroquina. Ocasão de saudar o Sindicato Nacional do Ensino Superior na Universidade de Tetuão, que, em comunicado de 18 de Setembro de 2022, condenou a assinatura pela reitoria da universidade de um protocolo de cooperação “académica” com instituições israelitas.

O regime abalado por uma crise de grande monta

A economia marroquina, totalmente sujeita às necessidades do mercado mundial e à divisão mundial do trabalho, submetida, nomeadamente, às multinacionais americanas e europeias por acordos de comércio livre e de associação com a União Europeia e os Estados Unidos, fortemente endividada junto das instituições de Bretton Woods, conhece hoje uma inflação sem precedentes, devida aos aumentos dos preços dos carburantes e das matérias-primas, consequências da guerra e das sequelas da pandemia, assim como de uma seca excepcional.

Infligem-se golpes constantes ao poder de compra dos trabalhadores, que vêem os seus salários congelados face ao aumento espectacular dos preços dos produtos alimentares de base. O desemprego bate recordes, nomeadamente entre os jovens diplomados.

Desde a segunda metade dos anos noventa, os sucessivos governos do país, de direita como de “esquerda”, iniciaram, sob o impulso do FMI, uma privatização à bruta de todos os sectores da economia nacional: correios e telecomunicações, transportes urbanos, hotéis, empresas agrícolas e agro-alimentares, ensino, serviços dependentes dos caminhos de ferro, serviços dependentes do ensino

● ANÁLISE

>>> e da saúde pública, minas e serviços ligados às autarquias, etc.

Quando a privatização de uma empresa pública é julgada não rentável pelo FMI e seus “peritos”, as autoridades procedem pura e simplesmente ao seu encerramento. Pode-se apontar o catastrófico encerramento das minas de carvão de Jerada (no Leste do país), fechadas em 1998 pelo governo na altura dirigido pela USFP (União Socialista das Forças populares – partido membro da Internacional Socialista em Marrocos). Desde o encerramento, Jerada – cidade exclusivamente operária, construída nos anos vinte e trinta à volta das minas de carvão – tornou-se numa cidade fantasma. Os jovens de Jerada vêem-se obrigados a extrair carvão para sobreviverem, em condições de clandestinidade e perigo, que causam regularmente a morte de jovens da região. “*Em média, duas ou três pessoas morrem por ano nas minas. Os operários trabalham em condições rudimentares, inumanas, mesmo, e já lá vão quinze anos que é assim.*”⁽²⁾

Contra a situação que este bastião histórico do movimento operário e sindical marroquino⁽³⁾ está a atravessar, dezenas de milhar de trabalhadores, jovens, mães de família, etc., saíram em massa à rua, no início de 2018, protestando contra a morte de três jovens, afogados nas entranhas da mina, aonde tinham descido para ir buscar carvão para vender a um preço de miséria a negociantes aproveitadores, os “barões”. Estas dezenas de milhar de mulheres e homens juntaram-se aos gritos de “*Antes a morte do que a submissão!*” Em resposta, o regime lançou, como é seu costume, repressão sangrenta e penas de prisão pesadas.

O outro exemplo mais marcante é a privatização-destruição da SAMIR, a única refinaria de produtos petrolíferos do país, criada em 1961, privatizada em 1997 ao grupo saudita Corral. Em 21 de Março de 2016, as autoridades ordenaram a liquidação da única refinaria do país, 67% per-

tencente ao multimilionário saudita Cheikh Mohammed al-Amoudi, através da sua empresa Corral Morocco Holding. A empresa, que, na altura, tinha 867 empregados, acumulou dívidas num montante de mais de 45 mil milhões de dirhams (4,16 mil milhões de euros), nomeadamente à alfândega, o que acabou por provocar o encerramento das actividades, em Agosto de 2015.

Pela nacionalização da SAMIR e de todas as empresas privatizadas

“Antes do encerramento de Agosto de 2015, a SAMIR abastecia o mercado nacional, satisfazendo 64% das necessidades em produtos refinados (...), o refinador nacional desempenhava papel fundamental no abastecimento, mas também no armazenamento, já que detinha mais de 50% das capacidades de armazenamento do país, o que garantia a segurança do país contra qualquer eventual penúria”, segundo o Conselho da Concorrência. Tendo constituído uma frente intersindical, os trabalhadores têm-se mobilizado maciçamente desde 2015 contra o encerramento da refinaria, declarando que a única saída positiva possível para a crise da SAMIR é a nacionalização da empresa.

Na actual conjuntura mundial, em que se assiste a uma alta espectacular dos preços do petróleo e do gás, a nação precisa mais do que nunca desta importante refinaria, mas o governo marroquino e, por trás dele, as grandes potências imperialistas, decidiu massacrar esta jóia do património económico nacional. O governo tem desperdiçado orçamentos públicos gigantescos em deixar a SAMIR em situação improdutiva, em vez de a nacionalizar.

Apesar dos protestos dos trabalhadores da refinaria, que não pararam com o encerramento, as direcções das centrais sindicais nacional mantêm um silêncio total sobre o assunto.

Além desta privatização-destruição dos recursos económicos nacionais, o FMI exige o encerramento das empresas qualificadas de “não produtivas”⁽⁴⁾, a privatização de todos os serviços autárquicos, do ensino, dos caminhos de ferro e dos transportes urbanos, etc.

O país conhece uma dívida externa gigantesca de mais de 42 mil milhões de dólares americanos, o que representa mais de 35% do PIB marroquino, dívida que estrangula a nação e a submete ao capital internacional, com os juros anuais a pagar pelo país a ultrapassarem 2.700 milhões de dólares! Para garantir o pagamento dos juros e do serviço da dívida, o governo não tem outro recurso a não ser mais privatizações. Assim, o governo marroquino optou pela política de externalização de vários serviços municipais (distribuição de água e electricidade, saneamento e higiene) a multinacionais francesas e espanholas. A mesma coisa para vários serviços dependentes dos caminhos de ferro, hospitais e estabelecimentos de ensino e universidades...

Assiste-se a uma autêntica venda ao desbarato, uma destruição dos serviços públicos, o aumento dos preços ao consumo da água potável e da electricidade, a mediocridade dos serviços hospitalares e ferroviários, mas também, e sobretudo, a uma deterioração constante do ensino público.

Contrariamente ao que declarou Benmoussa, o ministro da educação nacional, quando interveio num evento organizado por Marrocos e pela UNICEF sobre o tema de “investir na saúde e nutrição escolares para transformar a educação e a vida dos jovens” em Nova Iorque (16-18 de Setembro), por iniciativa do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, que salientou que “*Marrocos envidou esforços colossais em matéria de reforço dos programas de saúde e de nutrição e de apoio social aos alunos, principalmente aos que vêm de meio*

rural e de áreas vulneráveis. Além do alojamento dos alunos, do transporte escolar, da iniciativa real “um milhão de carteiras” (...), ao escrevermos estas linhas, portanto, duas semanas depois do regresso às aulas, os alunos continuam sem ter os seus manuais escolares! Os internatos e as cantinas escolares continuam fechados, o que significa que dezenas de milhares de alunos, nomeadamente os que vêm das regiões rurais, ficam privados do direito ao ensino! Outra tragédia que acaba de ocorrer, no dia 12 de Setembro, na cidade universitária de Oujda, deflagrou um incêndio num pavilhão, causando a morte de dois jovens estudantes e dezenas de feridos, com queimaduras de variados graus, asfixias, traumatismos psíquicos e outros ferimentos. Testemunho dum estudante: “Fomos acordados por gritos e chamamentos de socorro dos estudantes do último andar, encurralados pelas chamas. Custou-nos muito ajudá-los, pois as saídas de emergência estavam condenadas”, acrescentando que os elementos da protecção civil tardaram em chegar. “Vários estudantes intervieram para dominar o fogo, facilitando a tarefa dos sapadores bombeiros, que chegaram duas horas depois do incêndio”, salienta a nossa fonte, indicando que o fogo terá começado a seguir a um curto circuito.

O ministro da educação declarou em Junho passado que a reabilitação dos estabelecimentos de ensino necessitava de um orçamento de 2.600 milhões de dirhams. Valor significativo, já que é exactamente a verba que o orçamento consigna ao serviço da dívida.

Presentes para os capitalistas, morte para a população

Em Julho de 2020, o governo pôs à votação no parlamento uma lei de finanças rectificativa (LFR 2020), que atribuiu ajudas públicas às empresas e aos bancos a pretexto de luta contra a pan-

demia. Assim, meteram-se milhares de milhões de dirhams nos bolsos dos capitalistas, directamente tirados do orçamento dos serviços públicos. Só para dar um exemplo, o governo transferiu 6 mil milhões de dirhams para a Royal Air Maroc (RAM), exigindo que despedisse 30% dos assalariados. A mesma lei de finanças rectificativa de 2020 de que o governo se serviu para reduzir o orçamento do ensino em mais de 5 mil milhões de dirhams!

Numa situação em que o poder de compra dos trabalhadores se deteriora (congelamento de salários, desemprego de massas, aumento de preços...), o governo acrescenta-lhe ataques à caixa de compensações (um fundo público que serve para apoiar os preços de bens alimentares de base, como o café, o chá, o açúcar, o óleo, etc.) – a pretexto de que quem lucra com este fundo são os grandes comerciantes, a pretexto de “luta contra a corrupção”!

Apesar deste massacre sem precedentes dos serviços públicos, as direcções dos partidos ditos de oposição a única coisa que fazem é aplaudir estas medidas, enquanto os aparelhos que dirigem as organizações sindicais mantêm o silêncio. A direcção da União Marroquina do Trabalho (UMT), o sindicato histórico e tradicional em Marrocos, recusara, em 2020, alinhar com a agenda do governo e do seu projecto antigreve (lei que criminaliza na prática a greve, impondo vários procedimentos e exigências que condicionam o apelo à greve) e outros projectos de lei anti-operários. Acabou, contudo, por assinar um “pacto social”, no dia 30 de Abril de 2022, cujo resultado é um aumento de 10% do salário mínimo (5% em 2022 e 5% em 2023), quando o preço dos víveres sofreu um aumento de mais de 30% nos últimos cinco anos. Outro ponto deste pacto social é a redução dos dias de trabalho declarados à Caixa Nacional da Segurança Social (CNSS) para se ter direito a uma pensão de aposentação (de 3.240



Marrocos, Jerada, Dezembro de 2017

para 1.320), mas essa redução é pretexto para introduzir a capitalização. É, portanto, a liquidação da aposentação baseada na solidariedade operária. O acordo incide, ainda, no projecto de lei contra o direito à greve, etc. As direcções das três centrais sindicais (UGTM, CDT e UMT) voltaram a encontrar-se com o governo e os representantes do patronato a 14 de Setembro de 2022, numa reunião cujo foco era a reforma das aposentações e a revisão das legislações laborais. À saída da reunião, o dirigente da UMT M. Moukharik declarou que a reforma dos regimes de aposentação “não se pode, em caso algum, fazer em prejuízo dos trabalhadores.” (MAP, 14 de Setembro de 2022). Em matéria de projecto de lei da greve, referiu que “se acordou elaborar um projecto de lei que leve em conta os interesses dos trabalhadores, do movimento sindical e da empresa”.

Assim, em vez de reivindicar a

>>>

● ANÁLISE



retirada pura e simples de todos os projectos que atentem contra o direito à greve e asfixiem as liberdades sindicais, como a UMT, aliás, o fez há dois anos, quando o sindicato apelou à mobilização dos trabalhadores – seguida em larga escala – contra o projecto de lei, obrigando o governo a retirar o projecto da ordem do dia do Parlamento, hoje a direcção da UMT reivindica uma lei que “*leve em conta os interesses dos trabalhadores*”!

Numa recente sondagem junto a 6.512 trabalhadores sobre os resultados do acordo de “diálogo social” de 30 de Abril, 93% indicaram claramente que eram contra o acordo e 5% que “não estavam satisfeitos com estes resultados”. Este acordo não é apenas um atentado aos direitos dos trabalhadores, mas também uma verdadeira ameaça à simples existência das organizações sindicais. (Cf. *Lettre ouvrière et d’information*, nº 1, Junho de 2022).

Repressão política

Para abafar a classe operária e a juventude, que reclamam os seus direitos ao trabalho, ao salário e à instrução pública, gratuita e obrigatória, pelo acesso aos cuidados, pelas liberdades sindicais e políticas e pela liberdade de expressão, o regime prossegue a repressão sangrenta contra todas as manifestações de trabalhadores, jovens ou mulheres que reivindiquem o seu direito à igualdade, tal como sempre tem feito desde a independência política formal de 1956.

Assim, o regime não encontrou outros meios que não fossem a repressão para fazer recuar os protestos de massas dos jovens do *Hirak* (movimento popular – NdR) do Rif, metendo dezenas de jovens manifestantes na prisão, infligindo-lhes penas pesadas de até vinte anos de prisão, apenas por terem ousado protestar e reivindicar o seu direito ao trabal-

ho, ao acesso aos cuidados e à dignidade. Vira o disco e toca o mesmo contra os manifestantes da cidade de Jerada (ler acima) que ousaram manifestar-se.

A repressão policial não se limita às manifestações operárias, afecta todo o país, todos os sectores da população, os professores contratados que se manifestam pelo direito à efectivação e a um lugar no quadro da função pública, os jornalistas, simples autores de blogues nas redes sociais, desempregados que reclamam o direito ao trabalho, estudantes que se manifestam pela legalização do seu sindicato, a UNEM (União Nacional dos Estudantes de Marrocos, proibida na prática há mais de 40 anos), e pelo direito ao ensino, sindicalistas que se manifestam pelo direito de se organizarem, nomeadamente nas zonas francas de Tânger e Kenitra, etc., ou que lutam contra os despedimentos.

Os aparelhos, esteio do regime e dos governos sucessivos

O governo marroquino é dirigido pela União Nacional dos Independentes (RNI, partido burguês pró-imperialista), juntamente com o Partido do Istiqlal (que representa um sector importante da burguesia marroquina e se apoia na central sindical UGTM), o Partido da Autenticidade e da Modernidade (PAM, partido pró-imperialista constituído em 2007 por um próximo do regime, alto funcionário do ministério do interior e amigo do rei). A oposição é composta pela União Socialista das Forças Populares (USFP, partido membro da Internacional Socialista) e pelo Partido Islamista da Justiça e do Desenvolvimento (PJD), que dirigiu o governo entre 2011 e 2021.

Todos os partidos ditos de oposição, qualificados de “oposição de Sua Majestade”, disputam à maioria a aplicação de um só e mesmo plano: o novo “*novo modelo de desenvolvimento*” redigido pelas instituições inter-

nacionais e pelos peritos do regime.

Na véspera das eleições legislativas de 8 de Setembro de 2021, o regime afirmava que o programa do “próximo” governo seria o “novo modelo de desenvolvimento”, afirmando, no mais, que o dito “modelo” seria o programa de todos os governos até... 2035! Os partidos políticos não teriam, assim, mais nada a disputar senão a aplicação prática!

Não se procurem, pois, noutro lado, as razões por que dos cerca de 18 milhões de eleitores, menos de 7,6 milhões tenham votado (uma taxa de 42%).

A política do regime não só desvia as eleições, como toda e qualquer acção política no país, destruindo a democracia política inacabada surgida à independência, em 1956.

As condições de saída do protectorado francês e do colonialismo espanhol em 1956 não deram, com efeito, azo ao nascimento de verdadeiras instituições políticas nacionais soberanas. Permitiram aos colonos, designadamente aos franceses, manter o essencial dos recursos económicos e naturais do país, as terras agrícolas mais férteis e muitas outras riquezas da nação. Esta independência que não deu para reconhecer o tamazight como língua nacional e oficial ao lado da língua árabe, tão-pouco resultou numa verdadeira reforma agrária nem numa verdadeira Assembleia Constituinte soberana que rompesse com o imperialismo.

Esta omissão de democracia política deixou o país enfraquecido, sujeito às exigências das potências imperialistas: o imperialismo americano e os imperialismos da União Europeia, o regime de obediência ao FMI e ao Banco Mundial.

Nas circunstâncias actuais, as massas descem à rua para protestar contra a carestia, contra o aumento espectacular dos preços dos carburantes e da electricidade, insuportável para a maioria, que vê os seus salários congelados do mesmo passo que o desemprego

cresce, e os despedimentos chovem em catadupa. Saem à rua contra a revisão destruidora dos estatutos dos trabalhadores e das suas garantias (a começar pela contra-reforma dos regimes de aposentação e dos estatutos dos funcionários públicos) e contra os atentados às liberdades de organização sindical livre ou de constituição de organizações políticas.

As mobilizações das massas são muitas vezes espontâneas, o regime reprime-as brutalmente, e as direcções das organizações que se reclamam do movimento operário e da democracia limitam-se, na melhor das hipóteses, a publicar comunicados a pedir que se constituam comissões de inquérito!

A política do regime imposta pelo imperialismo, por um lado, e a política de acompanhamento seguida pelos aparelhos, por outro lado, asfixiam a nação marroquina e empurram os jovens, que não vêem futuro no país, para a emigração clandestina em embarcações de fortuna, cujos naufrágios provocam dezenas de mortes no mar. É uma verdadeira sangria da nação, que perde centenas dos seus filhos ano após ano nas águas do Mediterrâneo.

Em tal situação, quais são as tarefas dos trotskistas marroquinos?

A situação actual no país não escapa à crise em que se encontra mergulhado o regime assente na propriedade privada dos meios de produção. Não obstante, Marrocos funciona como uma espécie de laboratório das políticas de reestruturação e desregulamentação. Num país em que todos os partidos, de direita como de “esquerda”, defendem a propriedade privada dos meios de produção e as instituições da burguesia, em que os trabalhadores estão privados de organização política independente e a repressão passou a ser a regra aplicável a todas as relações entre o movimento operário e o regime, os trotskistas marroquinos batem-se, ainda que em condições difíceis e na clandestinidade, para ajudar ao rea-

grupamento dos trabalhadores e dos militantes na linha da transição. Assim, a constituição do grupo marroquino do CORQI, em 2018, ajudou a agrupar vários militantes operários que não são trotskistas em torno de um boletim, *Tribune des travailleurs*, e, mais recentemente, da *Lettre ouvrière et d'information*. Este agrupamento abrange militantes que, na sua maioria, não são militantes trotskistas, mas militantes sindicalistas do ensino, do sector da energia, etc. Este agrupamento reúne-se regularmente com ordens de trabalhos relacionadas com o desenvolvimento da luta de classes e da situação política. As últimas reuniões incidiram na guerra na Ucrânia, no que nela se joga para os trabalhadores e os povos e, nessa base, na preparação da conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, e do encontro internacional das mulheres trabalhadoras (29 e 30 de Outubro de 2022, em França), assim como nos artigos do nosso boletim.

O nosso combate político deve ter como eixo a democracia, as liberdades democráticas de organização e expressão. Explicar aos trabalhadores e aos jovens que o regime só pode sobreviver pela destruição da nação ao serviço do capital estrangeiro e, deste modo, elucidar os perigos da política de regionalização e fragmentação da nação. Travar o combate por uma verdadeira reforma agrária, que passa em primeiro lugar pela expropriação de todas as terras agrícolas roubadas pelos colonos e pelas multinacionais estrangeiras. Combater pela nacionalização ou renacionalização de todas as empresas vendidas ao sector privado, a começar pela nacionalização da SAMIR. Combater pela reabertura de todas as unidades produtivas encerradas, pela revogação de todas as contra-reformas do ensino, por uma escola pública, gratuita e obrigatória para todos, pela revogação das contra-reformas dos estatutos dos funcionários públicos, dos regimes de aposentação, pela retirada pura e simples do projecto de lei contra o direito

● ANÁLISE

>>>

à greve e da lei sobre os sindicatos, pela anulação da dívida e do serviço da dívida, que estrangulam a nação. Combater a repressão, pela libertação de todos os presos políticos e sindicais, pelas liberdades individuais, por que a religião seja do foro do direito privado e não assunto de Estado, pela igualdade de direitos de homens e mulheres.

O dever sagrado dos trotskistas marroquinos é o de combater e actuar contra as ilusões de que o regime é idêntico à nação, fazer a demonstração às massas de que o regime é a negação da unidade e soberania da nação marroquina e que só pode sobreviver em prejuízo da nação e do futuro dos seus filhos. Combater, pois, na linha da democracia, pela eleição de uma Assembleia Constituinte soberana que rompa com o imperialismo, uma assembleia que consagre o reconhecimento do tamazight como língua nacional e oficial em igualdade com a língua árabe, a cessação de todas as formas de sujeição às multinacionais através de acordos de comércio livre e de associação, a anulação da dívida, da privatização, a revogação da normalização com o Estado racista de Israel, a cessação da exacerbação das tensões com a Argélia e os países da região, por uma federação fraterna do Magrebe, livre e liberta do controle e da submissão ao imperialismo.

Este combate por questões nacionais e democráticas só pode ser levado a termo pela classe operária organizada, o que implica lutar pela independência das organizações sindicais. Lutar contra as concertações de diálogo social, que mais não são do que um arsenal de destruição das conquistas e direitos operários e de

acompanhamento das necessidades da burguesia. Lutar pelo regresso à UMT original e por uma frente única operária contra o rolo compressor que destrói todas as conquistas da classe, tanto as sociais como as democráticas.

Toda a situação política nacional verifica a actualidade da revolução permanente, portanto, o ajudar a classe operária a ser a vanguarda de toda a nação e, acima de tudo, do pequeno campesinato, pelo cumprimento da democracia política, dos direitos nacionais e democráticos e pelos direitos sociais dos trabalhadores, na via do combate pela Constituinte soberana, primeiro passo para uma república operária e camponesa neste país.

Todas estas questões estão neste momento em discussão no grupo marroquino do CORQI, que se reúne, também ele, regularmente, para definir as tarefas políticas que decorrem da situação. ●

Lamine, 24 de Setembro de 2022

(1) Se as relações de Marrocos com a Alemanha e a Espanha ultimamente se apaziguaram, as tensões com a França, a Argélia e a Tunísia não param de se exacerbar. Segundo o meio de comunicação marroquino *Hespress*, uma carta enviada pelo director da Direcção Geral de Segurança Externa (DGSE), Bernard Emié, ao presidente Macron, datada de Novembro de 2021, incitava este último a fazer pressão sobre Rabat para reduzir o número de vistos concedidos a marroquinos que queiram ir para França, etc., justificando-o por Marrocos dar prioridade aos Estados Unidos e às suas empresas em prejuízo das multinacionais e dos interesses franceses. Mais de 70% dos marroquinos que pediram um visto para entrar em França este ano tiveram o pedido indeferido! No início de Setembro de

2022, a Assembleia Nacional francesa acolheu pela primeira vez responsáveis da Frente Polisario, que defende a independência do Saara Ocidental.

(2), <https://www.yablad.com/articles/details/60520/mine-charon-quand-ouvriers-jerada.html>.

(3) O responsável sindical da cidade, Houssine Bernat (UMT), explicou que “durante o protectorado francês, as condições de trabalho na mina eram difíceis, e a extração fazia-se com recurso a utensílios tradicionais”, vincando que, em 1946, “a cidade recebeu o primeiro congresso sindical organizado sob a égide da CGT, um sindicato francês histórico”. O congresso representou uma viragem na história da acção sindical em Marrocos, recorda o responsável sindical. “Os operários de Jerada inspiraram todo o país e, pela primeira vez, marroquinos criaram um sindicato. A partir do congresso de 1946, emergiu na cidade uma vaga de dirigentes como Taïb Ben Bouazza (1925-2015), originário de Berkane (no Leste do país, não longe de Jerada – nota do autor), que foi co-fundador da União Marroquina do Trabalho (UMT) a 20 de Março de 1955.” Narrativa confirmada pelo historiador Maâti Mounjib, que testemunhou ao *Yablad* a eficácia do papel desempenhada pela actividade sindical da cidade mineira no país: “Jerada é conhecida como um dos primeiros bastiões sindicais de Marrocos, e Taïb Ben Bouazza é um verdadeiro pai fundador da UMT. É um dos sindicalistas mais conhecidos, tendo mobilizado muito cedo os operários de Jerada.”

(4) Ao escrevermos estas linhas, a multinacional SiemensGamsa, uma das três primeiras empresas neste sector no mundo, que instalara uma central em Tânger em 2017, acaba de anunciar o encerramento da central, que produzia palas e turbinas eólicas, ameaçando de despedimento 500 trabalhadores, que iriam para a rua. Isto, pela simples razão de que a multinacional pretende voltar ao nível de rentabilidade e assegurar a sua sustentabilidade a longo prazo!

A Internacional

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa

∞



